



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**VÍTOR EMANUEL DIONÍSIO RAMOS**

**«Padres sábios e santos»:**

**Elementos para uma espiritualidade sacerdotal em D.  
Manuel Gonçalves Cerejeira**

**Dissertação Final**

**sob orientação de:**

**Prof. Doutor António Abel Rodrigues Canavarro**

**Porto**

**2014**

## SUMÁRIO

SIGLÁRIO .....	4
INTRODUÇÃO .....	5
CAPÍTULO I	
O CONTEXTO POLÍTICO-RELIGIOSO DA PRIMEIRA METADE DO SÉC. XX.....	9
1.1. A Igreja e o Mundo .....	9
1.2. Movimentos de renovação eclesiais até ao Concílio Vaticano II .....	21
1.3. A Igreja em Portugal .....	26
CAPÍTULO II	
O CONTEXTO TEOLÓGICO-ESPIRITUAL DA PRIMEIRA METADE DO SÉC. XX.....	41
2.1. Teologia do Sacerdócio .....	41
2.2. Ressurgir e renovar da espiritualidade sacerdotal na primeira metade do séc. XX .....	61
CAPÍTULO III	
«PADRES SÁBIOS E SANTOS»: ELEMENTOS PARA UMA ESPIRITUALIDADE SACERDOTAL EM D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA .....	74
3.1. O percurso de uma vida .....	74
3.2. Os textos e suas circunstâncias .....	90
3.3. O clero e o projeto pastoral: <i>Adveniat regnum tuum</i> .....	92
3.4. «Queremo-vos santos, ó Irmãos do nosso Sacerdócio...» .....	100
CONCLUSÃO .....	128

BIBLIOGRAFIA .....	131
1. Fontes .....	131
2. Magistério .....	131
3. Instrumentos.....	132
4. Estudos.....	133
ANEXO .....	137

## SIGLÁRIO

AAS	<i>Acta Apostolicae Sedis</i>
ACS	<i>Ad Catholici Sacerdotii</i> , Pio XI
ASS	<i>Acta Sanctae Sedis</i>
c.	cânone
Cfr.	confrontar
CIC 1917	Codex Iuris Canonici, 1917
DH	DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Peter, <i>El magistério de la Iglesia</i> Barcelona: Herder, 1999.
HA	<i>Haerent animo</i> , Pio X
MD	<i>Mediator Dei</i> , Pio XII
OP	<i>Obras Pastorais</i> , Manuel Gonçalves Cerejeira

## INTRODUÇÃO

Bento XVI, num discurso proferido em 2010, afirmou: «o tema da identidade presbiteral [...] é determinante para o exercício do sacerdócio ministerial no presente e no futuro»<sup>1</sup>. João Paulo II, na carta que dirigiu aos sacerdotes na quinta-feira santa de 1979, referindo-se ao movimento de ressurgimento da espiritualidade sacerdotal que antecedeu o Concílio Vaticano II, proferiu as seguintes palavras: «quero exortar-vos: esforçai-vos por ser “artistas” da pastoral. Tem havido muitos na história da Igreja. [...] Cada um deles diferente dos outros, era ele mesmo, filho do seu tempo e “aggiornato” em relação ao seu tempo» e, referindo a oportunidade dessas “respostas” e vidas sacerdotais, continuou: «Era a resposta da santidade e do zelo. [...] Não podem, pois, ser consideradas como adequado “aggiornamento”, tentativas e planos de “laicização” da vida sacerdotal»<sup>2</sup>.

D. Manuel Gonçalves Cerejeira, personalidade marcante do séc. XX português e da vida da Igreja no mesmo período, é uma figura que provoca reações várias. A sua relação pessoal com António de Oliveira Salazar e a coincidência do seu episcopado com o regime do Estado Novo obstaculizam uma leitura mais serena e completa da vida e obra do cardeal Cerejeira.

Na história dos homens, não podemos deixar de referir o eurocentrismo na viragem do séc. XIX para o XX, a Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão, a ascensão dos totalitarismos fascista, nazi e soviético, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, o período de prosperidade que se seguiu ao segundo conflito mundial, a descolonização, entre muitos outros. No mesmo período, desde Leão XIII a Pio XII, a Igreja viveu um período de grande renovação e dinamismo eclesial, que não só marcaria o ritmo da vida da Igreja nessas décadas, como culminaria na realização do Concílio Vaticano II. Tendo sido o concílio o acontecimento mais marcante na história da Igreja no séc. XX, não podemos menosprezar o período que o antecedeu e o preparou. Convocado por João XXIII, continuado e encerrado por Paulo VI, saíram dele

---

<sup>1</sup> BENEDICTUS PP. XVI – *Allocutione ad Congressum Theologicum Internationalem a Congregatione pro Clero paratum*, in AAS. 102 (2010) 240.

<sup>2</sup> IOANNES PAULUS PP. II – *Epistulae ad universos Ecclesiae Sacerdotes, adveniente Feria V in Cena Domini*, in AAS. 71 (1979) 402-403.

documentos, orientações que prepararam a Igreja para o grande embate cultural que aconteceu no final da década de sessenta.

Na mesma altura, Portugal entra no séc. XX mergulhado numa profunda crise política e económica. O Ultimato, a revolta de 31 de Janeiro de 1891 e o Regicídio de 1908 prepararam a implantação da República a 5 de Outubro de 1910. Porém, a Primeira República não respondeu e não realizou as expetativas que despertara. Gomes da Costa liderou, a 28 de Maio de 1926, o golpe militar que pôs termo à Primeira República. Em 1928, Oliveira Salazar apareceu no cenário político nacional, como ministro das Finanças. Em 1933, plebiscitada nova Constituição, Portugal entra no Estado Novo. Salazar resistiu à Segunda Guerra Mundial e à afirmação das democracias no mundo ocidental, à campanha de Humberto Delgado em 1958, ao início da guerra no Ultramar. Impossibilitado em 1968, sucede-lhe Marcello Caetano. O regime, já muito desgastado, cairia com o golpe militar de 25 de Abril de 1974.

Na vida da Igreja portuguesa, assistimos a um clima de hostilidade na Primeira República, que despertou a reconfiguração e renovação da vida eclesial e pastoral. O grande impacto nos católicos portugueses das aparições de Fátima de 1917, a Ação Católica Portuguesa, a Concordata de 1940, lançaram a Igreja num paradigma de recristianização, sob o qual viveu até ao Vaticano II. A crise do bispo do Porto, a crescente oposição de católicos ao Estado Novo e o “aggiornamento” do concílio alteraram o quadro de “união nacional” entre os católicos e a nação.

É neste cenário político-religioso que se enquadra D. Manuel Gonçalves Cerejeira. De origem minhota e de família profundamente católica, fez a sua formação por Guimarães, Porto, Braga e Coimbra. Em Coimbra, destacou-se quer pela forte militância católica, quer pelo seu percurso académico. Em 1928 foi ordenado bispo, o que poria termo à sua carreira académica. Em 1929 foi nomeado patriarca de Lisboa e elevado, no ano seguinte, ao cardinalato. Perante uma diocese que sofrera de modo particularmente intenso as campanhas anti-clericais do séc. XIX e XX, o cardeal Cerejeira lançou-se na “reconstrução” pastoral da mesma. Com o lema *adveniat regnum tuum*, lançou um projeto pastoral, assente na recristianização da sociedade, na valorização do clero, na promoção da Ação Católica e na revitalização pastoral das comunidades.

Neste trabalho vamos debruçarmo-nos sobre a espiritualidade sacerdotal presente nos escritos de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Ele dedicou sempre grande

atenção ao seu clero. Nas razões que motivaram este trabalho, manifesta-se a inegável importância do seu episcopado. O Ano Sacerdotal proposto por Bento XVI despertou o nosso interesse pelo aprofundamento dos elementos da espiritualidade sacerdotal. Do ponto de vista pessoal, surgiu-nos o desafio de conjugar este interesse com o de estudar a figura do cardeal Cerejeira.

Quanto à delimitação cronológica, balizamos o nosso estudo entre o início do séc. XX e a Revolução dos Cravos de 1974, tendo-nos centrado, dum modo mais profundo, nas décadas de trinta a sessenta. O cardeal Cerejeira embora tenha participado no Vaticano II, os novos desafios que dele saíram, além de coincidirem com a fase final do seu ministério, pouco o determinou. O seu ministério, enquanto patriarca de Lisboa, tem o seu “auge” entre as décadas de trinta e sessenta.

Relativamente à base documental, temos de referir as *Obras Pastorais*<sup>3</sup>, nas quais encontramos os textos que estudamos. Acrescentamos, igualmente, outras obras da responsabilidade do cardeal Cerejeira<sup>4</sup>. Na investigação que fizemos, constatamos a inexistência da publicação das homilias proferidas nas ordenações sacerdotais. Seguindo orientação do Sr. Cónego João de Sousa<sup>5</sup>, que nos informou que essas homilias eram feitas sem recurso a qualquer apontamento escrito, dirigimo-nos ao Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa<sup>6</sup>, onde confirmámos a inexistência de qualquer apontamento. No sentido de procurar contextualizar o período e a personalidade estudados, optamos por analisar os documentos do Magistério relativos à espiritualidade sacerdotal. Recorremos, igualmente, à edição comemorativa do centenário do nascimento do cardeal Cerejeira da *Lusitania Sacra*<sup>7</sup>, que nos forneceu preciosas indicações para a prossecução do nosso trabalho.

---

<sup>3</sup> CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras Pastorais*. Lisboa: União Gráfica, 1936-1970. 7 vol. [Os sete volumes das *Obras Pastorais* têm a seguinte ordem cronológica: vol. I (1936): 1928-1935; vol. II (1943): 1936-1942; vol. III (1947): 1943-1947; vol. IV (1954): 1948-1953; vol. V (1960): 1954-1959; vol. VI (1964): 1960-1963; vol. VII (1970): 1964-1970].

<sup>4</sup> Cfr. CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Cartas de Roma: Concílio Ecuménico Vaticano Segundo*. Lisboa: União Gráfica, [1966]; CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Na hora do diálogo: resposta a muitas questões*. Lisboa: União Gráfica, 1967; CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *A crise da Igreja: conferências feitas ao conselho presbiteral do Patriarcado de Lisboa nos dias 4, 5 e 6 de Março e 1 e 2 de Julho de 1969*. Lisboa: União Gráfica, 1969.

<sup>5</sup> Cfr. Anexo.

<sup>6</sup> Cfr. *ARQUIVO Histórico do Patriarcado de Lisboa*. Fundo D. Manuel Gonçalves Cerejeira, 14º Patriarca de Lisboa: Secretaria Particular, Produção literária, escritos e documentos pessoais, Discursos, homilias e mensagens.

<sup>7</sup> *LUSITANIA Sacra: Pensamento e obra do Cardeal Cerejeira*. Lisboa, 2ª série, 2 (1990).

O nosso estudo estrutura-se em três capítulos. No primeiro, procuramos fazer a contextualização político-religiosa do período alvo do nosso estudo. Num primeiro ponto, apresentamos uma análise transversal da vida da humanidade e da Igreja. Seguidamente, centramo-nos nos movimentos de renovação eclesiais e, por fim, traçamos o quadro geral da vida da Igreja em Portugal.

No segundo capítulo, foi nosso objetivo apresentar o enquadramento teológico e analisar o ressurgimento da espiritualidade sacerdotal na primeira metade do séc. XX. Neste âmbito, apresentamos brevemente as figuras determinantes e que mais influência exerceram sobre o pensamento do cardeal Cerejeira. Inserimos aqui o estudo dos principais documentos pontifícios sobre espiritualidade sacerdotal que marcaram esse período.

Por fim, no terceiro capítulo, apresentamos os elementos fundamentais de espiritualidade sacerdotal resultantes da análise dos escritos de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Assim, num primeiro ponto, fizemos um percurso pela vida da personalidade em estudo, traçando um olhar geral sobre o seu percurso intelectual e eclesiástico. Depois, traçamos um olhar global sobre os textos estudados, de modo a identificar os principais eixos orientadores no pensamento do cardeal Cerejeira. No terceiro ponto, apresentamos o projeto pastoral do cardeal na perspetiva da valorização do clero. No quarto ponto, centramo-nos no desenvolvimento dos elementos de espiritualidade sacerdotal. O repetido apelo à santidade do clero é uma referência da maior importância. A questão em torno da santidade religiosa e secular teve também eco entre nós e o cardeal Cerejeira assumiu-se como um dos principais intervenientes. O peso da devoção ao Sagrado Coração de Jesus reflete-se também nos seus escritos. O entendimento da união entre clero e bispo mereceu referência. O cardeal Cerejeira preocupou-se em alertar os seus sacerdotes para os desafios dum mundo secularizado e para os perigos de mundanização.

Por tudo isto, D. Manuel Gonçalves Cerejeira foi, parafraseando João Paulo II<sup>8</sup>, um filho do seu tempo, “aggiornato” na sua ação pastoral, zeloso pastor, pai e amigo do seu clero.

---

<sup>8</sup> Cfr. IOANNES PAULUS PP. II – *Epistulae ad universos Ecclesiae Sacerdotes, adveniente Feria V in Cena Domini*, in AAS. 71 (1979) 402-403.



## CAPÍTULO I

### O CONTEXTO POLÍTICO-RELIGIOSO DA PRIMEIRA METADE DO SÉC. XX

A vida de D. Manuel Gonçalves Cerejeira desenrola-se num período muito complexo e, simultaneamente, rico na vida da humanidade e, principalmente, na vida da Igreja. O arco temporal que pretendemos apresentar vai desde o início do séc. XX até 1974, data que, no contexto português, assume grande significado.

#### 1.1. A Igreja e o Mundo

Na transição do séc. XIX para o séc. XX, vive-se, na Europa, um clima de confiança no progresso, sobretudo na ciência. Essa euforia manifesta-se no grande desenvolvimento industrial e comercial da Europa e da América do Norte e, por outro lado, alimenta o imperialismo europeu. O Império Britânico, a França, a Alemanha, o Império Russo e os Estados Unidos dominam a cena internacional. Vastas áreas do mundo, nomeadamente África e o Sudeste asiático, encontram-se na esfera do euro-mundo, ou seja, sob domínio político e económico das potências europeias. Estas tensões e afirmações imperialistas culminariam na Grande Guerra de 1914-1918, que devastou a Europa e que, decisivamente, pôs fim a uma época<sup>9</sup>.

##### 1.1.1. Na transição do século: Leão XIII e Pio X

Desde o Iluminismo, a Igreja vive o confronto com a modernidade. Coube a Leão XIII iniciar um diálogo com o mundo moderno, depois das posições muito negativas de Pio IX, cuja máxima expressão se patenteia no *Syllabus* e na *Quanta Cura*. Leão XIII inaugura um novo modo de relação da Igreja com o mundo<sup>10</sup>, movido pelo seu desejo de cristianizar o mundo moderno. Nas relações com França, introduz a política do *ralliement*, segundo a qual a Igreja reconhecia o regime político vigente num determinado país e a partir da qual procurava estabelecer concordatas com os Estados,

---

<sup>9</sup> Cfr. AAVV – *História comparada: Portugal, Europa e o Mundo uma visão cronológica*. Vol. II. Navarra: Círculo de Leitores, 1996, p. 152.

<sup>10</sup> Cfr. KÖHLER, Oskar – El plan mundial de León XIII: objetivos e métodos. In JEDIN, Hubert – *Manual de historia de la Iglesia*. Tom. 8. Barcelona: Editorial Herder, 1978, p. 47.

pelas quais se garantia o *modus vivendi* da Igreja. Esta política estaria na base de entendimento das relações entre Igreja e poder político até ao Concílio Vaticano II.

Outro aspeto muito importante e determinante que surge com Leão XIII é o do catolicismo social e integral. A fé cristã tem de penetrar todos os ambientes e todos os âmbitos da vida pública. A encíclica *Rerum novarum*, de 1891, primeira encíclica social, marcou a postura da Igreja face ao novo mundo do operariado e das relações entre trabalho e capital. Assim, em jeito de balanço acerca do pontificado de Leão XIII, que faleceu em 1903, e sintetizando toda a sua ação pastoral: «(...) tudo isto eram manifestações de uma grandiosa vontade de *restauração*, não já pelos caminhos da renovação política de começos do século, mas mediante a orientação face ao mundo moderno (...)»<sup>11</sup>.

A Leão XIII sucede Pio X. Giuseppe Sarto, nome de batismo de Pio X, nasceu no seio duma família humilde. Passou por todos os estados da vida pastoral: iniciou o seu ministério como coadjutor duma paróquia rural, seguindo-se a paroquialidade duma povoação maior; foi chanceler da diocese de Treviso e diretor espiritual do seminário; foi bispo de Mântua e, em 1893, patriarca de Veneza e cardeal. O seu pontificado é marcado, essencialmente, por um programa de renovação interna da Igreja e de renovação espiritual da cristandade, sob o lema «instaurar todas as coisas em Cristo» (Ef 1, 10). Enquanto bispo, procurou fomentar no clero o zelo pastoral e intensa vida de piedade, incrementou a catequese, permitiu a comunhão eucarística das crianças e fomentou a comunhão frequente<sup>12</sup>. Este interesse pela vida interna da Igreja não foi, certamente, acompanhado pela continuidade da postura do seu antecessor, no que se refere ao diálogo com o mundo. Pio X era um homem conservador, de espírito prático, um “simples pároco rural”<sup>13</sup>. Face ao posicionamento de alguma abertura ao mundo do seu antecessor, Pio X toma uma postura mais reacionária. Nas relações com os Estados, «Pio X voltou à atitude rígida e intransigente de Pio IX»<sup>14</sup>, reafirmando os direitos da Igreja. Uma das grandes consequências desta atitude foi a condenação do modernismo.

O modernismo foi um movimento teológico, que pretendia relacionar a doutrina católica com a modernidade, nomeadamente no confronto/diálogo com novas correntes

---

<sup>11</sup> KÖHLER, O. – El plan mundial de León XIII, p. 66.

<sup>12</sup> Cfr. AUBERT, Roger – Pío X, el papa de la reforma conservadora. In JEDIN, Hubert – *Manual de historia de la Iglesia*. Tom. 8. Barcelona: Editorial Herder, 1978, p. 537.

<sup>13</sup> Cfr. AUBERT, R. – Pío X, el papa de la reforma conservadora, p. 538.

<sup>14</sup> AUBERT, R. – Pío X, el papa de la reforma conservadora, p. 540.

filosóficas, com as ciências positivas e sociais<sup>15</sup>. «A Pio X correspondeu afrontar a crise intelectual e religiosa mais forte sofrida pela Igreja católica desde a reforma luterana: o modernismo»<sup>16</sup>, afirma José María Javierre. Em Julho de 1907, o decreto *Lamentabili sane exitu* condena as afirmações de Loisy, exegeta bíblico. Três meses depois, a encíclica *Pascendi* faz uma condenação universal do modernismo. Os estudos dos seminários e faculdades de teologia são reformados e é estabelecido um sistema de vigilância do ensino ministrado nessas instituições, de modo a não penetrarem tendências heterodoxas. Foi introduzido o juramento anti-modernista, ao qual estavam obrigados os docentes de teologia.

Apesar deste lado mais conservador e intransigente, Pio X foi um dos papas mais reformadores da vida da Igreja<sup>17</sup>. Poderíamos elencar os principais eixos de reforma e ação de Pio X<sup>18</sup>: 1) reforma da Cúria romana e codificação do Direito Canónico; 2) decretos eucarísticos e renovação litúrgica; 3) fomento do zelo e ação pastoral.

A Cúria romana, reformada por Sisto V na sequência do Concílio de Trento, foi sofrendo, ao longo dos séculos, ajustes, consoante as necessidades mais prementes, mas nunca foi alvo de uma reforma de fundo. O fim dos Estados pontifícios, a existência de congregações com funções similares, a burocracia excessiva no funcionamento da cúria, o crescimento do catolicismo no mundo, a crescente centralização romana ao longo do séc. XIX, juntamente com a capacidade organizadora de Pio X, fruto do seu ministério como pároco, chanceler e bispo, foram as principais razões para uma reforma global da cúria<sup>19</sup>. Para tal, Pio X cria uma comissão para estudar e preparar a reforma da cúria com as seguintes instruções<sup>20</sup>: abolição dos organismos supérfluos e adequação/criação de estruturas apropriadas aos novos tempos e desafios; eliminação dos abusos e desordens nos organismos a manter; separação das competências administrativas e judiciais que muitas vezes se misturavam; determinação clara das competências de cada dicastério. A constituição apostólica *Sapienti Consilio* de 1908<sup>21</sup> estabelece a nova

---

<sup>15</sup> Cfr. AUBERT, Roger – Modernismo. In AAVV – *Sacramentum Mundi: enciclopédia teológica*. Tom. 4. Barcelona: Editorial Herder, 1973, p. 765-766.

<sup>16</sup> FLICHE, Agustín; MARTÍN, Víctor – *Historia de la Iglesia: el mundo secularizado*, 2. Vol. 25. Valencia: EDICEP, 1991, p. 401.

<sup>17</sup> Cfr. AUBERT, Roger – Sección primera: La obra de reforma de Pío X. In JEDIN, Hubert – *Manual de historia de la Iglesia*. Tom. 8. Barcelona: Editorial Herder, 1978, p. 550.

<sup>18</sup> Cfr. AUBERT, R. – Sección primera: La obra de reforma de Pío X, pp. 551-585.

<sup>19</sup> Cfr. AUBERT, R. – Sección primera: La obra de reforma de Pío X, p. 552.

<sup>20</sup> Cfr. AUBERT, R. – Sección primera: La obra de reforma de Pío X, p. 554.

<sup>21</sup> Cfr. PIUS PP. X – *Sapienti Consilio*, in AAS. 1 (1909) 7-19.

orgânica da cúria. Só com Paulo VI, e depois João Paulo II, é que a Cúria seria alvo, novamente, de reforma.

A necessidade de codificação da legislação canónica era premente no início de novecentos.

«Há vários decénios que flutuava no ar a ideia de uma transformação do direito canónico conforme as exigências dos tempos, a fim de adaptá-lo à nova situação, assim como a da redação de um código em que se reuniria sistematicamente toda a legislação canónica»<sup>22</sup>.

Já no Concílio Vaticano I vários bispos haviam manifestado essa preocupação. Logo em 1904, Pio X nomeia, pelo motu próprio *Ardum Sane Munus*, a comissão preparatória de reforma do direito canónico. Graças ao entusiasmo e competência de Pietro Gasparri que, a partir de 1907, coordenou os trabalhos da referida comissão, os trabalhos avançam e, em 1912, está concluído o primeiro projeto, o qual é submetido às observações dos bispos do mundo inteiro<sup>23</sup>. A maior parte do trabalho estava concluída quando Pio X faleceu, em 1914. O Código de Direito Canónico ficou pronto em 1916 e foi promulgado pela constituição apostólica *Providentissima Mater Ecclesia*, já no pontificado de Bento XV. O Código trouxe inúmeras vantagens e evidencia a eclesiologia dominante. Foi igualmente um instrumento de reorganização da vida pastoral das paróquias e dioceses.

Pio X é conhecido como o “papa da Eucaristia”. As questões às quais o papa vai responder prendem-se com o seguinte: 1) comunhão frequente, em que uma tendência defendia a comunhão frequente e outra, marcada por reminiscências jansenistas, concebia a comunhão no máximo semanal; 2) idade da primeira comunhão. Pio X resolve a questão com dois decretos: o decreto *Sacra Tridentina Synodus*<sup>24</sup>, de 1905, onde afirma a legitimidade da prática da comunhão frequente, devendo ser incrementada; e o decreto *Quam Singularis*<sup>25</sup>, de 1910, que estabelece os sete anos como idade para a primeira comunhão e as condições para tal.

A experiência pastoral de Pio X traduziu-se, igualmente, numa valorização do zelo e ação pastorais. A sua primeira preocupação dirige-se aos seminários, à formação

---

<sup>22</sup> AUBERT, R. – Sección primera: La obra de reforma de Pío X, p. 558.

<sup>23</sup> Cfr. AUBERT, R. – Sección primera: La obra de reforma de Pío X, p. 561.

<sup>24</sup> Cfr. PIUS PP. X – *Sacra Tridentina Synodus*, in AAS. 2 (1910) 894-898.

<sup>25</sup> Cfr. PIUS PP. X – *Quam singularis*, in AAS. 2 (1910) 577-583.

do clero. Logo em 1904, na celebração do décimo terceiro centenário da morte de Gregório Magno, o papa traça o perfil do sacerdote ideal. De especial relevo foi a exortação apostólica *Haerent animo*<sup>26</sup>, de 1908, em que Pio X «traça aqui uma imagem verdadeiramente tradicional do sacerdote»<sup>27</sup>. Também os seminários foram alvo de atenção, com a publicação de normas referentes ao currículo escolar, à organização interna, à disciplina. Quanto à escolha para o exercício do episcopado, o papa legislou nessa matéria, impondo novas regras e estreitou os laços de comunicação entre a Sé Apostólica e os bispos<sup>28</sup>.

A catequese foi outro âmbito da vida pastoral muito valorizada e incrementada por Pio X. Dedicou uma encíclica, em 1905, *Acerbo Nimis*, à problemática do ensino da doutrina cristã. Nela lembrava o papel dos párocos, de todos os sacerdotes e dos catequistas leigos nessa missão e indicava normas para o fomento da catequese. Surge, como revisão dum catecismo anterior de maior volume, o qual não teve grande sucesso de divulgação, em 1912, o Catecismo da Doutrina Cristã, cujo método assentava na estrutura pergunta-resposta, de fácil memorização, de acesso universal. Foi um instrumento muito divulgado, apesar das lacunas em termos de referências bíblicas e ao nível pedagógico.

### **1.1.2. Da Primeira Guerra Mundial à afirmação dos totalitarismos: Bento XV e Pio XI**

A Pio X sucedeu Bento XV. Bento XV<sup>29</sup>, de nome Giacomo Paolo Battista Della Chiesa, nasceu a 21 de Novembro de 1854, em Génova. Realizou os seus estudos no seminário e Universidade de Génova. Estudou teologia em Roma e foi ordenado em 1878. Foi secretário na nunciatura apostólica em Espanha. Em 1907, é nomeado arcebispo de Bolonha. Nele combinavam-se duas posturas: «um diplomata consumado, cheio de zelo pelas almas»<sup>30</sup>. Eleito papa num conclave pacífico, a 3 de Setembro de 1914, a sua primeira mensagem e, igualmente, a sua encíclica inaugural constituíram

---

<sup>26</sup> Cfr. PIUS PP. X – *Haerent animo*, in ASS. 41 (1908) 555-577.

<sup>27</sup> AUBERT, R. – Sección primera: La obra de reforma de Pío X, p. 578.

<sup>28</sup> Cfr. AUBERT, R. – Sección primera: La obra de reforma de Pío X, p. 581.

<sup>29</sup> Cfr. JEDIN, Hubert – Los papas Benedicto XV, Pío XI y Pío XII. Biografía y actividad intraeclesial. In JEDIN, Hubert; REPGEN, Konrad – *Manual de Historia de la Iglesia*. Tom. 9. Barcelona: Editorial Herder, 1984, p. 51.

<sup>30</sup> JEDIN, H. – Los papas Benedicto XV, Pío XI y Pío XII, p. 52.

um apelo à paz, no contexto de início da Grande Guerra de 1914-1918<sup>31</sup>. De grande relevância no seu pontificado, nomeadamente pela regulação da vida pastoral, foi a promulgação do Código de Direito Canónico, em 1917. Promoveu a fundação de universidades católicas e, em 1915, fundou uma congregação específica para os seminários. Bento XV, papa da paz, teve o mérito de guiar a Igreja num período tão complexo e difícil, como foi o da Primeira Guerra Mundial, conseguindo manter a neutralidade da Sé Apostólica. Morreu a 22 de Janeiro de 1922.

Em Fevereiro de 1922, era eleito papa Achille Ratti, Pio XI. Natural da Lombardia, de famílias de classe média, nasceu em 1857. Estudou teologia na Sapienza, em Roma, e filosofia na Academia de São Tomás<sup>32</sup>. Foi ordenado sacerdote em 1879, em Latrão. Exercendo o ministério sacerdotal na arquidiocese de Milão, foi professor no seminário e bibliotecário-mor da biblioteca Ambrosiana. Fruto do seu trabalho científico, surgem as *Acta ecclesiae Mediolanensis*, em 1907<sup>33</sup>. Em 1914, é nomeado prefeito da Biblioteca Vaticana. Tendo sido visitador apostólico na Polónia ocupada, em 1918, quando este país se reconstituiu como estado independente, Ratti é nomeado núncio apostólico. Nesta missão, ajudou ao revigoração da Igreja na Polónia, numa altura em que a ameaça bolchevique, vinda da Rússia, se fazia sentir fortemente. Em 1921, é nomeado arcebispo de Milão e cardeal. Em Dezembro desse mesmo ano, inaugurou a universidade católica do Sagrado Coração.

Eleito para sucessor de Pedro, Pio XI escolhe como sua divisa *Pax Christi in regno Christi*, a qual explicou e desenvolveu na sua primeira encíclica *Ubi arcano* e mais tarde na *Quas Primas*, de 1925<sup>34</sup>. Hubert Jedin resume nestas palavras a figura de Pio XI:

«Pela primeira vez desde os tempos de Bento XIV, ascendia ao trono pontifício um papa que se distinguia pelos seus amplos conhecimentos, seu notável domínio das línguas, seus contactos internacionais e, não em último lugar, pelos seus conhecimentos no campo da investigação moderna. Mas não só por isto. Tinha desenvolvido sempre uma viva actividade pastoral e, como núncio, tinha acumulado experiências de política eclesiástica»<sup>35</sup>.

---

<sup>31</sup> Cfr. JEDIN, H. – Los papas Benedicto XV, Pío XI y Pío XII, p. 53.

<sup>32</sup> Cfr. JEDIN, H. – Los papas Benedicto XV, Pío XI y Pío XII, p. 55.

<sup>33</sup> Cfr. JEDIN, H. – Los papas Benedicto XV, Pío XI y Pío XII, p. 55.

<sup>34</sup> Cfr. PIUS PP. XI – *Quas primas*, in AAS. 17 (1925) 593-610.

<sup>35</sup> Cfr. JEDIN, H. – Los papas Benedicto XV, Pío XI y Pío XII, p. 57.

Face à investida do laicismo liberal, a ameaça do comunismo, Pio XI concebe, e de certo modo encarna, um cristianismo e uma Igreja em ação, como força viva no meio da sociedade. Pio XI era um homem de um caráter lutador e de grande piedade. Na sua ação pastoral, além duma preocupação natural pela preservação dos arquivos, das bibliotecas, do património artístico, destacam-se: 1) a reforma da formação dos seminários; 2) fomento da Ação Católica; 3) reinado social de Cristo; 4) resistência aos totalitarismos. Inseriu, na formação sacerdotal que se realizava nos seminários, os modernos métodos científicos. A este respeito, não deixa de ser relevante a fundação da Academia da Ciência, em 1936<sup>36</sup>.

Em 1929, com os Acordos de Latrão, Pio XI punha fim à “questão romana”, que vinha desde o fim dos Estados pontifícios em 1870. A Sé Apostólica conseguia, assim, uma indispensável autonomia política e económica, garantia da independência do papado. Os Acordos de Latrão serviram de inspiração à política concordatária do Vaticano nos anos seguintes.

Foi conhecido como o “papa dos jubileus” devido às inúmeras comemorações que decorreram durante o seu pontificado e a partir das quais aproveitou para analisar problemas muito concretos do seu tempo. Na sua preocupação em fazer da Igreja «sal da terra e luz do mundo» (Mt 5, 13-14), fundou a Ação Católica. Com a implantação do fascismo na Itália e a decorrente impossibilidade de existirem associações políticas de matriz católica, Pio XI pugnou pela fundação de uma associação religiosa de fiéis, com o objetivo de construir e promover o reinado social de Jesus Cristo. Pio XI aumentou, lentamente, o número de cardeais provenientes do mundo extra-europeu. O seu pontificado é também marcado por numerosas beatificações e canonizações<sup>37</sup>, nomeadamente as de Roberto Belarmino, Pedro Canísio, Alberto Magno, Cura d’Ars, João Bosco, Bernardette Soubirous, John Fisher e Tomás Moro. No seu tempo, a Igreja tomou verdadeiramente consciência da sua dimensão universal, da sua extensão mundial, seja pelos congressos eucarísticos internacionais realizados em todos os continentes, seja pela expansão das missões *ad gentes*, seja pelo estabelecimento de relações diplomáticas com muitos países, por todo o mundo. Perante o fascismo italiano, a afirmação do nazismo de Hitler na Alemanha, a vaga de regimes autoritários inspirados em Mussolini e no nacional-socialismo pela Europa e América Latina, e a

---

<sup>36</sup> Cfr. JEDIN, H. – Los papas Benedicto XV, Pío XI y Pío XII, p. 59.

<sup>37</sup> Cfr. JEDIN, H. – Los papas Benedicto XV, Pío XI y Pío XII, p. 61.

afirmação do poder soviético, Pio XI apareceu como um defensor da liberdade da Igreja.

### 1.1.3. A Segunda Guerra Mundial e o período pós-guerra: Pio XII

Pio XI faleceu a 10 de Fevereiro de 1939, sucedendo-lhe, a 2 de Março, Eugenio Pacelli, Pio XII<sup>38</sup>. Pacelli era oriundo duma família com tradição jurídica junto da Santa Sé. Nasceu em 1876 e foi ordenado sacerdote em 1899. Em 1904, ingressou, como colaborador, na congregação para os assuntos eclesiásticos extraordinários, sendo, em 1914, nomeado secretário da mesma. Desenvolveu atividade docente na *Academinia «dei Nobili»*. Em 1917, foi nomeado núncio para Munique e, depois do fim da monarquia germânica, foi o primeiro núncio junto na República Alemã. Em 1929 regressa a Roma, é nomeado cardeal e secretário de Estado. Da sua ação a este nível, salienta-se o estabelecimento da concordata com o Reich alemão de Adolf Hitler. As suas viagens como legado pontifício a vários pontos do mundo católico fizeram dele uma figura conhecida. Assim, quando morre Pio XI, «era o mais conhecido dos cardeais e o Sacro Colégio tinha clara consciência de que Pacelli estava magnificamente capacitado para governar a Igreja universal»<sup>39</sup>.

Em 1939, respirava-se na Europa um clima de ameaça de guerra, devido à anexação da Áustria pela Alemanha nazi (1938), ao desmembramento da Checoslováquia e à anexação de grande parte do seu território pela Alemanha (1939) e à corrida acelerada às armas. Apesar de Pio XII apelar à manutenção da paz, em Setembro de 1939 começa a Segunda Guerra Mundial. Esta só terminaria em 1945, com a rendição da Alemanha, em Maio, e do Japão, em Setembro. Durante esses terríveis anos, Pio XII apelou sempre à paz e não deixou de apoiar as vítimas. Terminada a guerra, em 1946, no consistório desse ano, o papa Pacelli criou 32 novos cardeais, procedentes das várias zonas do globo. Esta internacionalização do colégio cardinalício repetiu-se em 1953, com 24 novos cardeais. O número de cardeais italianos ficou reduzido a um terço.

Mesmo num mundo incendiado pela guerra, Pio XII não deixou de exercer o seu magistério. Em 1943, é publicada a encíclica *Mystici corporis*, sobre a teologia eclesiológica do Corpo Místico; no mesmo ano, a *Divino aflante Spiritu*, sobre os estudos bíblicos; a constituição *Sacramentum ordinis*, em 1947, que estabelecia que a

---

<sup>38</sup> Cfr. JEDIN, H. – Los papas Benedicto XV, Pío XI y Pío XII, pp. 63-65.

<sup>39</sup> JEDIN, H. – Los papas Benedicto XV, Pío XI y Pío XII, p. 65.



matéria e forma do sacramento da ordem eram a imposição das mãos e a oração consecratória; a proclamação do dogma da Assunção de Nossa Senhora, pela bula *Munificentissimus Deus*, em 1950; a encíclica *Haurietis aquas*, de 1956, sobre a devoção ao Coração de Jesus; a *Humani generis*, onde se condenavam certos erros do tempo moderno. «Nenhum dos predecessores de Pio XII estudou tão a fundo os temas e falou tão minuciosamente nos seus discursos [...] aos peregrinos, participantes em Congressos e membros das mais diversas profissões»<sup>40</sup>, dos mais variados aspetos da vida cristão, desde a dignidade do homem à família, desde o exercício cristão das profissões profanas, valorizando os novos meios de comunicação para tal. Consagra o movimento litúrgico com a encíclica *Mediator Dei*, de 1947, em que, numa concretização da teologia do Corpo Místico, fala da participação ativa dos fiéis na liturgia. De grande alcance foi a promulgação do novo ritual para a celebração do Tríduo Pascal, nomeadamente com a reposição da celebração da Vigília Pascal na noite do Sábado Santo<sup>41</sup>. Em 1947, pela constituição apostólica *Provida Mater Ecclesia*, estabelece a legislação para os institutos seculares, abrindo uma porta de novidade no mundo das congregações religiosas.

#### **1.1.4. A chegada de novos tempos: João XXIII e Paulo VI**

Pio XII morreu a 9 de Outubro de 1958<sup>42</sup>. O seu falecimento marca, definitivamente, o fim duma época. Suceder-lhe-ia o cardeal Roncalli, natural de Bérgamo, nascido em 1881. Depois de ter frequentado os estudos do seminário, foi ordenado sacerdote em 1904. Foi secretário do cardeal Tedeschi, que foi para ele uma grande referência de vida sacerdotal<sup>43</sup>. Foi capelão militar durante a Primeira Guerra Mundial, presidente da Obra Italiana de Propagação da Fé. Em 1925, foi nomeado visitador apostólico da Bulgária e consagrado bispo. Foi aí que contactou com o cristianismo ortodoxo. Em 1934, foi nomeado delegado apostólico para a Turquia e Grécia. No pós-guerra, foi núncio em França. Em 1953, foi elevado ao cardinalato e eleito patriarca de Veneza. Enquanto bispo, foi próximo das comunidades. Em Outubro

---

<sup>40</sup> JEDIN, H. – Los papas Benedicto XV, Pío XI y Pío XII, p. 67.

<sup>41</sup> Cfr. JEDIN, H. – Los papas Benedicto XV, Pío XI y Pío XII, p. 68.

<sup>42</sup> Cfr. JEDIN, H. – Los papas Benedicto XV, Pío XI y Pío XII, p. 70.

<sup>43</sup> Cfr. JEDIN, Hubert – El concilio Vaticano II. In JEDIN, Hubert; REPGEN, Konrad – *Manual de Historia de la Iglesia*. Tom. 9. Barcelona: Editorial Herder, 1984, p. 164.

de 1958 era eleito papa<sup>44</sup>. A sua primeira encíclica tem como motivo a celebração do centenário da morte de S. João Maria Vianney, o cura d'Ars, *Sacerdotii nostri primordial*, onde trata de apresentar a *imago sacerdotalis* ideal. A 25 de Janeiro de 1959, anunciava aos cardeais a convocação dum concílio ecuménico. Este anúncio «ressoou como um toque de clarim dentro da Igreja e quase mais agudamente fora dela»<sup>45</sup>. Desde o início, desejou que os cristãos separados participassem no concílio.

Iniciaram-se, então, os procedimentos necessários para a realização do concílio: a estruturação de comissões e a consulta ao episcopado universal. O concílio chamar-se-ia Concílio Vaticano II<sup>46</sup>. As comissões preparatórias trabalharam intensamente, entre 1960 e 1962, na preparação dos textos preparatórios para a reunião conciliar. Pela constituição apostólica *Humanae salutis*, de 1961, João XXIII apontava a abertura do Vaticano II para o ano seguinte. O papa não acompanharia os trabalhos conciliares até ao seu fim. Veio a falecer em 1963. «João XXIII tinha aberto com suas encíclicas, num labor paralelo e complementar ao do concílio, novos caminhos à Igreja»<sup>47</sup>, sendo de grande relevância a *Mater et Magistra*, de 1961, na linha das encíclicas sociais, e a *Pacem in terris*, de 1963, sobre a paz. João XXIII alargou o número de membros do colégio cardinalício. O seu pontificado poder-se-ia resumir num conceito: *aggiornamento*. Com ele, João XXIII mostrava-se convicto de que a Igreja tinha que adaptar o seu modo de estar e comunicar no e para o mundo, revendo a sua organização pastoral tendo em conta as grandes mudanças culturais, económicas, políticas e sociais. Assim, «para convertê-lo em realidade convocou o concílio»<sup>48</sup>.

O arcebispo de Milão, Giovanni Montini, sucedeu a João XXIII, com o nome de Paulo VI, e continuou o Vaticano II. Muito diferente do seu antecessor, formara-se em direito canónico, fez estudos no âmbito da diplomacia eclesiástica, trabalhou na Secretaria de Estado, realizou apostolado junto dos jovens universitários e operários. Em 1954, foi nomeado arcebispo de Milão. Coube a Paulo VI dar continuidade ao Vaticano II. A sua habilidade diplomática e a sua formação canónica foram muito importantes para o desenvolvimento dos trabalhos conciliares<sup>49</sup>. Afirma Alberigo: «O papa Paulo aceitou lealmente o concílio, esforçou-se por garantir a unanimidade,

---

<sup>44</sup> Cfr. JEDIN, H. - El concilio Vaticano II, p. 163.

<sup>45</sup> JEDIN, H. - El concilio Vaticano II, p. 168.

<sup>46</sup> Cfr. JEDIN, H. - El concilio Vaticano II, p. 169.

<sup>47</sup> JEDIN, H. - El concilio Vaticano II, p. 187.

<sup>48</sup> JEDIN, H. - El concilio Vaticano II, p. 167.

<sup>49</sup> Cfr. ALBERIGO, Giuseppe – *Breve historia del Concilio Vaticano II (1959-1965): en busca de la renovación del cristianismo*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2005, pp. 68-70.

interveio repetidas vezes para moderar [...] e teve a fortaleza e constância para o levar a termo»<sup>50</sup>. Terminado o concílio, teve de proceder à reforma da Igreja.

### 1.1.5. O Concílio Vaticano II

De fulcral importância na história da Igreja no séc. XX é a realização do Concílio Vaticano II. Ao convocar o concílio, João XXIII tem em conta as circunstâncias vividas no seu tempo: por um lado, uma Igreja fechada ao diálogo com o mundo moderno; por outro lado, o mundo dividido em dois blocos ideológicos no contexto da Guerra Fria. Contudo, o Vaticano II não seria um concílio como o Vaticano I ou Trento:

«O Papa queria um concílio de mudança de época, ou seja, um concílio que levasse a Igreja a deixar para trás a época pós-tridentina e, em certa medida, a plurissecular etapa constantiniana, para situar-se ante uma fase nova de testemunho e de anúncio, recuperando os elementos fortes e permanentes da tradição, julgados idóneos para alimentar e garantir a fidelidade evangélica em travessia tão complexa»<sup>51</sup>.

Pelo mundo católico, a reação geral foi de entusiasmo<sup>52</sup>. Em 17 de Maio de 1959, é instituída a comissão ante-preparatória, liderada pelo cardeal Tardini e secretariada por Mons. Pericle Felici. Aos bispos de todo o mundo foi enviado um convite para apresentarem propostas para o concílio. Em 1960, pelo motu próprio *Superno Dei Nutu*, são constituídas onze comissões e quatro secretariados, com a missão de prepararem os trabalhos conciliares<sup>53</sup>: comissão central, presidida por João XXIII, com funções de coordenação; comissão teológica, presidida pelo cardeal Ottaviani do Santo Ofício; comissão para os bispos e governo das dioceses; comissão para a disciplina do clero e do povo cristão; comissão dos religiosos; comissão para a disciplina dos sacramentos; comissão para a liturgia; comissão para os estudos e seminários; comissão para as Igrejas orientais; comissão para as missões; comissão para o apostolado dos leigos; secretariado para a imprensa e espetáculos; secretariado para a unidade dos cristãos; secretariado do cerimonial; secretariado administrativo. A maioria destas comissões estava muito vinculada às congregações da Cúria romana, «seus

---

<sup>50</sup> ALBERIGO, Giuseppe – *Breve historia del Concilio Vaticano II*, p. 191.

<sup>51</sup> ALBERIGO, Giuseppe – *Breve historia del Concilio Vaticano II*, p. 31.

<sup>52</sup> Cfr. ALBERIGO, Giuseppe – *Breve historia del Concilio Vaticano II*, pp. 24-25.

<sup>53</sup> Cfr. JEDIN, H. - *El concilio Vaticano II*, p. 169.

presidentes eram também, ao mesmo tempo, presidentes das correspondentes comissões»<sup>54</sup>. Os esquemas surgidos do trabalho destas comissões foram enviados a todos os bispos. A maioria deles traduzia certa mediocridade teológica, reproduzindo a doutrina tradicional, evitando assuntos que exigiam maior profundidade, tais como a relação primado do papa com o episcopado, as fontes da Revelação, os esquemas da liberdade religiosa.

O Concílio Vaticano II abriu a 11 de Outubro de 1962. Na primeira sessão estiveram presentes 2540 padres conciliares, provenientes de todas as partes do mundo. Os bispos oriundos do mundo comunista estavam menos representados. Significativa foi a presença de observadores de cristãos não católicos<sup>55</sup>. A assembleia conciliar dividiu-se, essencialmente, em dois grupos: uma maioria, que tinha presente as dificuldades de diálogo com o mundo moderno, a necessidade de adaptação da vida pastoral da Igreja, a premência do diálogo ecuménico, um pouco avessa à centralização romana, maioritariamente proveniente da Europa central e do norte, da África e Ásia, da América do Norte e Latina; uma minoria, mais voltada para a estabilidade da Igreja, receosa dos riscos da mudança, inquietada pelo perigo do comunismo e da secularização, onde figuravam membros da Cúria romana e vários bispos italianos, vários membros do episcopado espanhol e alguns latino-americanos. Paulo VI foi fulcral para o andamento dos trabalhos conciliares e para a procura de plataformas de consenso entre os padres conciliares.

O Vaticano II encerrou em 8 de Dezembro de 1965<sup>56</sup>. Nas palavras de Giuseppe Alberigo, com o concílio «encerrou-se finalmente, mesmo quando não deixa de se notar algum rescaldo nostálgico, o capítulo da desconfiança e da inquietude católicas dos últimos séculos face à modernidade»<sup>57</sup>. Terminado o concílio, era necessário impô-lo na vida da Igreja, a começar pela Cúria romana. Com a constituição apostólica *Regimini Ecclesiae universalis*<sup>58</sup>, de 1967, operava-se a reestruturação da Cúria. Uma novidade foi a realização de sínodos, como expressão concreta do exercício de colegialidade, consagrada na *Lumen Gentium*. Alberigo resume o que foi o concílio e o seu impacto:

---

<sup>54</sup> JEDIN, H. - El concilio Vaticano II, p. 169.

<sup>55</sup> Cfr. ALBERIGO, G. - *Breve historia del Concilio Vaticano II*, p. 27.

<sup>56</sup> Cfr. ALBERIGO, G. - *Breve historia del Concilio Vaticano II*, p. 175.

<sup>57</sup> ALBERIGO, G. - *Breve historia del Concilio Vaticano II*, p. 16.

<sup>58</sup> Cfr. PAULUS PP. VI - *Regimini Ecclesiae universalis*, in AAS. 59 (1967) 885-929.

«O concílio não pretendeu produzir uma nova “Suma” doutrinal (segundo João XXIII, “para isto não era necessário um concílio”) nem responder a todos os problemas. O que caracterizou o Vaticano II foi a carga de renovação, a ânsia de busca, a disponibilidade para enfrentar-se com a história, a atenção fraterna face a todos os homens. Por isso mesmo, a prioridade que aparece com mais força, por cima inclusive das suas decisões, que não podem ser lidas como normas abstratas e frias, mas sim como expressão e prolongamento do acontecimento em si, é precisamente o próprio facto do “concílio”, isto é, o acontecimento que reuniu uma assembleia deliberativa de mais de dois mil bispos»<sup>59</sup>.

Enquanto concílio eminentemente pastoral, que não seguia o esquema dos concílios anteriores, o Vaticano II comportou riscos e desafios. Preparou a Igreja para enfrentar a questão do comunismo, da Guerra Fria, assim como para a relação com os partidos ligados à democracia-cristã. Alterou a relação dos cristãos com os problemas concretos e reais das sociedades humanas<sup>60</sup>.

## **1.2. Movimentos de renovação eclesiais até ao Concílio Vaticano II**

«Nos anos subsequentes à primeira guerra mundial apareceu na Europa central uma série de novos pontos de vista e inclusive uma ampla e profunda renovação da vida religiosa e eclesial. As causas foram múltiplas: em primeiro lugar, começava a dar frutos o trabalho de interpretação e consolidação da vida eclesial promovida pelos papas Pio IX, Leão XIII e no início do século XX, Pio X»<sup>61</sup>.

Nestas breves linhas se resume o início da renovação eclesial, que até ao Vaticano II marcaria profundamente a vida da Igreja, nomeadamente no ocidente. No âmbito da renovação teológica, assunto tão vasto e complexo, apenas vamos apresentar as principais características e aspetos relevantes.

---

<sup>59</sup> ALBERIGO, G. – *Breve historia del Concilio Vaticano II*, p. 15.

<sup>60</sup> Cfr. ALBERIGO, G. – *Breve historia del Concilio Vaticano II*, p. 16.

<sup>61</sup> ISERLOH, Erwin – Los movimientos intraeclesiales y su espiritualidade. In JEDIN, Hubert; REPGEN, Konrad – *Manual de Historia de la Iglesia*. Tom. 9. Barcelona: Editorial Herder, 1984, p. 442.

### 1.2.1. Renovação teológica

Já com Leão XIII aconteceu um impulso de renovação nos estudos teológicos, nomeadamente com o renascimento do tomismo, na encíclica *Aeterni Patris*, de 1879. A crise modernista, podemos dizer, surge como reação à incapacidade da teologia neoescolástica para responder aos desafios do mundo moderno. Apesar dela, regista-se uma renovação teológica que, no seu todo, manifesta a preocupação do regresso às fontes, nomeadamente à Escritura e aos Padres da Igreja, e uma atenção especial ao mundo moderno, seja às novas correntes filosóficas, seja às ciências sociais em florescimento. A Alemanha e a França assumem-se como os principais pólos de renovação teológica.

Logo nas primeiras décadas de noventa, no campo alemão, surgem figuras que se desligam da neoescolástica, desenvolvendo uma teologia de carácter mais agostiniano, por exemplo, Romano Guardini, ou numa linha mais kerigmática, por exemplo, J. A. Jungmann. Na continuidade da tradição tomista, mas assumindo uma linha mais dinâmica e de valorização das fontes, não esquecendo os desafios da filosofia contemporânea, salientamos, na França, o *Le Saulchoir*, centro de estudos ligado aos dominicanos, e *La Nouvelle Théologie*, ligada ao centro de estudos de Lyon-Fourvière, orientada pelos jesuítas. Quanto à primeira, evidenciam-se M. D. Chenu, Y. Congar, E. Schillebeeckx; quanto à segunda, H. Lubac, J. Daniélou, T. Chardin. No campo germânico, operou-se uma releitura de S. Tomás de Aquino em confronto com a filosofia moderna, desde Kant a Heidegger. Karl Rahner é grande expoente desta corrente.

As ideologias marxista, nacional-socialista e fascista despertaram para a necessidade de um confronto do cristianismo com essas mesmas ideologias, suscitando a elaboração duma antropologia teológica integral.

O âmbito da moral foi também campo de muitos desenvolvimentos. A moral social e a moral internacional mereceram a atenção dos teólogos, devido às convulsões vividas no mundo, desde a Grande Depressão dos anos 30, afirmação do comunismo, ascensão do nazismo. No pós-guerra, a teologia moral acolheu o contributo das ciências sociais. Merece destaque a obra *A Lei de Cristo*<sup>62</sup>, de Bernhard Häring, de 1954, nesta renovação da moral.

---

<sup>62</sup> Cfr. HÄRING, Bernhard – *A lei de Cristo: teologia moral para sacerdotes e leigos*. 3 vol. São Paulo: Editora Herder, 1960-1961.

No âmbito da eclesiologia, vários são os fatores que provocam a sua renovação: 1) expansão missionária da Igreja; 2) apostolado laical, nomeadamente a Ação Católica; 3) movimento litúrgico e formas de piedade de carácter cristocêntrico; 4) teologia do Corpo Místico; 5) redescoberta das fontes bíblicas e patrísticas. Os aprofundamentos nesta matéria são vários. Pio XII acolheu estes novos dados, como o demonstra a *Mystici corporis*, de 1943. Assim, às portas do Concílio Vaticano II, estavam consolidadas as bases para uma teologia do laicado, uma teologia ecuménica e uma teologia do episcopado.

A redescoberta e aprofundamento dos estudos bíblicos e patrísticos foram fulcrais para todos estes desenvolvimentos. A Santa Sé, com a crise modernista, manifestou desconfiança quanto aos estudos bíblicos, mas tal não conseguiu travar este processo. A fundação da Escola Bíblica de Jerusalém, o desenvolvimento da exegese na Alemanha, França e Bélgica, e o influxo da exegese protestante sobre a exegese católica, impulsionaram estes trabalhos. Com Pio XII, na *Divino Afflante Spiritu*, de 1943, se consagram estes desenvolvimentos e se incentivam os estudos bíblicos. Quanto à patrística, o processo iniciara-se no séc. XIX, nomeadamente com a publicação das coleções de textos. Por isso, os patrólogos não encontraram tantos entraves como os biblistas e exegetas.

Pio XII, em 1950, publica a *Humani Generis*, que é vista como um retrocesso face ao entusiasmo de renovação teológica manifestado até então. Nela, alerta para o perigo de certas tendências teológicas. A partir de então, as intervenções do Santo Ofício tornaram-se mais frequentes. Mesmo assim, o trabalho de renovação teológica estava suficientemente maduro no início da década de sessenta, como o demonstrou o seu influxo nos textos conciliares.

### **1.2.2. Movimento catequético**

Um dos movimentos mais importantes de renovação pastoral foi o da renovação da catequese. Desde o séc. XVI, que a catequese assentava num modelo essencialmente voltado para as crianças, realizado por religiosos e clérigos, valorizando muito a memória como meio de aprendizagem. O papa Pio X, na encíclica *Acerbo Nimis*, de 1905, lembrava a importância da catequese. O seu *Catecismo da Doutrina Cristã* teve grande divulgação, embora carecesse de referências bíblicas e litúrgicas. Na Europa, o movimento catequético concretizou-se num esforço vasto de fomento da catequese e de

renovação dos métodos. Na Alemanha e Áustria houve particular preocupação em ajudar as crianças a aproximarem-se da liturgia. Os movimentos infantis e juvenis, como a Cruzada Eucarística e o Escutismo, no contexto francês e belga, enfatizaram a ligação entre vida e fé. A realização do Congresso Mundial de Catequese, em Roma no ano de 1950, acelerou a difusão do movimento de renovação catequético e consagrou-o.

### 1.2.3. Movimento litúrgico

No campo da renovação litúrgica já se tinham lançado bases importantes no séc. XIX, nomeadamente em França, na Bélgica e na Alemanha, sobressaindo o apostolado dos beneditinos nessa renovação<sup>63</sup>. Redescobre-se a consciência de que a liturgia é o culto da Igreja no seu todo. A restauração do canto gregoriano, tendo como principal foco a abadia de Solesmes, e a renovação da música sacra, com Bruckner, Witte, César Frank, constituíram os preliminares da renovação que se verificaria ao longo da primeira metade de novecentos e que levaria à *Sacrosanctum Concilium*, no Vaticano II.

A Santa Sé não ficou indiferente a este movimento. A ação de Pio X foi determinante no desenvolvimento do movimento litúrgico. No sentido de condenar os vários abusos, em matéria de música sacra, publicou o motu próprio *Tra le Sollicitudini*<sup>64</sup>, em 1903, onde se fala da participação ativa dos fiéis, *actuosa participatio*<sup>65</sup>. Promoveu a restauração do canto gregoriano e funda, em Roma, a Escola Superior de Música Sacra. Além disso, Pio X reformou o breviário romano e o calendário litúrgico.

Quanto ao movimento litúrgico, enquanto tal, teve o seu arranque oficial no Congresso Nacional das Obras Católicas, em 1909, em Malines, na Bélgica<sup>66</sup>, “proclamado” por Lambert Beauduin. As propostas feitas em Malines chegaram às comunidades paroquiais, através do clero, difundidas por revistas, salientando-se *Les Questions Liturgiques*, e vários opúsculos, assim como a realização de semanas litúrgicas. Em 1943, é criado o Centro de Pastoral Litúrgica, em França, o qual teve a preocupação de fundamentar teologicamente o movimento litúrgico.

---

<sup>63</sup> Cfr. ISERLOH, E. – Los movimientos intraeclesiales y su espiritualidad, p. 443.

<sup>64</sup> Cfr. PIUS PP. X – *Tra le Sollicitudini*, in ASS. 36 (1903-1904) 329-338.

<sup>65</sup> Cfr. ASS. 36 (1903-1904) 331.

<sup>66</sup> COSTA, Bernardino Ferreira da – *Movimento litúrgico em Portugal: Dom António Coelho, o Protagonista*. Santo Tirso: Edições Ora & Labora, 2009, p. 33.



Pio XII, na *Mediator Dei*, por um lado, consagra o movimento litúrgico; por outro, condena certos abusos. No seu múnus petrino, pôs em prática alguns destes anseios de reforma litúrgica. Na década de 1950 foram várias as iniciativas práticas que expressavam os desenvolvimentos precedentes<sup>67</sup>: permissão do uso de língua vernácula no ritual alemão (1950); novo ordenamento litúrgico da Vigília Pascal (1951) e da Semana Santa (1955); suavizamento da disciplina do jejum eucarístico e permissão das missas vespertinas para o cumprimento do preceito dominical (1953); encíclica sobre a música sacra, *Musicae Sacrae* (1955), estabelecendo novas orientações normativas. Já no pontificado de João XXIII simplificaram-se as rubricas do breviário e do missal.

#### 1.2.4. Apostolado laical

Estes movimentos de renovação não se restringiram aos núcleos intelectuais nem à ação hierárquica. A Ação Católica corporizou um vasto movimento laical, que pretendia atingir todas as camadas sociais e profissionais. «A Ação Católica é um “movimento social”, com o objetivo de “promover o reino de nosso Senhor Jesus Cristo»<sup>68</sup>, em que os leigos recebiam um mandato da hierarquia, tornando-se participantes do apostolado hierárquico. Pio XI foi o grande impulsionador da Ação Católica, pela qual se valorizava a dimensão social do apostolado, na medida em que importava iluminar todas as realidades humanas com a luz de Cristo. Di-lo bem Paulo Fontes, referindo-se à missão deste apostolado como «a recristianização de indivíduos e a recatolização das instituições, tendo como referência a doutrina social da Igreja»<sup>69</sup>.

A Ação Católica teve várias expressões no mundo católico. Na Itália fascista, a Ação Católica foi reorganizada entre 1922-1923. Essencialmente, estruturou-se segundo dois modelos: o modelo italiano e o modelo belga. O modelo italiano, que pressupunha um forte cariz unitário e em estreita ligação com a hierarquia, foi implementado na Polónia, Espanha, Checoslováquia, Jugoslávia e Áustria. O modelo belga, fortemente influenciado por Joseph Cardijn, concebia uma organização especializada, com mais autonomia, tendo sido lançado na França, Canadá, África francesa.

---

<sup>67</sup> Cfr. ISERLOH, E. – Los movimientos intraeclesiales y su espiritualidade, p. 450.

<sup>68</sup> ISERLOH, E. – Los movimientos intraeclesiales y su espiritualidade, p. 453.

<sup>69</sup> FONTES, Paulo F. de Oliveira – O catolicismo português no século XX: da separação à democracia. In AZEVEDO, Carlos – *História Religiosa de Portugal*. Vol. 3: *Religião e Secularização*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, p. 321.

Sem dúvida alguma, a Ação Católica fez evoluir um «catolicismo de posição» para um «catolicismo em movimento»<sup>70</sup>. A Ação Católica entraria em crise na Europa a partir da II Guerra Mundial, devido a vários fatores, nomeadamente a reação ao forte enquadramento militante e ao desenvolvimento de outras formas de apostolado laical, nomeadamente com o surgimento de novos movimentos eclesiais. Em síntese, a Ação Católica foi expressão dum catolicismo que se revigorava e pretendia implantar uma nova cristandade. Face aos totalitarismos dominantes na década de trinta do séc. XX, ao comunismo, ao laicismo, às mutações sociais e culturais do pós-guerra, a Ação Católica foi um veículo mobilizador das energias laicais católicas, na defesa duma mundividência cristã, certamente enquadra no seu tempo.

### **1.3. A Igreja em Portugal**

Compreender o Portugal da primeira metade do séc. XX, ou sendo mais rigoroso, de finais do séc. XIX até ao 25 de Abril de 1974 (que será o período tratado), é fundamental para compreender a figura de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Nas linhas que se seguem, prosseguiremos um itinerário que permitirá compreender os dinamismos e acontecimentos que fizeram do cardeal Cerejeira «uma das figuras marcantes do século XX português»<sup>71</sup>.

#### **1.3.1. Do final de oitocentos até ao Estado Novo**

O catolicismo português até ao Concílio Vaticano II é marcado, essencialmente, por uma resistência ao processo de laicização da vida coletiva e pelo desenvolvimento dum programa de recristianização da sociedade<sup>72</sup>. Debruçar-nos-emos, fundamentalmente, sobre a história do catolicismo português no período acima referido, secundarizando vários aspetos da história nacional que não dizem respeito, diretamente, à contextualização que pretendemos efetuar.

---

<sup>70</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 326.

<sup>71</sup> POLICARPO, José da Cruz – *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, p. 13.

<sup>72</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 129.

### **A) A reação à política laicizadora e hostil da Primeira República**

«A instauração da República em 1910 trouxe consigo não apenas a denúncia do que fora considerado como “aliança do Trono e do Altar”, estabelecendo um novo enquadramento jurídico para a actividade da Igreja Católica, nomeadamente através da Lei de Separação do Estado da Igreja (em Abril de 1911), como a sua radicalização conduziu ao desenvolvimento de uma política laicizadora das principais instituições da sociedade, associada a uma propaganda ideológica vincadamente anticlerical, tanto a nível dos temas tratados como da visão histórica de Portugal proposta»<sup>73</sup>.

Paulo Fontes resume nestes termos todo um conjunto de factos que alteraram a situação da vida da Igreja no início de novecentos. Portugal vivia tempos atribulados desde a última década do século anterior<sup>74</sup>. Lembremos a questão do Ultimato, a insurreição republicana no Porto de 1891, a grave crise financeira desse mesmo ano, o esgotamento do rotativismo partidário que havia caracterizado o regime constitucional. Foi um tempo algo ambíguo<sup>75</sup>: o crescimento económico da Regeneração terminara, mas Portugal consolidava-se no contexto africano (lembremos as campanhas de Mouzinho de Albuquerque). Durante a primeira década do séc. XX, viveram-se tempos atribulados ao nível político, desde Hintze Ribeiro a João Franco, do Regicídio à revolução republicana<sup>76</sup>. A queda da Monarquia e a implantação da República mais não foi do que uma consequência esperada desses últimos tempos.

A República trouxe uma alteração da situação da vida da Igreja: expulsão dos jesuítas, nacionalização de bens eclesiásticos, instituição das comissões culturais, proibição da veste talar, supressão do ensino religioso, extinção da Faculdade de Teologia, abolição de dias santos, obrigação do casamento civil e introdução do divórcio, instituição do registo civil, desterro da maioria dos bispos, corte de relações diplomáticas com o Vaticano. Face às primeiras medidas laicizadoras da República, o episcopado português foi cauteloso, manifestando o seu reconhecimento às novas autoridades, na linha do *ralliement*. Em nota coletiva, de Dezembro de 1910, os bispos portugueses, reconhecendo as novas autoridades, denunciam o carácter anticatólico da nova legislação, condenam a limitação da liberdade de ação da Igreja e apelam à

---

<sup>73</sup> FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, pp. 136-137.

<sup>74</sup> Cfr. RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. 4ª ed. Lisboa: Esfera dos livros, 2010, p. 549.

<sup>75</sup> Cfr. RAMOS, Rui – *História de Portugal*, pp. 554-555.

<sup>76</sup> Cfr. RAMOS, Rui – *História de Portugal*, pp. 565-576.

concentração e mobilização dos fiéis, reafirmando a identidade católica e a união ao papa<sup>77</sup>.

O “apelo de Santarém”, de 1913, marcou a reação católica e o processo de reorganização do movimento católico. Além duma mobilização e despertar das consciências dos fiéis, os católicos uniram-se em torno dum projeto de recristianização<sup>78</sup>. Nasceu a União Católica, que procurou organizar os católicos desde a paróquia ao plano nacional, agindo como instância suprapartidária, como “voz única” da Igreja. O catolicismo revigorava-se, como são sinal o surgimento de novas agremiações católicas e de iniciativas pastorais<sup>79</sup>.

No período da Primeira República foram muito importantes, para a restauração religiosa de Portugal, as aparições de Fátima. As aparições aconteceram num momento especialmente crítico da vida nacional e internacional: Portugal entrara na Grande Guerra, a situação económica e financeira era muito difícil, o messianismo de Sidónio Pais, a revolução bolchevique na Rússia, o alastramento do conflito mundial com a entrada dos Estados Unidos na guerra<sup>80</sup>.

«No contexto de uma sociedade dominada pelo sentimento de crise nacional e por esperanças messiânicas de salvação, seculares ou religiosas, os acontecimentos de Fátima, com ressonância junto de diferentes correntes de opinião, apontavam para a “concretização de uma expectativa colectiva, de um ‘milagre’: a salvação do país”»<sup>81</sup>.

As aparições de Fátima constituíram um grande acontecimento nacional, tanto a nível social como a nível religioso. Desde as aparições, entre Maio e Outubro de 1917, até 1930, data da publicação da carta pastoral de D. José Alves Correia da Silva, bispo de Leiria, são vários os acontecimentos que preenchem esse hiato temporal: restauração da diocese de Leiria (1918); a primeira eucaristia na capelinha (1921); a primeira redação do relato das aparições por Lúcia (1922); a constituição duma comissão diocesana e abertura do processo canónico (1922); a autorização da Sé Apostólica para a celebração da missa votiva de Nossa Senhora do Rosário (1927); a nomeação do

---

<sup>77</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 139.

<sup>78</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 142.

<sup>79</sup> Cfr. RAMOS, Rui – *História de Portugal*, 2010, p. 600.

<sup>80</sup> Cfr. RAMOS, Rui – *História de Portugal*, pp. 605-608.

<sup>81</sup> FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 153.

primeiro capelão (1927); o início da construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1929), entre outros factos. Fátima tornou-se um santuário nacional, conjugando as expectativas de salvação nacional, com a paz desejada, juntando a mensagem de apelo à penitência e à conversão. Nas palavras de Paulo Fontes, «Fátima tornou-se decididamente num pólo de atracção e irradiação do catolicismo português»<sup>82</sup>, constituindo um eixo fundamental da vida do catolicismo português até aos dias de hoje.

Com a consagração do mundo ao Imaculado Coração de Maria, por Pio XII, Fátima adquiriu relevo universal. Várias ações contribuíram para a centralidade de Fátima no contexto nacional e internacional: as peregrinações da Ação Católica e outros movimentos ao santuário; as visitas da Imagem Peregrina por todo o país e pelo estrangeiro; as deslocações de elementos da Cúria romana e outras importantes figuras da hierarquia da Igreja; o *Congresso Internacional da Mensagem de Fátima e a Paz*, em Lisboa, em 1951.

### **B) O 28 de Maio e o Concílio Plenário Português de 1926**

O país vivia momentos de grande instabilidade política e social desde a morte de Sidónio Pais, em 1917<sup>83</sup>. A 28 de Maio de 1926, um golpe militar, liderado pelo Marechal Gomes da Costa, pôs fim à Primeira República, mas não há instabilidade política e social<sup>84</sup>.

Em 1928, António de Oliveira Salazar foi nomeado ministro das Finanças. Adquiriu grande prestígio, pois, seguindo uma política financeira rigorosa, equilibrou as finanças públicas. A sua ascensão foi rápida. Em 1932, foi chamado para Presidente do Conselho de Ministros. «Com Salazar, ia começar o “Estado Novo”, “nacionalista”, “autoritário” e “corporativo”»<sup>85</sup>, um novo período da história nacional. Para a Igreja Católica, advinham-se melhores tempos na relação com o poder político. Mas também na sua vida interna, deslumbram-se sinais de renovação, desde logo a realização do Concílio Plenário Português, entre 24 de Novembro e 3 de Dezembro de 1926.

---

<sup>82</sup> FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 158.

<sup>83</sup> Cfr. CÂMARA, Maria João da – *Cristo Rei: espiritualidade e história*. Cascais: Lucerna, 2009, p. 10.

<sup>84</sup> Cfr. RAMOS, Rui – *História de Portugal*, pp. 622-625.

<sup>85</sup> RAMOS, Rui – *História de Portugal*, p. 627.

A realização do Concílio Plenário Português «significou não apenas um ponto de chegada mas, sobretudo, novo ponto de partida»<sup>86</sup> na vida eclesial portuguesa. Ponto de chegada da reação católica face à Primeira República e ponto de partida para o desenvolvimento dum projeto pastoral, guiado pelo paradigma da recristianização. Num olhar geral sobre os 530 decretos emanados<sup>87</sup>, verifica-se uma preocupação com a uniformização da disciplina e organização eclesiásticas; identificam-se os inimigos da Igreja: laicismo, protestantismo e manifestações como o espiritismo, teosofismo, magia; apresenta-se a doutrina social do episcopado; estabelecem-se as linhas para a relação da Igreja com o Estado; admite-se o processo de secularização, mas afirma-se convictamente os direitos da Igreja e o seu papel na sociedade. «O combate em que a Igreja Católica está apostada e que doravante pretende acentuar situa-se no terreno moral e religioso»<sup>88</sup>, afirma Paulo Fontes.

O Concílio Plenário Português foi fundamental para a reorganização da vida eclesial em Portugal<sup>89</sup>. Mas esta reorganização não foi nem uniforme nem instantânea. Neste período, constata-se igualmente, algumas mudanças no catolicismo nacional. Primeiramente, o catolicismo português desloca-se do interior para o litoral e do norte para o sul: com a restauração das dioceses de Aveiro (1938) e de Leiria (1918), bem como com a criação da diocese de Vila Real (1922), manifestava-se maior preocupação pastoral pelas populações do litoral<sup>90</sup>. A par disso, as aparições de Fátima contribuíram «para deslocar o seu eixo de articulação mais para sul do país (do Sameiro para a Cova da Iria)»<sup>91</sup>.

### **1.3.2. Do encantamento e cooperação à dissidência católica: do Estado Novo à Revolução dos Cravos**

Portugal viveu sob o regime do Estado Novo de 1933 a 1974, desde a promulgação da Constituição que configurava o novo regime até ao golpe militar que o derrubaria. De 1932 a 1968 foi chefe do Governo e figura cimeira do regime António de Oliveira Salazar. O Estado Novo não chegou a adquirir os contornos dos totalitarismos

---

<sup>86</sup> FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 164.

<sup>87</sup> Cfr. CONCÍLIO PLENÁRIO PORTUGUÊS – *Pastoral colectiva; decretos; apêndice*. Lisboa: União Gráfica, 1939. 565 p.

<sup>88</sup> FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 168.

<sup>89</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 169.

<sup>90</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 169.

<sup>91</sup> FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 158.

seus contemporâneos e inspiradores, como o fascismo e o nazismo. Na sua relação com a Igreja Católica, o Estado Novo não foi um regime confessional. Na sua Constituição e na Concordata de 1940, o regime manteve a separação entre o Estado e a Igreja. Porém «o estado seria laico, mas a sua laicidade não o impediria de reconhecer o catolicismo e a Igreja como factores importantes de estabilização social e a missionação como factor importante de colonização»<sup>92</sup>. Manuel Braga da Cruz sintetiza as relações do catolicismo com o Estado Novo, ao longo dos seus 48 anos:

«Uma estreita colaboração no lançamento das bases de uma nova ordem social e de um novo relacionamento recíproco fundado na separação e na autonomia, para uma desagregação progressiva dessa colaboração, que chegou mesmo a atingir a forma de ruptura pública para um sector significativo e cada vez mais vasto, do mundo católico e da própria hierarquia»<sup>93</sup>.

### **A) A Concordata de 1940 e a renovação pastoral da Igreja em Portugal**

A melhoria da relação com o poder político, entre outros fatores, possibilitou a renovação da vida eclesial em Portugal. Nesta renovação, destacam-se alguns eixos fundamentais.

A Concordata de 1940 consagrou a cooperação entre a Igreja e o Estado<sup>94</sup> e encerrou com a questão religiosa em Portugal, que já vinha desde o liberalismo e se agudizara na Primeira República. Até à assinatura da Concordata, e mesmo depois, pairou na consciência católica «o temor de um retorno à situação anterior ao 28 de Maio»<sup>95</sup>. O Estado reconheceu personalidade jurídica à Igreja Católica; abdicou do beneplácito para as nomeações eclesiásticas (com exceção do Padroado); reconheceu o direito do ensino de orientação religiosa e o ensino da moral e religião católicas nos estabelecimentos públicos; reconheceu os efeitos civis do casamento religioso; devolveu uma parte do património que havia sido nacionalizado em 1832 e 1911 e que estava em posse do Estado e não se encontrava ocupado por atividades deste; concedeu isenções

---

<sup>92</sup> CRUZ, Manuel Braga da – O Estado Novo e a Igreja Católica. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal*. Vol. XII: *Portugal e o Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 205.

<sup>93</sup> CRUZ, Manuel Braga da – *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio, 1999, p. 191.

<sup>94</sup> Cfr. CÂMARA, M. J. – *Cristo Rei*, p. 20.

<sup>95</sup> CÂMARA, M. J. – *Cristo Rei*, p. 19.

fiscais à Igreja; atribuiu subsídios às missões ultramarinas; deixou de subsidiar o clero. A Igreja adquiriu liberdade para o exercício da sua missão. «Ambos os lados rejeitam os privilégios confessionais, mas também o jacobinismo perseguidor»<sup>96</sup>, afirma Maria João da Câmara.

Começamos pela catequese. Acompanhando o movimento universal de renovação catequética, em Portugal, ele segue um percurso similar, gravitando em torno dum sentido mais bíblico no que toca à abordagem e apresentação de conteúdos; duma preocupação pela sistematização da doutrina e no uso de métodos mais pedagógicos. Na linha das orientações dadas por Pio X, o Concílio Plenário Português produziu legislação referente à catequese, incrementando-se, assim, a instrução catequética das crianças. Em 1932, realizou-se o I Congresso Nacional de Catequese, em Braga, seguindo-se outras iniciativas que levariam à criação do Secretariado Nacional da Catequese, em 1950<sup>97</sup>. Na década de cinquenta, surgiu o *Catecismo Nacional*, a que se juntaram inúmeras revistas catequéticas<sup>98</sup>. Em 1961, foram publicadas as *Bases da catequese elementar em Portugal*, onde se definem orientações para a organização da catequese. Segundo o inquérito estatístico realizado em 1962, que certamente permite avaliar todo o esforço de renovação realizado na primeira metade do séc. XX, a catequese infantil encontrava-se organizada na maioria das paróquias, sendo a sua frequência superior à prática dominical (verificaram-se diferenças entre o norte e o sul do país)<sup>99</sup>.

No campo litúrgico eram várias as iniciativas que já vinham do final do séc. XIX. No início do séc. XX, algumas figuras e acontecimentos são fulcrais na consolidação e difusão do movimento litúrgico em Portugal: a restauração do rito bracarense, por D. Manuel Vieira de Matos; os congressos litúrgicos de Vila Real e de Braga, respetivamente em 1926 e 1928; a ação desenvolvida pelos beneditinos, a partir de Singeverga, nomeadamente por D. António Coelho. Nas décadas de quarenta e cinquenta, também o Seminário dos Olivais foi um pólo do movimento litúrgico, graças à presença de Mons. Pereira dos Reis<sup>100</sup>. A revista *Opus Dei*, a que lhe sucedeu a *Ora et Labora*, da responsabilidade dos beneditinos, a realização de encontros e semanas de

---

<sup>96</sup> CÂMARA, M. J. – *Cristo Rei*, p. 20.

<sup>97</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 214.

<sup>98</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 214.

<sup>99</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 215.

<sup>100</sup> Cfr. GANHÃO, Joaquim Augusto Nunes – *O movimento litúrgico em Portugal: o contributo de Monsenhor Pereira dos Reis*. Lisboa: Associação Mons. Pereira dos Reis, 2006. 171 p.



estudo de liturgia nas várias dioceses, nomeadamente em Lisboa e Porto, a constituição da Liga de Ação Litúrgica e Paroquial<sup>101</sup>, foram expressão do dinamismo do movimento litúrgico português.

No âmbito da arte sacra, inicia-se a sua renovação na década de 30, apresentando-se como referência a igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa, e consolida-se a partir dos anos 50, com a constituição do Movimento de Renovação da Arte Religiosa. Em Lisboa, no início da década de 60, constituiu-se o Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado (SNIP), lançou-se o Programa de Construção de Novas Igrejas que, além de fazer face à necessidade de erigir novos locais de culto, contribuiu para a expressão concreta da renovação da arte sacra em Portugal.

Na música litúrgica, o mosteiro de Singeverga e o Seminário dos Olivais foram pólos divulgadores do cântico gregoriano, tendo-se realizado na década de 50 as Semanas Gregorianas. O Pe. Manuel Luís, do patriarcado, o Pe. Manuel Faria, de Braga, o Pe. Ferreira dos Santos, do Porto e o Pe. Borges de Sousa, beneditino, integraram a primeira equipa da Comissão Nacional de Música Sacra, constituída em 1965. Tal constituição acabou por representar o ponto de chegada do movimento de renovação musical que lhe antecedia e ponto de partida para a concretização da reforma litúrgica que se esperava<sup>102</sup>.

## **B) A Ação Católica Portuguesa**

Um importante campo de renovação foi o do apostolado laical, com especial referência para a Ação Católica Portuguesa (ACP). A Igreja estruturou a ACP em torno de três eixos, que são a unidade interna, autonomia organizativa e a criação de meios de ação para influir na sociedade<sup>103</sup>. «A Ação Católica Portuguesa, instituída em 1933 pelo episcopado português e que, indiscutivelmente, marcaria o movimento católico e a própria renovação da Igreja até à década de 70»<sup>104</sup>, refere Paulo Fontes. Foi a melhor e maior expressão do projeto pastoral de “reconquista cristã” da sociedade. A sua ação foi pautada pelo lema *cor unum, anima una*, o que revela a sua organização centralizada e

---

<sup>101</sup> Cfr. COSTA, B. F. – *Movimento litúrgico em Portugal*, pp. 57-85.

<sup>102</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 224.

<sup>103</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 177.

<sup>104</sup> FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 177.

unitária, no quadro duma eclesiologia hierarcológica<sup>105</sup>. Nasceu como participação dos leigos no apostolado hierárquico, como definiu Pio XI.

Na ACP, aliam-se dois modelos. Por um lado, inspirou-se no modelo italiano, em que os vários organismos se dividem segundo a idade e o sexo. Por outro lado, seguiu o modelo belga, em que os organismos se dividiam segundo o meio profissional e social. Na linha do catolicismo integral, a ACP pretendia abarcar todos os campos da sociedade, todos os homens e mulheres, jovens e crianças<sup>106</sup>. Como afirma Paulo Fontes, «com a especialização de organizações e organismos, [...] assim como com o desenvolvimento de organogramas mais ou menos sofisticados, entra-se no universo da modernidade»<sup>107</sup>. O corpo diretivo da ACP englobava o plano nacional, diocesano e local, em que os leigos ocupavam os cargos de direção, sendo assistidos por membros da hierarquia. D. Manuel Gonçalves Cerejeira ocupou o cargo de diretor-geral da ACP até ao processo de renovação realizado na década de 1960. A ACP não figurou na Concórdia, o que constituiria um ponto de conflito entre a Igreja e o Estado, seja pela intervenção do catolicismo militante, seja pela ameaça do Estado em proibi-la, alegando motivações políticas<sup>108</sup>.

Em 1944, na realização da primeira Decenal da ACP, que marcava o termo da etapa de implantação e organização, eram cerca de 70 000 membros, número que ilustra a dimensão do movimento católico. A Ação Católica contribuiu, igualmente, para a formação doutrinal e espiritual dos fiéis, seja pela promoção de retiros e recoleções, seja pela sua imprensa, pelas suas campanhas nacionais e pela celebração das comunhões pascais.

A ACP, nas décadas de quarenta e cinquenta, desenvolveu uma série de iniciativas que contribuíram para a reflexão acerca dos problemas sociais, segundo a mundividência católica, expressadas nas Semanas Sociais Portuguesas<sup>109</sup>. Paulo Fontes expressa bem a perspetiva de base destas iniciativas: «As quatro Semanas ou Cursos realizados constituíram efectivamente um ciclo, marcado pela perspectiva de um

---

<sup>105</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 178.

<sup>106</sup> Cfr. FONTES, Paulo Fernando de Oliveira – *Elites católicas em Portugal: o papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011, pp. 350-352.

<sup>107</sup> FONTES, Paulo Fernando de Oliveira – *Elites católicas em Portugal*, p. 353.

<sup>108</sup> Cfr. CÂMARA, M. J. – *Cristo Rei*, p. 21; FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 181.

<sup>109</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, pp. 191-194.

catolicismo integral, mais ou menos intransigente»<sup>110</sup>. A I Semana Social teve lugar em Lisboa, em 1940, debruçando-se sobre os “Aspectos Gerais da Doutrina Social Cristã”, em que se abordou a concepção corporativista cristã e se denunciou o ateísmo, o liberalismo, o laicismo e os totalitarismos. Na II Semana Social, realizada em Coimbra, em 1943, sob o signo de “Bases Cristãs duma Ordem Nova”, afirmou-se o papel e mensagem da Igreja relativamente à paz. A III Semana Social, realizada no Porto, em 1946, com o tema “O Problema do Trabalho”, debruçou-se sobre os vários problemas que dominavam o mundo do trabalho, tendo esta reflexão como consequência a integração na Constituição, em 1951, do direito ao trabalho. A última Semana Social realizou-se em Braga, em 1952, sob o mote foi “O Problema da Educação”. Estas iniciativas terminaram em 1952, sendo substituídas por outras, menos académicas, mais especializadas, também por receio do regime político autoritário vigente.

Às Semanas Sociais sucedeu um período marcado pela realização de grandes congressos, segundo os vários sectores da ACP<sup>111</sup>. Os congressos tiveram «o objectivo de mobilizar os católicos e reflectir sobre as transformações sociais, a partir de determinadas áreas ou sectores da sociedade»<sup>112</sup>, marcando o caminho percorrido nas décadas de cinquenta e sessenta. A título de exemplo das tensões surgidas com o Estado Novo, na realização do Congresso da Juventude Operária Católica, em 1954, que mereceu a atenção da censura estatal, no discurso de encerramento, diz o cardeal Cerejeira: «A Igreja está convosco. A Igreja não está convosco, a Igreja tem-vos no coração. [...] vós estais nela, tocar em vós é feri-la no que ela tem de mais íntimo, no que ela tem de mais glorioso»<sup>113</sup>.

Na transição dos anos cinquenta para sessenta, cresce a atenção no que se refere aos problemas do mundo rural. No final dos anos 60, na ACP, verificaram-se grandes mudanças, como consequência da maior autonomia face à hierarquia, do abalo do princípio da obediência e da nova concepção de apostolado dos leigos. Porém, a ACP foi laboratório de experiência democrática, escola de formação de elites, de valorização do método indutivo de análise da realidade, colaborando, direta e indiretamente, para o processo democrático que se iniciou em 1974<sup>114</sup>.

---

<sup>110</sup> FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 191.

<sup>111</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, pp. 229-230.

<sup>112</sup> FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 229.

<sup>113</sup> FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 231.

<sup>114</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, pp. 254-255.

### **C) Da crise do bispo do Porto à Revolução dos Cravos**

Nos anos 50, Portugal acelera o seu desenvolvimento económico, com a realização dos planos de fomento, e integra o mundo ocidental, sendo membro co-fundador da NATO (1949) e integrado a ONU (1955). A turbulenta campanha eleitoral de 1958, em que Humberto Delgado abalou as estruturas políticas do regime, atingiu também a Igreja<sup>115</sup>. A 13 de Julho, D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, enviou uma carta a Salazar. Com ela, quebrou-se a pretendida “unidade católica”. Desenvolveu-se um processo muito complexo, não sendo aqui o espaço para nos debruçarmos sobre ele<sup>116</sup>. O governo português reagiu com força, forçando o exílio do bispo, que só dez anos depois regressaria ao Porto.

Em 1961, o Estado Novo vive momentos aflitivos: início da guerra em Angola, tentativa de golpe militar por Botelho Moniz, invasão de Goa. Portugal inicia um empenhamento militar que se estenderá à Guiné (1963) e a Moçambique (1964), o qual só terminaria com o 25 de Abril de 1974. O desenvolvimento económico acelerado que o país vive na década de 1960 (com taxas médias de crescimento do PIB de 6.9%), impulsionou as mutações culturais e sociais. «Coexistiam no país tempos históricos diferentes: por um lado, os camponeses de Trás-os-Montes, que ainda usavam arados medievais; por outro, os operários qualificados da Lisnave»<sup>117</sup>: eis um dos exemplos das assimetrias que começavam a acentuar-se em Portugal. A emigração elevada, a industrialização crescente e o crescimento das cidades do litoral levaram a que Portugal, em 1974, tivesse encurtado a sua distância relativamente aos países ricos da Europa Ocidental<sup>118</sup>.

A realização do Concílio Vaticano II, a publicação das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in terris*, de João XXIII, e a guerra colonial, tiveram impacto no catolicismo português<sup>119</sup>, no qual se deparam duas tendências<sup>120</sup>: uma que identificava o catolicismo com uma ideia intemporal de Pátria e de Igreja, defendendo o Estado Novo e a sua política ultramarina; outra, assente na reflexão do magistério recente, que luta pela defesa de valores evangélicos que, segundo ela, eram violados pelo regime. A falta de liberdade de imprensa e informação, o desrespeito pelos direitos humanos

---

<sup>115</sup> Cfr. RAMOS, Rui – *História de Portugal*, p. 677.

<sup>116</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 235.

<sup>117</sup> RAMOS, Rui – *História de Portugal*, p. 690.

<sup>118</sup> Cfr. RAMOS, Rui – *História de Portugal*, p. 689.

<sup>119</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 245.

<sup>120</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 268.

elementares, o isolamento do país face ao mundo e a guerra colonial eram pontos de crítica ao regime por parte desses católicos.

A emigração e a guerra colonial foram fontes de questionamento dos cidadãos e de politização dos católicos. A reflexão católica brotava do posicionamento do magistério de João XXIII e de Paulo VI. As eleições de 1965 marcaram uma viragem, pois, nelas, um vasto conjunto de militantes católicos assumiu uma posição de oposição ao regime enquanto católicos<sup>121</sup>. Partindo da *Populorum Progressio* de Paulo VI (1967), reforçou-se a reflexão em torno da “justiça” e da “paz”, dando origem a comissões diocesanas, sendo a primeira criada no Porto. A questão do Ultramar colocou grandes interrogações à Igreja e à sociedade. Face à Igreja, valorizou-se o sentido profético da pregação evangélica. Na luta anticolonial destacaram-se vários leigos e sacerdotes, que por meio de publicações, denunciavam a situação portuguesa. O grupo que mais se evidenciou foi o GEDOC (Grupo de Estudos e Intercâmbio de Documentos, Informação, Experiências), coordenado pelo Pe. Felicidade Alves. O GEDOC mereceu a desconfiança e a desautorização da hierarquia. Também na ACP registaram-se focos de contestação à política ultramarina do regime. Muitas das figuras que protagonizaram esta oposição acabaram por se desligar da Igreja Católica, enquanto outros persistiram empenhados na renovação eclesial.

A participação portuguesa no concílio esteve marcada pela falta de uma equipa de teólogos, apenas salientando-se algumas intervenções de fundo, da parte de D. António Ferreira Gomes, de D. Sebastião Soares Resende, de D. Manuel Gonçalves Cerejeira<sup>122</sup>. «O isolamento do episcopado português no concílio é forte e visível»<sup>123</sup>, refere Salgado de Matos. Elucidativa é a análise de Arnaldo de Pinho: «Convenhamos que em 1965, a Igreja em Portugal estava mal armada para entender esta nova consciência eclesial»<sup>124</sup>. Apesar da medíocre participação portuguesa, o Vaticano II penetraria rapidamente a dinâmica pastoral da Igreja portuguesa. Quanto à renovação de estruturas, a 16 de Maio de 1967, é criada a Conferência Episcopal Portuguesa

---

<sup>121</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 268.

<sup>122</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 250.

<sup>123</sup> MATOS, Luís Salgado de – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico. In *Análise Social*, vol. XXXVI, 160 (2001), 823.

<sup>124</sup> Cfr. AAVV - *Anos de Salazar: o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*. Vol. 21 – *Ei-los que partem, 1965*. Editor-coordenador, António Simões do Paço. [S.l]: Centro Editor PDA, 2008, p. 204.

(CEP)<sup>125</sup>. Nas dioceses, surgem os primeiros conselhos presbiterais e conselhos pastorais<sup>126</sup>. Na vida pastoral, a reforma litúrgica e uma maior atenção à juventude marcavam a prioridade.

A crise de vocações que se tornava latente, exigia uma reflexão acerca da identidade do padre<sup>127</sup>. A crescente escassez de clero obrigou à valorização da pastoral diocesana e a uma colaboração mais próxima com as ordens religiosas. Houve também a experiência dos padres operários, decididos a evangelizar a classe operária e as zonas mais descristianizadas. Outros movimentos eclesiais foram ganhando espaço no catolicismo português. A Igreja valorizou e apostou na ação sócio-caritativa, manteve a atenção aos colégios católicos, consolidou a Universidade Católica (fundada em 1967), investiu no ensino com as aulas de EMRC e nos meios de comunicação social.

O problema do Ultramar colocou questões difíceis à Igreja Católica<sup>128</sup>. A Concordata de 1940 regulamentava a assistência religiosa às forças armadas, sendo em 1966 estabelecido o Vicariato Castrense. Houve focos de tensão em torno dos padres jovens que eram mobilizados para as capelanias militares. Esta tomada de posição também por parte de membros do clero, levou ao levantamento da problemática da liberdade do padre, do seu papel na Igreja e no mundo, bem como o questionamento do celibato. Muitos padres abandonaram o ministério, seja por questões afetivas ou vocacionais, seja motivos de consciência pessoal face a um acomodamento da Igreja e o desejo de radicalidade evangélica. É de salientar a Capela do Rato como expressão do denominado “progressismo católico”, liderada pelo Pe. Alberto Neto. Com a sua estruturação da comunidade e as suas publicações, a Capela do Rato tornou-se incómoda para a hierarquia e para o poder político<sup>129</sup>.

O episcopado lançou algumas iniciativas e propostas para responder a um laicado cada vez mais consciente da sua co-responsabilidade. É de referir a fundação do Centro de Cultura Católica, na diocese do Porto, que se tornou um espaço reconhecido de formação e reflexão cristã. A criação da Universidade Católica é, sem dúvida, o marco com maior impacto<sup>130</sup>. Em 1967, o cardeal Cerejeira benze a 1ª pedra e no ano

---

<sup>125</sup> Cfr. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Documentos pastorais: 1967-1977*. Lisboa: União Gráfica, 1978, p. 5.

<sup>126</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 250.

<sup>127</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 251.

<sup>128</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 270.

<sup>129</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, pp. 274-275.

<sup>130</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 285.

seguinte é inaugurada a sede central e aberta a Faculdade de Teologia. Em 1971, a Universidade obtém reconhecimento civil e a ereção canónica.

A 25 de Abril de 1974 um golpe militar derruba o regime do Estado Novo, liderado desde 1968 por Marcello Caetano. Caetano sucedera a Oliveira Salazar como Presidente do Conselho de Ministros, guiado pelo lema «renovação na continuidade». Iniciara uma fase de liberalização da vida política e social portuguesa, que terminaria cerca de 1970, com o reforço das medidas repressivas e ao facto de não se encontrar solução para a questão ultramarina. A par do crescimento económico elevado e da melhoria geral das condições de vida da população, crescem as tensões sociais, seja pela crise académica de 1969, seja pela intensificação de atos militares por parte da oposição clandestina<sup>131</sup>. A hierarquia da Igreja, durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC), teve de dialogar com as forças políticas, mas mantendo sempre uma posição de neutralidade política. A CEP (Conferência Episcopal Portuguesa) publicara uma *Carta pastoral sobre o contributo dos cristãos para a vida social e política*<sup>132</sup>. Além desta carta pastoral, são vários os pronunciamentos da CEP face à nova situação criada pelo 25 de Abril: *Nota Pastoral a propósito dos acontecimentos de 25 de Abril*<sup>133</sup>, de 4 de Maio de 1974; relativamente à problemática em torno da Rádio Renascença: *Nota do Conselho Permanente sobre a situação na Rádio Renascença*<sup>134</sup>, a 27 de Setembro; *Nota da Conferência Episcopal sobre a Rádio Renascença*<sup>135</sup>, a 12 de Fevereiro de 1975; *Comunicado do Conselho Permanente sobre a Rádio Renascença*<sup>136</sup>, de 3 de Julho de 1975. Paulo Fontes fala do posicionamento global da Igreja, durante o PREC: «A Igreja Católica, globalmente referenciada, tornou-se, durante o período revolucionário, numa importante componente do bloco social que teve no projeto político de democracia de tipo ocidental a sua referência central»<sup>137</sup>, e «como instância de resistência social e cultural em face de projectos políticos hegemónicos e de novas concepções sociais totalizantes»<sup>138</sup>.

---

<sup>131</sup> Cfr. RAMOS, Rui – *História de Portugal*, pp. 699-704.

<sup>132</sup> Cfr. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Documentos pastorais*, pp. 132-156.

<sup>133</sup> Cfr. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Documentos pastorais*, pp. 130-131.

<sup>134</sup> Cfr. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Documentos pastorais*, pp. 335-337.

<sup>135</sup> Cfr. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Documentos pastorais*, pp. 158-159.

<sup>136</sup> Cfr. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Documentos pastorais*, pp. 344-345.

<sup>137</sup> FONTES, P. – *O catolicismo português no século XX*, p. 296.

<sup>138</sup> Cfr. FONTES, P. – *O catolicismo português no século XX*, p. 247.

O período posterior à “Revolução dos Cravos” constituiu para a Igreja uma fase de manifestação da diversidade no catolicismo português, agora numa sociedade plural e democrática<sup>139</sup>.

---

<sup>139</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 247.



## CAPÍTULO II

### O CONTEXTO TEOLÓGICO-ESPIRITUAL DA PRIMEIRA METADE DO SÉC. XX

Na parte anterior do nosso trabalho, enquadrámos histórica e eclesialmente a figura e obra de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Assim - e antes de nos debruçarmos sobre o entendimento que possuía do sacerdócio hierárquico e que espiritualidade propunha, concebia e desejava “implantar” no seu clero - é de todo conveniente fazer uma breve incursão na teologia e espiritualidade sacerdotal dominantes antes do Concílio Vaticano II. Sendo a maior parte do episcopado do cardeal Cerejeira vivido antes do Concílio (1929-1971), mesmo tendo participado na preparação e nas sessões do Concílio Vaticano II, a sua compreensão do sacerdócio é, como não podia deixar de ser, marcada pela renovação da espiritualidade e teologia sacerdotais operada desde finais do séc. XIX e primeira metade do séc. XX, de pendor belarminiano em eclesiologia e tomista em dogmática<sup>140</sup>.

#### 2.1. Teologia do Sacerdócio

A teologia do sacerdócio dominante até à renovação operada pelo Concílio Vaticano II é fortemente marcada pelos decretos tridentinos relativos ao sacramento da ordem e pela compreensão eclesiológica que dominou até ao Vaticano II. Apesar de ter havido progressão no entendimento do sacramento da ordem, nomeadamente na crescente utilização de fontes primitivas e patrísticas, «as intervenções do Magistério, reflexo da ajuda que lhe presta a teologia do momento, aportam poucas novidades quanto à natureza do presbiterado e do seu ministério»<sup>141</sup>. Uma forte acentuação na relação entre o sacrifício de Cristo e o Seu sacerdócio, na visibilidade externa do mesmo, na verdadeira instituição do sacramento e na impressão do carácter sacramental marcam a resposta tridentina aos reformadores, que haviam negado a relação sacerdócio-sacrifício. Na 23ª sessão do Concílio de Trento, a 15 de Julho de 1563, no decreto sobre o sacramento da ordem, diz-se:

---

<sup>140</sup> Cfr. POLICARPO, J. C. – *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*, p. 40.

<sup>141</sup> LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – Presbiterado. In *DICCIONARIO del Sacerdocio*. Org. Profesores de la Facultad de Teología de Burgos. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005, p. 625.

«O sacrifício e o sacerdócio estão tão unidos por ordenamento de Deus que em toda a lei existiram ambos. Tendo, portanto, no Novo Testamento, a Igreja Católica recebido por instituição do Senhor o santo sacrifício visível da Eucaristia, temos também de admitir que há nela um novo sacerdócio, visível e externo, no qual foi transladado o antigo. Agora, que foi aquele instituído pelo próprio Senhor nosso Salvador, e que aos apóstolos e aos seus sucessores no sacerdócio foi-lhes dado o poder de consagrar, oferecer e administrar o corpo e o sangue do Senhor, assim como o de perdoar ou reter os pecados, facto que as sagradas Escrituras manifestam e a tradição da Igreja católica sempre ensinou»<sup>142</sup>.

Numa Igreja que se concebe primariamente como sociedade hierárquica, corpo social, marcada pela eclesiologia piramidal, desenvolvida pelos teólogos pós-tridentinos até aos apologetas do séc. XIX, o sacerdócio ocupa um lugar de alto destaque e importância.

De seguida, em vários pontos, analisaremos os principais traços característicos da teologia do sacerdócio antes do Vaticano II.

### **2.1.1. Sacerdócio de Cristo: Sacrifício, Eucaristia, Sacerdote**

O sacerdócio hierárquico brota do próprio sacerdócio de Cristo. Por isso, para um melhor entendimento devemos primeiramente olhar para a figura de Cristo, Sumo Sacerdote. «E como todo o sacerdócio católico não é senão uma continuação do Sacerdócio de Cristo, é sobretudo na Pessoa adorável do Redentor que devemos contemplar esta sublimidade»<sup>143</sup>. O título de “sacerdote” oferece uma chave fundamental para compreender a missão e identidade de Cristo, na medida em que oferece conteúdo à filiação e missão de Jesus Cristo<sup>144</sup>. Por outras palavras, toda a vida de Cristo é sacerdotal, desde a Encarnação até à Ressurreição. O sacerdócio de Cristo entende-se em relação ao modo de ser do Deus uno-trino e não deve ser compreendido com as categorias das religiões não-cristãs.

---

<sup>142</sup> DH 1764.

<sup>143</sup> *ESPLENDORES do Episcopado*. Lisboa: Junta Central da Acção Católica Portuguesa, 1951, p. 3.

<sup>144</sup> Cfr. BUENO DE LA FUENTE, Eloy – Jesucristo sacerdote. In *DICCIONARIO del Sacerdocio*. Org. Profesores de la Facultad de Teología de Burgos. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005, p. 367.

O sacerdócio, na Antiga Aliança, ocupava um lugar central, pois estava estritamente ligado ao Templo, lugar da presença de Javé entre o seu povo. Nos séculos anteriores ao nascimento de Jesus, a expectativa messiânica atribuía ao futuro Messias as prerrogativas do sacerdócio<sup>145</sup>. A profecia de Ezequiel termina com a imagem do novo templo, evidenciando essa expectativa (cfr. Ez 47). Exemplo explícito é o presente no salmo 110, 4: «O Senhor jurou e não voltará atrás: “Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec”». O sacerdócio levítico estava ligado à Aliança.

Aspeto importante presente no Antigo Testamento é o sentido do sacrifício: «A expiação era considerada em Israel como um rito que limpava ou eliminava o pecado ou a impureza»<sup>146</sup>. A compreensão judaica só muito raramente vinculava esta compreensão do sacrifício à ira de Deus. O sujeito da expiação é sempre Deus, pois é Ele que oferece o meio para expiar o pecado, que capacita o homem para oferecer o sacrifício. A expectativa messiânica do povo de Israel continha a vinda dum Messias-sacerdote ou, pelo menos, o surgimento dum sacerdócio novo. Tal expectativa manifesta-se mais claramente depois da experiência do Exílio, na qual Israel percebe que vive exilado no pecado e espera o perdão das suas iniquidades.

O texto bíblico mais utilizado na teologia do sacerdócio anterior ao Concílio Vaticano II é, sem dúvida, a Epístola aos Hebreus<sup>147</sup>. Afirma Emilio Sauras: «A Epístola aos Hebreus não é outra coisa senão uma exposição ininterrupta das riquezas sobrenaturais da graça sacerdotal de Cristo e do seu ato específico, o sacrifício redentor»<sup>148</sup>. A Epístola aos Hebreus mantém-se na linha de entendimento do sacerdócio presente no Antigo Testamento, mas supera-o, com a afirmação do sacerdócio de Cristo. Faz uma leitura do sacerdócio antigo, mostrando a veracidade e superioridade do sacerdócio de Cristo. Afirma João Lourenço: «O novo templo, o verdadeiro sacerdote, o autêntico sacrifício não são já os da antiga aliança, mas sim Jesus Cristo»<sup>149</sup>.

Um primeiro aspeto presente, relativamente ao sacerdócio de Cristo, é a superioridade de Cristo como Pontífice, ou seja, a novidade do sacerdócio de Cristo

---

<sup>145</sup> Cfr. LÉCUYER, Joseph – *El sacerdocio en el misterio de Cristo*. Salamanca: [imp. Calatrava], 1959, p. 7.

<sup>146</sup> BUENO, E. – *Jesuscristo sacerdote*, p. 372.

<sup>147</sup> Cfr. LOURENÇO, João Duarte – *Sacerdócio e Ministérios*. In UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. *Semanas de Estudos Teológicos - Igreja e Ministérios*. Lisboa 1995, p. 41.

<sup>148</sup> SAURAS, Emilio – *El Cuerpo Místico de Cristo*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1952, p. 449.

<sup>149</sup> LOURENÇO, J. D. – *Sacerdócio*, p. 41.

reside no facto de não ser ritual, mas de ser existencial. Jesus realiza o seu sacerdócio em favor dos homens em três momentos fundamentais<sup>150</sup>: na Encarnação; na experiência de sofrimento e morte; na adesão fiel à vontade do Pai. Diz Joseph Lécuyer:

«Se examinarmos as passagens da Epístola aos Hebreus, em que se afirma a superioridade de Cristo-pontífice sobre todos aqueles que o hão precedido, ficaremos impressionados ao constatar que esta superioridade reside sempre na mesma prerrogativa: a de ter penetrado realmente *nos céus* com seu sacrifício, como precursor e causa da nossa salvação»<sup>151</sup>.

Em Heb 4, 14-15<sup>152</sup>; 6, 19-20<sup>153</sup>; 7, 26-27<sup>154</sup> e 9, 24<sup>155</sup>, é-nos apresentada, de forma clara, a profunda relação entre o sacerdócio e o sacrifício de Jesus. É precisamente este o ponto fulcral que permite afirmar a superioridade do sacrifício e do sacerdócio de Cristo. Cristo «é o *verdadeiro* Pontífice», diz Lécuyer, «porque pelo seu sacrifício penetrou no verdadeiro santuário»<sup>156</sup>. A dimensão sacrificial possui, assim, um carácter essencial para entender o sacerdócio de Cristo e, por conseguinte, para compreender o sacerdócio hierárquico. O sacrifício de Cristo, realizado no Calvário, é o único verdadeiramente eficaz. Diz João Duarte Lourenço: «Ele estabelece a aliança eterna com o Pai que agora é selada com o sangue do seu sacrifício expiatório e não com o dos animais imolados, como fazia o sumo-sacerdote»<sup>157</sup>. Por ele, o homem é liberto do pecado e pode alcançar o Céu. Lécuyer, de forma sintética, expõe esta compreensão:

---

<sup>150</sup> Cfr. LOURENÇO, J. D. – Sacerdócio, p. 41

<sup>151</sup> LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, p. 12.

<sup>152</sup> «Uma vez que temos um grande Sumo Sacerdote que atravessou os céus, Jesus, o Filho de Deus, conservemos firme a fé que professamos. De facto, não temos um Sumo Sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas, pois Ele foi provado em tudo como nós, exceto no pecado».

<sup>153</sup> «Nessa esperança temos como que uma âncora segura e firme da alma, que penetra até ao interior do véu onde Jesus entrou como nosso precursor, tornando-se Sumo Sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec».

<sup>154</sup> «Tal é, com efeito, o Sumo Sacerdote que nos convinha: santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores e elevado acima dos céus, que não tem necessidade, como os outros sacerdotes, de oferecer vítimas todos os dias, primeiro pelos seus próprios pecados e depois pelos do povo, porque Ele o fez uma vez por todas, oferecendo-se a si mesmo».

<sup>155</sup> «Na realidade, Cristo não entrou num santuário feito por mão humana, figura do verdadeiro santuário, mas entrou no próprio céu, para se apresentar agora diante de Deus em nosso favor».

<sup>156</sup> LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, p. 15.

<sup>157</sup> LOURENÇO, J. D. – Sacerdócio, p. 43.

«O verdadeiro sacrifício é o que realiza perfeitamente aquilo ao qual tende todo o sacrifício: o retorno a Deus da humanidade separada d'Ele pelo pecado ou, noutros termos, a possibilidade para os homens pecadores de penetrar no céu, sua verdadeira terra prometida, seu verdadeiro repouso, sua pátria verdadeira. E no sacrifício de Cristo se cumpre isto, pois ao penetrar Ele no céu com sua Humanidade imolada e ressuscitada por nós, abre-nos a porta e em certa maneira nos introduz consigo»<sup>158</sup>.

O sacrifício de Cristo tem dois elementos, segundo Lécuyer<sup>159</sup>, aos quais correspondem dois aspetos do sacerdócio de Cristo. O sacrifício de Cristo é expiatório, ultrapassando o sacrifício da Antiga Lei. Por ele, os homens têm acesso à vida nova que brota de Cristo, liberta do pecado. O segundo elemento é o da Aliança: o sacrifício de Cristo supera os sacrifícios da Aliança, o que Noé ofereceu ao sair da arca (cfr. Gen 8, 20ss), o que Abraão realizou para selar a Aliança com o Senhor (cfr. Gen 15, 9.21) e o que Moisés ofereceu no Monte Sinai, tal como diz a Epístola aos Hebreus: «Suprime, assim, o primeiro culto, para instaurar o segundo» (Heb 10, 9).

Sendo assim, além do sacramento do sacrifício redentor, há necessidade de um sinal eficaz e sensível do sacerdócio de Cristo. A Igreja continua a obra sacerdotal de Jesus, ou seja, oferecendo Cristo, sua Cabeça, oferece-se a si mesma. Nesta ordem sacramental, vê-se a necessidade de um *sacramento* do Sumo Sacerdote, de Cristo Cabeça. Diz Lécuyer que, a Eucaristia, sacrifício sacramental, exige um sacerdócio “correlativo”, também sacramental<sup>160</sup>. O sacerdote é constituído, pela ordenação sacerdotal, representante de Cristo Cabeça:

«No corpo sacerdotal da Igreja o sacerdote hierárquico, que é membro deste corpo pelo baptismo, é constituído representante da Cabeça da Igreja. Este é o sacerdócio sacramental, conferido pelo sacramento da ordem, e que se ordena essencialmente à vida sacramental da Igreja, em especial à eucaristia, que é seu centro»<sup>161</sup>.

---

<sup>158</sup> LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, pp. 15-16.

<sup>159</sup> Cfr. LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, pp. 399-401.

<sup>160</sup> LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, p. 402.

<sup>161</sup> LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, pp. 257-258.

A mediação de Cristo presente na Epístola aos Hebreus é, igualmente, refletida no entendimento do sacerdócio hierárquico:

«Ora Jesus Cristo, não segundo a sua natureza divina, mas sim segundo a sua humanidade, ocupa um lugar intermédio entre Deus e os homens, porque segundo a sua humanidade é inferior a Deus e ao mesmo tempo superior a todos os outros homens [...] Jesus Cristo é constituído nosso Mediador no próprio momento da Incarnação [...] Cristo é o Medianeiro por essência e é também o Medianeiro único, porque só Ele é suficiente e indispensável para restaurar a ordem entre o Céu e a terra»<sup>162</sup>.

O ofício sacerdotal, que cabe aos sacerdotes, prolonga essa mediação salvadora de Cristo. Ele tem como finalidade dar coisas sagradas aos homens. O sacerdote é «o encarregado de dar o sagrado: o sagrado de Deus, aos homens, e o sagrado dos homens a Deus»<sup>163</sup>. Emilio Sauras elenca as várias “coisas sagradas” que santificam a natureza humana, como a doutrina, a verdade, o ensino e prática da caridade, e os sacramentos<sup>164</sup>. Por sua vez, o sacerdote leva também a humanidade a Deus. Tal oblação do homem a Deus tem a sua maior expressão no sacrifício eucarístico, onde cada batizado, representado pelo sacerdote hierárquico, se une à oferenda de Cristo, por meio dos dons levados ao altar<sup>165</sup>.

Assim, o sacerdote participa do sacerdócio de Cristo, tal como o resume Pio XI:

«O sacerdote é ministro de Jesus Cristo: portanto, instrumento nas mãos do Redentor divino para continuar sua obra redentora em toda sua universalidade mundial e eficácia divina para a construção dessa obra admirável que transformou o mundo; mais ainda, o sacerdote, como se costuma dizer com razão, é verdadeiramente outro Cristo, porque continua em certo modo o mesmo Jesus Cristo»<sup>166</sup>.

Outro ponto importante, na reflexão acerca do sacerdócio de Cristo e da sua sacramentalidade manifesta no sacerdócio hierárquico, é o modo como a graça de Deus,

---

<sup>162</sup> *ESPLENDORES*, pp. 5-6.

<sup>163</sup> SAURAS, E. – *El Cuerpo*, p. 453.

<sup>164</sup> Cfr. SAURAS, E. – *El Cuerpo*, p. 453.

<sup>165</sup> Cfr. LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, p. 260.

<sup>166</sup> PIUS PP. XI - *Ad Catholici Sacerdotii*, nº10, in AAS. 28 (1936) 10.

a salvação, chega a todos homens de todos os tempos, pela Eucaristia. Certamente que a obra da Redenção, operada por Cristo, chega a nós pela fé e pela caridade<sup>167</sup>, mas também pelos sacramentos, sinais eficazes da graça. Antes de mais, o sacrifício redentor de Jesus está presente no meio de nós pela Eucaristia, sinal sensível. A este respeito, Lécuyer sintetiza toda a reflexão doutrinal, nas seguintes palavras: «Mas esta verdade invisível vem a nós no sacramento que, por si mesmo, é um verdadeiro sacrifício ou melhor, o verdadeiro sacrifício»<sup>168</sup>.

A ligação entre sacrifício e sacerdócio, quase como chave-de-leitura exclusiva para o entendimento deste sacramento, é profundamente visível no ritual da ordenação e na definição que faz o Concílio de Florença<sup>169</sup> e na posterior reafirmação de Trento. Gustavo Thils entende o sacramento da Ordem, primariamente, na sua ligação com o poder para consagrar o pão e o vinho, embora a sua compreensão já tenha bem presente outros aspetos<sup>170</sup>.

A celebração do sacrifício eucarístico e o poder espiritual aparecem como nota constitutiva do sacerdócio e até quase exclusiva<sup>171</sup>. S. Tomás de Aquino, no seguimento do contributo de S. Isidoro e de Pedro Lombardo, fundamenta a essência do sacerdócio por relação à Eucaristia<sup>172</sup>. «Eucaristia e sacerdócio são duas magnitudes intrinsecamente vinculadas, pois tanto o sacerdócio comum como o ministerial nascem da Eucaristia e a ela se ordenam»<sup>173</sup>, diz José Antonio Abad. Esta vinculação entre sacerdócio e Eucaristia está fortemente presente na teologia sacerdotal que precede o Concílio Vaticano II.

O Catecismo dos Párocos, saído do concílio tridentino, diz que as atribuições do sacerdote são o oferecimento do sacrifício da Missa e a administração dos sacramentos. As orações de ordenação sacerdotal, previstas antes da renovação operada pelo papa Pio XII com a constituição apostólica *Sacramentum Ordinis*<sup>174</sup>, como matéria e forma do

---

<sup>167</sup> Cfr. LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, p. 253.

<sup>168</sup> LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, p. 253.

<sup>169</sup> Cfr. DH 1326.

<sup>170</sup> Cfr. THILS, Gustavo – *A santidade cristã*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1967, p. 372.

<sup>171</sup> Cfr. ARNAU, Ramon – *Orden y Ministerios*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 150.

<sup>172</sup> Cfr. ARNAU, R. – *Orden*, p. 120.

<sup>173</sup> ABAD, José Antonio - Eucaristia y sacerdocio. In *DICCIONARIO del Sacerdocio*. Org. Profesores de la Facultad de Teología de Burgos. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005, p. 270.

<sup>174</sup> Neste documento, Pio XII, no sentido de aprofundar o sacramento, modifica a matéria e a forma do sacramento da ordem, o qual considera em três graus: episcopado, presbiterado e diaconado.

sacramento, demonstram isso mesmo: «Recebe o poder de ofereceres o sacrifício a Deus e celebrar missas, tanto pelos vivos como pelos defuntos»<sup>175</sup>.

Esta visão restrita do sacerdócio apresenta evolução na primeira metade do séc. XX. A teologia redescobre a figura do sacerdote e lança-se no aprofundamento da sua missão. Assim, a teologia dos anos anteriores ao Concílio Vaticano II olhava para o sacerdote já não de forma exclusiva como aquele que possui o poder para consagrar e oferecer o corpo eucarístico de Cristo, mas atendendo a várias perspetivas. Diz José António Abad:

«Assim, advertiu-se que definir o sacerdócio ministerial *exclusivamente* em relação com as suas funções mais altas: a *potestas in corpus eucharisticum*, equivale a falsear o problema da essência do sacerdócio e a não lhe dar todo o relevo que lhe concede a Sagrada Escritura, a tradição Patrística e Litúrgica e a praxis da Igreja»<sup>176</sup>.

Estes aprofundamentos levaram tempo a penetrar a mentalidade e práxis eclesial.

### 2.1.2. Sacerdote: alter Christus

A participação no sacerdócio de Cristo faz dos sacerdotes ministros de Cristo. O Concílio de Trento afirma a visibilidade do sacerdócio hierárquico e a sua sacramentalidade na 23ª sessão<sup>177</sup>. O Catecismo dos Párocos, de 1566, sublinha o aspeto sacro-representativo e cultural do sacerdócio:

«Primeiro, pois, ensine-se aos fiéis quão grande é a nobreza e excellência d'este sacramento, considerado no seu mais alto grau, que é o sacerdócio. Os bispos e os sacerdotes são como que intérpretes e embaixadores de Deus, em cujo nome ensinam aos homens a lei divina e os preceitos da vida; são vigários de Deus na terra»<sup>178</sup>.

---

<sup>175</sup> PINTO, António Ferreira – *Liturgia do Sacramento da Ordem*. Porto: Seminário de N. S. da Conceição, 1939, p. 55.

<sup>176</sup> ABAD, J. – *Eucaristía y sacerdocio*, p. 274.

<sup>177</sup> Cfr. DH 1771, 1773.

<sup>178</sup> *CATECISMO para os Párochos*. Porto: Editores José Fructuoso da Fonseca & Filho, 1906, p. 367-368.



Esta afirmação do Catecismo dos Párocos demonstra bem a ênfase colocada na representação de Cristo na pessoa do sacerdote. O mesmo acontece nos cânones de Trento relativamente à figura e papel do ministro dos sacramentos.

Expressões que traduzem esta identificação do sacerdote com Jesus Cristo são manifestas nas afirmações de que o padre é um *alter Christus* ou que age *in persona Christi*. Esta identidade sacramental-ontológica do sacerdote deriva do carácter sacramental que advém da ordenação sacerdotal. O carácter sacramental, que surge mais desenvolvido pela teologia escolástica, é «um efeito do sacramento, distinto da graça sacramental, que consagra e configura com Cristo Sacerdote para poder operar com eficácia»<sup>179</sup>.

S. Tomás de Aquino compreende a ação do sacerdote *in persona Christi* segundo três notas, como as apresenta Ramón Arnau<sup>180</sup>: 1) «ser instrumento para estar à disposição de Cristo, cuja ação externa e visível, e por isso sacramental, possibilita»; 2) «operar vicariamente em seu nome»; 3) «proceder de maneira permanente como instrumento vicário por ter recebido de Cristo o carácter sacramental». No seguimento da reflexão tomista, o Concílio de Florença afirma que a ordem, tal como o batismo e a confirmação, imprime carácter<sup>181</sup>. O Concílio de Trento, no seguimento da tradição que o antecede e sustenta, refere, no decreto sobre o sacramento da ordem, que este imprime carácter<sup>182</sup>.

A hierarquia da Igreja não é algo meramente accidental, fruto da história, como defendiam os reformadores no séc. XVI, mas foi instituída por Cristo. O sacerdócio é de constituição divina, tal como diz o concílio tridentino: «Se alguém disser que na Igreja Católica não existe uma hierarquia, instituída por ordenação divina, que consta de bispos, presbíteros e ministros: seja anátema»<sup>183</sup>. A teologia sacerdotal, e também a espiritualidade daí decorrente, ao valorizar o carácter sacramental contido na ordem, valorizava também o papel e missão dos sacerdotes, seu poder sacramental e autoridade sobre o restante povo de Deus, enquanto representantes de Cristo – *alter Christus*. O papa Pio XII, na *Mediator Dei*, diz:

---

<sup>179</sup> CURA ELENA, Santiago – Carácter sacerdotal. In *DICCIONARIO del Sacerdocio*. Org. Profesores de la Facultad de Teología de Burgos. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005, p. 76.

<sup>180</sup> ARNAU, R. – *Orden*, p. 120.

<sup>181</sup> Cfr. DH, 1313.

<sup>182</sup> Cfr. DH 1767, 1774.

<sup>183</sup> DH 1776.

«Por isso o sacerdócio externo e visível de Jesus Cristo se transmite na Igreja não de modo universal, genérico e indeterminado, mas é conferido a indivíduos eleitos, com a geração espiritual da Ordem, um dos sete sacramentos, o qual não somente confere uma graça particular, própria deste estado e deste ofício, mas ainda um carácter indelével que configura os ministros sagrados a Jesus Cristo sacerdote, demonstrando-os capazes de cumprir aqueles actos legítimos da religião com os quais os homens são santificados e Deus é glorificado, segundo as exigências da economia sobrenatural»<sup>184</sup>.

Neste número 37 da *Mediator Dei*, Pio XII aponta vários aspetos importantes, que sintetizam a conceção do sacerdote como *alter Christus*. O sacerdócio de Cristo, como já atrás dissemos, tem uma dimensão visível e externa, sacramental. Decorrente disto, a ordem é um sacramento que imprime carácter, tornando os ministros instrumentos da graça, «servidores de Cristo e administradores dos mistérios de Deus» (1 Cor 4, 1). O texto da *Mediator Dei* valoriza a dignidade dos “indivíduos eleitos”, configurados com Cristo sacerdote. É essa configuração sacramental, indelével, que os torna capazes de administrar os sacramentos, principalmente a Eucaristia e a Penitência.

O magistério da primeira metade do séc. XX acentuou esta representatividade de Cristo no sacerdote e a distinção entre estes e o restante povo cristão. «Com efeito, como o lavacro do baptismo distingue os cristãos e os separa dos outros que não foram lavados na água purificadora e não são os membros de Cristo,» continua Pio XII, «assim o sacramento da Ordem distingue os sacerdotes de todos os outros cristãos não consagrados»<sup>185</sup>. Greshake refere que esta afirmação de Pio XII é um novo modo de afirmar que o sacerdote «tem que distinguir-se por uma santidade segregada do mundo»<sup>186</sup>. O sacerdote é instrumento divino, por meio do qual se participa na vida divina. Ele goza de poder sobrenatural, compete-lhe governar o povo e «antes de representar o povo perante Deus, [...] ele representa Deus junto do povo»<sup>187</sup>. Na proximidade do concílio, e sinal do aprofundamento já feito, o padre é entendido como “imagem do Bom Pastor”. Aquelas palavras do Apóstolo: «Tomai cuidado convosco e com todo o rebanho, de que o Espírito Santo vos constituiu administradores para apascentardes a Igreja de Deus, adquirida por Ele com o seu próprio sangue» (Act 20, 28), devem constituir a grande preocupação do sacerdote. Gustavo Thils resume esta

---

<sup>184</sup> PIUS PP. XII - *Mediator Dei*, nº 37, in AAS. 39 (1947) 538-539.

<sup>185</sup> MD, 38.

<sup>186</sup> GRESHAKE, Gisbert – *Ser sacerdote hoy*. 2ª ed. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2006, p. 38.

<sup>187</sup> MD, 36.

convicção, encarnada em tantas existências sacerdotais: «O sacerdote é como o “pai” da comunidade cristã»<sup>188</sup>.

Esta dignidade e importância do sacerdote, porque é *alter Christus*, está presente também na encíclica *Mystici Corporis*, do Papa Pio XII, na qual reflete sobre a Igreja, elaborando uma apresentação eclesiológica tendo como base a doutrina do Corpo Místico. Diz ele: «E fora de dúvida que todos os que neste corpo [Igreja] estão investidos de poder sagrado, são membros primários e principais»<sup>189</sup>. Mais adiante, trataremos de situar, de modo um pouco mais desenvolvido, o enquadramento do sacerdócio no plano eclesiológico. Porém, fica já evidente a superioridade do sacerdócio hierárquico na Igreja relativamente aos restantes fiéis, no entendimento pré-conciliar, pois os sacerdotes são tidos como «primários e principais» membros.

### 2.1.3. Sacerdócio: hierarquia da Igreja

Tendo visto, em breves linhas, a relação entre o sacerdócio de Cristo e o sacerdócio hierárquico, e a respetiva dignidade deste, sendo o sacerdote um outro Cristo, necessariamente temos de falar do sacerdote, duma forma mais exclusiva, no âmbito do seu lugar na Igreja.

A Igreja, até ao Vaticano II, entendia-se essencialmente recorrendo a duas “doutrinas”: a primeira, assentava na conceção da Igreja enquanto sociedade visível, hierárquica, e a segunda enquanto Corpo Místico de Cristo.

Debrucemo-nos somente na eclesiologia presente no Concílio Vaticano I, consequente nos pontífices até Pio XII e no Código de Direito Canónico de 1917, que guiou a vida da Igreja durante todo o episcopado de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Angel Anton refere as duas correntes eclesiológicas presentes nas vésperas da abertura do Concílio Vaticano I<sup>190</sup>: a corrente mais renovada, que concebe a Igreja como Corpo Místico de Cristo, protagonizada pelos teólogos de Tubinga, de Johann Adam Möhler e do Colégio Romano; e a corrente ultramontana, que acentuava o princípio da autoridade do magistério e do primado do papa. Esta última corrente recebeu apoio do papado, nomeadamente de Gregório XVI e Pio IX. A visão da Igreja presente no Vaticano I,

---

<sup>188</sup> THILS, G. – *A santidade cristã*, p. 375.

<sup>189</sup> PIUS PP. XII - *Mystici Corporis*, nº 17, in AAS. 35(1943) 200.

<sup>190</sup> Cfr. ANTON, Angel – *El Misterio de la Iglesia: evolucion histórica de las ideas eclesiologicas*. Vol. II. Madrid-Toledo: Biblioteca de Autores Cristianos, 1987, p. 321.

elencar Angel Anton, assenta no seguinte: 1) defesa da autoridade da Igreja; 2) obediência à revelação e ao magistério da Igreja; 3) Igreja instituída como “societas perfecta”; 4) Igreja corpo místico de Cristo. A propósito, diz Joseph Lécuyer, em 1959, nas vésperas do Vaticano II: «A Igreja é na terra uma sociedade visível, um organismo social hierarquizado que continua entre os homens a missão do Filho de Deus»<sup>191</sup>.

O Concílio Vaticano I, inaugurado por Pio IX em 1869 e interrompido em 1870, apresentou, nas suas constituições *Dei Filius* e *Pastor Aeternus*, assim como nos esquemas preparatórios, uma conceção eclesiológica. O primeiro esquema *de Ecclesia*, elaborado pela corrente eclesiológica mais renovada, apresentava a Igreja como Corpo Místico de Cristo. Os padres conciliares pediam que se falasse da Igreja enquanto sociedade perfeita. Assim, «a Igreja-sociedade visível é idêntica com o corpo místico»<sup>192</sup>. Anton resume os vários aspetos da eclesiologia decorrente do Vaticano I<sup>193</sup>: 1) a autoridade como elemento decisivo e central – afirmação da autoridade do magistério e da infalibilidade pontifícia; 2) prioridade do aspeto institucional e social da Igreja, 3) fortemente centrada na figura do papa e numa conceção monárquica de governo; 4) decorrente da anterior, o carácter fortemente romano e centralizador; 5) prioridade teórica e prática das estruturas hierárquicas, dando uma imagem clericalizada da Igreja; 6) ausência de referências ao episcopado; 7) carácter jurídico da eclesiologia.

S. Pio X, que foi grande impulsionador da renovação e dignificação do clero na primeira metade do século XX, disse acerca da Igreja, evidenciando uma compreensão hierarcológica:

«Daí resulta que essa Igreja é por essência uma sociedade *desigual*, isto é, uma sociedade que abrange duas categorias de pessoas, os Pastores e o rebanho, os que ocupam uma posição nos diferentes graus da hierarquia, e a multidão dos fiéis. E essas categorias são tão distintas entre si, que só no corpo pastoral residem o direito e autoridade necessária para promover e dirigir todos os membros ao fim da sociedade; quanto à multidão, essa não tem outro dever senão o de se deixar conduzir e, rebanho dócil, seguir os seus Pastores»<sup>194</sup>.

---

<sup>191</sup> LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, p. 271.

<sup>192</sup> ANTON, A. – *El Misterio*, p. 347.

<sup>193</sup> Cfr. ANTON, A. – *El Misterio*, pp. 394-400.

<sup>194</sup> PIUS PP. X - *Vehementer nos*, nº 22, in ASS. 39(1906) 8.

Assim se compreende o ênfase dado à visibilidade do sacerdócio, e também à *potestas* que recebem os sacerdotes. O Código de 1917<sup>195</sup> é reflexo disso mesmo. Afirmo o código pio-benedictino: «Por instituição de Cristo, a ordem separa na Igreja os clérigos dos seculares no tocante ao regime dos fiéis e ao culto divino»<sup>196</sup>. A Igreja entendia-se “hierárquica”, não como comunidade ministerial, mas no sentido primário, sociedade perfeita e desigual, «onde há os que presidem e há os que obedecem»<sup>197</sup>. A Igreja apresenta-se e entende-se como sociedade hierárquica e monárquica, guiada pelo Sumo Pontífice, pastor principal da Igreja, participando os bispos em grau secundário do poder<sup>198</sup>. Nas vésperas da realização do Vaticano II, a compreensão do sacerdócio, no enquadramento da estrutura hierárquica da Igreja, é ainda muito valorizado, pois «o sacerdote é, antes de mais, clérigo»<sup>199</sup>.

A Igreja vista como Corpo Místico de Cristo aparece apresentada de forma magisterial na encíclica *Mystici Corporis* (1947) do papa Pio XII. Segundo esse mesmo texto, «a doutrina do Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja (cf. Cl 1, 24), [...] é de sua natureza tão grandiosa e sublime»<sup>200</sup>. Ora, a doutrina do Corpo Místico trouxe um aprofundamento eclesiológico e um avanço, relativamente à conceção anteriormente apresentada. Noutro texto, diz Pio XII, numa abordagem que permite verificar o uso das duas conceções: «A Igreja é uma sociedade; exige, por isso, uma autoridade e hierarquia próprias. Se todos os membros do corpo místico participam dos mesmos bens e tendem aos mesmos, nem todos gozam do mesmo poder e são habilitados a cumprir as mesmas ações»<sup>201</sup>.

Segundo a doutrina do Corpo Místico, todos os membros constituem uma unidade essencial e «onde há unidade de muitos há ordem, e onde há ordem há organização»<sup>202</sup>. Se todos os cristãos participam do sacerdócio de Cristo, por meio do batismo (sacerdócio comum dos fiéis), nem todos participam de igual forma na capitalidade de Cristo. Logo, há diferentes relações no Corpo Místico, na medida em

---

<sup>195</sup> Cfr. BENEDICTUS PP. XV – *Codex Iuris Canonici*, in AAS. 09 II (1917) 2-594; *CÓDIGO de Derecho Canónico y legislación complementaria*. Org. MIGUÉLEZ DOMÍNGUEZ, Lorenzo; ALONSO MORÁN, Sabino; CABREROS DE ANTA, Marcelino. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1957.

<sup>196</sup> CIC 1917, c. 948.

<sup>197</sup> SOARES, Alfredo Leite – *A comunhão na constituição hierárquica da Igreja: investigação teológico-canónica*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1992, p. 234.

<sup>198</sup> Cfr. SOARES, A. L. – *A comunhão*, p. 234.

<sup>199</sup> THILS, G. – *A santidade cristã*, p. 378.

<sup>200</sup> *Mystici Corporis*, nº 1.

<sup>201</sup> MD, 35.

<sup>202</sup> SAURAS, E. – *El Cuerpo*, p. 659.

que há desigualdade de membros na Igreja<sup>203</sup>. Emilio Sauras afirma que a organização hierárquica da Igreja tem como objetivo a santificação de todo o Corpo que é a Igreja.

O sacerdócio é visto em função do crescimento e santificação do Corpo Místico, da Igreja. Lécuyer, na sua obra, considerada, por Juan Esquerda Bifet<sup>204</sup>, a melhor síntese teológica sobre o sacerdócio antes do Vaticano II, afirma:

«Porque o sacerdócio hierárquico se instituiu em função de todo o corpo que é a Igreja, e para o bem deste corpo, é dizer, para que todos os membros deste corpo possam realizar o sacrifício espiritual que lhes permite acercar-se, unidos a Jesus, ao verdadeiro santuário»<sup>205</sup>.

Lécuyer avança uma reflexão que será aprofundada posteriormente na constituição dogmática *Lumen Gentium*.

#### **2.1.4. Sacerdócio: poder de ordem e poder de jurisdição**

O sacerdócio, na compreensão pré-Vaticano II, é visto como *potestas*. Aliás, a afirmação do sacerdote enquanto *alter Christus* e a relação entre sacerdócio-Eucaristia mostram que, primeiramente, o ministro é constituído de poder para celebrar o sacrifício eucarístico. Porque é representante de Cristo, o padre é revestido de um poder espiritual.

Pio XI, na sua encíclica sobre o sacerdócio católico, elenca os vários *poderes* do sacerdote. O primeiro é o poder sacerdotal sobre o corpo eucarístico de Cristo. O sacerdote oferece um sacrifício eterno, renova o sacrifício de Cristo, «prodigiosamente o torna presente sobre os nossos altares e oferecendo-o pelas mãos do mesmo Jesus Cristo como vítima infinitamente agradável da divina Majestade»<sup>206</sup>. Além do poder sobre o corpo eucarístico de Cristo, o sacerdote recebe, pelo sacramento da Ordem, «poderes sublimes e excelsos sobre o seu Corpo Místico»<sup>207</sup>. O sacerdócio foi instituído em favor da Igreja, sendo o sacerdote “dispensador dos mistérios de Deus” aos

---

<sup>203</sup> Cfr. SAURAS, E. – *El Cuerpo*, p. 659.

<sup>204</sup> Cfr. ESQUERDA BIFET, Juan – *Teologia del Sacerdocio: Historia de la espiritualidad sacerdotal*. Burgos: Ediciones Aldecoa, 1985, p. 173.

<sup>205</sup> LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, p. 416.

<sup>206</sup> ACS, 14.

<sup>207</sup> ACS, 15.

membros do Corpo Místico, através dos sacramentos, principalmente. O terceiro poder é o poder de perdoar os pecados, tal como Cristo o transmitiu: «Àqueles a quem perdoardes os pecados, ficarão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ficarão retidos» (Jo 20, 23). A ação sacerdotal concretiza-se pela Palavra, o que constitui o sacerdote como ministro da Palavra de Deus. É pela boca do sacerdote, *alter Christus*, que a mensagem da salvação é pregada a todos os povos. Pio XI, a este respeito, refere a importância dos sacerdotes para a elevação moral dos povos, para a pacificação e tranquilidade<sup>208</sup>. O quinto poder é o poder de orar: «Como mediador público e oficial entre a humanidade e Deus»<sup>209</sup>, o sacerdote tem o poder de oferecer o sacrifício de adoração.

Estes poderes que enumeramos são o desdobramento do ministério do sacerdote nas suas várias vertentes, segundo o que afirma Pio XI.

A *potestas* sacerdotal dividia-se em dois poderes: o poder de ordem e o poder de jurisdição<sup>210</sup>. Havendo dois poderes, há duas hierarquias.

«Na Igreja há-de haver necessariamente um duplo género de poderes, um que diz respeito à administração dos Sacramentos e que é chamado *poder de ordem*, e outro que serve para dirigir e promover eficazmente, na medida do possível, a cooperação dos fiéis: o *poder de jurisdição*. [...] existe na Igreja uma dupla hierarquia: a da Ordem e a da Jurisdição»<sup>211</sup>.

O poder de ordem é sacramental, conferido através da receção do sacramento da ordem, enquanto o poder de jurisdição é canónico, porque recebido através duma colação canónica. Emilio Sauras, com uma linguagem escolástica, explica que o poder de ordem tem como *matéria* o corpo eucarístico de Cristo, cabendo aos sacerdotes consagrá-lo e administrá-lo<sup>212</sup>; o poder de jurisdição tem como matéria o Corpo Místico, ou seja, os fiéis. O poder de ordem e o poder de jurisdição são poderes diversos: «O que quer dizer que a coincidência não é essencial. É indubitável que há sacerdotes que não

---

<sup>208</sup> Cfr. ACS, 20.

<sup>209</sup> ACS, 23.

<sup>210</sup> Cfr. SAURAS, E. – *El Cuerpo*, p. 681.

<sup>211</sup> *ESPLENDORES*, p. 24.

<sup>212</sup> Cfr. SAURAS, E. – *El Cuerpo*, p. 681.

têm jurisdição. Têm poder de ordem porque são sacerdotes, e, no entanto, não têm poder de governar»<sup>213</sup>.

Enquanto o poder de ordem se funda no carácter sacramental que a ordenação sacerdotal imprime, o poder de jurisdição é mutável<sup>214</sup>. Tanto um como outro podem ser ou de direito divino ou de direito eclesiástico, consoante a sua instituição ser divina ou eclesiástica.

O poder divino de ordem tem três graus, tal como definiu o concílio tridentino<sup>215</sup>: episcopado, presbiterado e diaconado. O poder de ordem, por instituição eclesiástica, corresponde ao grau do subdiaconado e das restantes ordens menores<sup>216</sup>. Quanto ao poder de jurisdição por instituição divina, o papado é a sua plenitude, da qual participa o episcopado<sup>217</sup>. O poder de jurisdição por instituição eclesiástica divide-se em dois âmbitos: os que participam do poder pontifício (cardeais, núncios apostólicos, etc.) e os que participam do poder episcopal (vigário geral, etc.)<sup>218</sup>.

Entre o poder de ordem e o de jurisdição, o primeiro ocupa lugar de primazia. Di-lo claramente Emilio Sauras:

«O poder hierárquico primeiro e fundamental é o de ordem; o de jurisdição é uma derivação sua. E como o de ordem é um poder *sacramental*, conferido mediante o carácter que dá os sacramentos, o de jurisdição será também sacramental *em sua primeira raiz*, embora não o seja em seu conteúdo formal. Diríamos que *radicalmente* é sacramental e *formalmente* canónico»<sup>219</sup>.

Esta primazia do poder de ordem relativamente ao poder de jurisdição assenta, como se viu, no carácter indelével produzido pelo sacramento. «Mas o *poder de Ordem* diz directa e imediatamente respeito à santificação interior do homem pelos Sacramentos que Cristo instituiu»<sup>220</sup> e, sendo o sacerdote ministro dos sacramentos, agindo *in persona Christi*, este poder tem como efeito imediato a «santificação “ex

---

<sup>213</sup> SAURAS, E. – *El Cuerpo*, p. 681.

<sup>214</sup> Cfr. *ESPLENDORES*, p. 25.

<sup>215</sup> Cfr. DH 1776.

<sup>216</sup> Cfr. CIC 1917, c. 949.

<sup>217</sup> Cfr. CIC 1917, c. 329 § 1.

<sup>218</sup> Cfr. *ESPLENDORES*, p. 35.

<sup>219</sup> SAURAS, E. – *El Cuerpo*, p. 683.

<sup>220</sup> *ESPLENDORES*, p. 25.



opere operato”, isto é, em virtude do próprio rito sacramental realizado validamente»<sup>221</sup>. Mais uma vez se constata o forte acento colocado na dimensão sacramental e cultural do sacerdote.

#### 2.1.5. Sacerdócio: plenitude e participação

O sacerdócio na teologia anterior à renovação operada pelo Vaticano II é entendido segundo o esquema de graus, ou seja, participa-se de forma gradual no sacerdócio hierárquico. A divisão entre poder de ordem e poder de jurisdição e suas subdivisões, consoante a instituição divina ou eclesiástica, manifestam essa gradualidade. Assim, e até à revisão das ordens feita por Paulo VI no motu proprio *Ministeria Quaedam*, existiam sete ordens sagradas<sup>222</sup>: as ordens menores – ostiariado, leitorado, exorcistado e acolitado; e as ordens maiores – subdiaconado, diaconado e sacerdócio, que incluía presbiterado e episcopado. O sacramento da ordem é um e único, mas possui grau diversos.

A teologia escolástica considerava uma igualdade de sacerdócio entre presbíteros e bispos, decorrente da sua compreensão exclusiva do sacerdócio. Por outras palavras, bispo e presbítero são iguais no que se refere à capacidade de celebrar o sacrifício eucarístico. S. Tomás afirma claramente que o bispo não é superior ao presbítero no poder sobre o corpo eucarístico. A superioridade do episcopado advinha, não do sacerdócio, segunda a compreensão estrita do poder de consagrar e oferecer o sacrifício eucarístico, mas do poder de jurisdição. Assim, o episcopado seria mais uma dignidade que uma ordem, como comenta Ramón Arnau: «Daí que no opúsculo *De articulis fidei et ecclesiae sacramentis*, [...] quando afrontou a distinção entre o bispo e o presbítero, concluiu afirmando que o episcopado é mais uma dignidade que uma ordem»<sup>223</sup>. Neste sentido, diz Joseph Lécuyer:

«Este parece ser primeiramente o sentido da ordenação sacerdotal, já que o sacerdócio se ordena essencialmente ao sacrifício. Neste aspecto os simples sacerdotes são insubstituíveis. Associados ao corpo episcopal para a oferenda do sacrifício do povo

---

<sup>221</sup> *ESPLENDORES*, p. 25.

<sup>222</sup> Cfr. DH 1772.

<sup>223</sup> ARNAU, R. – *Orden*, p. 124.

cristão, continuam dependendo dos bispos no cumprimento próprio das suas funções, na medida em que estas implicam uma potestade sobre o povo fiel»<sup>224</sup>.

José da Felicidade Alves afirma que, embora não haja «nenhum acto de ordem absolutamente exclusivo do Bispo»<sup>225</sup>, o episcopado possui a plenitude do sacerdócio, pois «o sacerdócio incompleto ou de segunda ordem (como o têm os presbíteros) não basta para constituir um bispo»<sup>226</sup>.

Segundo a teologia sacerdotal subjacente ao decreto do Concílio de Trento que define que o sacramento da ordem se encontra dividido em três graus, o sacerdócio não é igual para todos os sacerdotes e a gradação não se limita a mera delegação de poderes<sup>227</sup>. Pio XII, na *Sacramentum Ordinis*, esclarece a tripartição da ordem, referindo-se ao episcopado, presbiterado e diaconado, excluindo as ordens menores, como atesta Mauro Gagliari<sup>228</sup>. Lécuyer afirma que há dois graus no sacerdócio (excluindo o diaconado): «Contudo, não é menos certo que há dois graus neste único sacerdócio, seja qual for o modo de explicar a distinção»<sup>229</sup>.

O episcopado possui a plenitude do sacerdócio. José da Felicidade Alves afirma claramente, em 1955: «Na Igreja a plenitude dos poderes de Cristo encontra-se no Colégio Episcopal, que é afinal o Colégio Apostólico continuado incessantemente»<sup>230</sup>. O Concílio de Trento diz, na sessão XXII, que os bispos, sucessores dos Apóstolos, pertencem de modo privilegiado à hierarquia de ordem<sup>231</sup>, são superiores aos simples sacerdotes, possuem poderes como o de conferir o sacramento da confirmação e da ordem. Todas estas prerrogativas possuem-nas todos os bispos e não somente os residenciais<sup>232</sup>, o que leva a relacioná-las, como reflete Lécuyer, com a ordenação episcopal<sup>233</sup>.

---

<sup>224</sup> LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, p. 414.

<sup>225</sup> ALVES, José da Felicidade – O Trono do Bispo é o Trono de Cristo. In AA.VV. – *Ornaverunt lâmpadas: no Jubileu patriarcal e cardinalício de D. Manuel Gonçalves Cerejeira*. [s.l.]: Edição das Servas de Nossa Senhora de Fátima, 1955, p. 47.

<sup>226</sup> ALVES, J. F. – O Trono, p. 33.

<sup>227</sup> Cfr. SAURAS, E. – *El Cuerpo*, p. 682.

<sup>228</sup> Cfr. GAGLIARDI, Mauro – La dottrina cattolica sul sacerdozio ministeriale prima, durante e dopo il Concilio Vaticano II. In *Sacrum ministerium*. Roma, 2 (2009) 65-99.

<sup>229</sup> LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, p. 403.

<sup>230</sup> ALVES, J. F. – O Trono, p. 28.

<sup>231</sup> Cfr. DH 1768.

<sup>232</sup> Cfr. CIC 1917, c. 334 § 1.

<sup>233</sup> Cfr. LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, p. 403.

Os bispos ocupam o primeiro lugar na hierarquia de ordem e o segundo lugar na hierarquia de jurisdição, pois o primeiro cabe ao papa. Antes da clarificação operada pela *Lumen Gentium*, se era certo que o episcopado era de direito divino, não era claro que a jurisdição ordinária dos bispos fosse igualmente de direito divino, como a do papado. O Concílio de Trento não se tinha pronunciado a este respeito<sup>234</sup>. Na primeira metade do séc. XX caminha-se, progressivamente, para a afirmação de que o poder de jurisdição do episcopado provém também de Deus. Pio XII, na *Mystici Corporis*, afirma que o episcopado não é mera dignidade, quando diz que «os bispos não só devem ser considerados como membros mais eminentes da Igreja universal [...], mas nas próprias dioceses, como verdadeiros pastores»<sup>235</sup>, governando em nome de Cristo. Desta forma, afirma a sacramentalidade do episcopado, questão problemática no Concílio de Trento e que só no Vaticano II seria resolvida<sup>236</sup>. Felicidade Alves dá sinais dessa problemática e do sentido que tomará:

«Parece-me que se pode ir até um pouco mais longe e pensar que é parcial e empobrecida a concepção do Sacramento do Episcopado, isto é, da Ordem do Episcopado, se se considerasse só o poder do sacerdote como estando ligado ao sacramento. Não é essa a concepção manifestada no Código de Direito Canónico»<sup>237</sup>.

Emilio Sauras, nas vésperas do Concílio Vaticano II, aponta uma explicação para a afirmação da sacramentalidade do episcopado, fundamentando o poder episcopal no direito divino:

«A Igreja elege ou designa o bispo, como elege e designa o papa. Quando o consagra, quem lhe confere o poder de governar não é a Igreja, mas Deus imediatamente. O bispo não é um representante de ninguém mas de Deus. Mas seu poder, embora pleno, está subordinado ao do Pontífice Romano»<sup>238</sup>.

---

<sup>234</sup> Cfr. SAURAS, E. – *El Cuerpo*, p. 691.

<sup>235</sup> *Mystici Corporis*, nº 41.

<sup>236</sup> Cfr. ARNAU – *Orden*, pp. 153-156, 159-164.

<sup>237</sup> ALVES, J. F. – *O Trono*, p. 31.

<sup>238</sup> SAURAS, E. – *El Cuerpo*, p. 692.

Esta afirmação é decorrente da afirmação que a plenitude do sacerdócio reside no bispo.

O presbiterado ocupa o segundo lugar da hierarquia de ordem. Na hierarquia de jurisdição, os presbíteros não ocupam lugar nenhum, pois dependem inteiramente do bispo<sup>239</sup>. O presbítero, o simples sacerdote, participa do sacerdócio do bispo, é seu cooperador. Lécuyer refere-se nos seguintes termos a respeito dessa condição de cooperadores dos Bispos: «Os presbíteros são os auxiliares do bispo no plano propriamente sacerdotal. Graças a eles pode pôr-se ao alcance de todos os cristãos o sacrifício eucarístico e os sacramentos»<sup>240</sup>.

Sauras coloca o presbítero num terceiro grau da hierarquia, explicando que, embora a jurisdição do presbítero dependa do bispo, em certa medida, ela pode ser considerada de *radicalmente* de direito divino. Melhor dizendo, o poder de jurisdição dos sacerdotes não é de direito divino, mas tem na sua base um fundamento divino. Explica ele:

«Se o sacerdócio, com seu inseparável poder de ordem, é de direito divino, na medida em que neste poder está o fundamento sacramental do de jurisdição, podemos dizer que esta raiz é também de direito divino. E por instituição de Cristo há, em consequência, três graus de poder de jurisdição; dois formais, o pontificado supremo e o episcopado, e outro radical, o sacerdócio»<sup>241</sup>.

O sacerdócio dos presbíteros é, no progressivo aprofundamento doutrinal e teológico da primeira metade do séc. XX, visto como participação no sacerdócio do bispo. O padre é cooperador da ordem episcopal, tal como transparece nas palavras do Pontifical de Ordenação dos Presbíteros, anterior à reforma litúrgica, «cooperadores diligentes do nosso ministério»<sup>242</sup>. Gustavo Thils testemunha, igualmente, a redescoberta do presbiterado enquanto ordem cooperadora do episcopado: «As antigas orações consagratórias do sacerdote e do diácono, no Pontifical, no momento da

---

<sup>239</sup> Cfr. ALVES, J. F. – O Trono, p. 48.

<sup>240</sup> LÉCUYER, J. – *El sacerdocio*, p. 414.

<sup>241</sup> SAURAS, E. – *El Cuerpo*, p. 693.

<sup>242</sup> PINTO, A. F. – *Liturgia*, p. 50

imposição das mãos pouco falam dos poderes eucarísticos, mas insistem muito na qualidade de auxiliares subordinados do Bispo»<sup>243</sup>.

A participação no sacerdócio de Cristo daqueles que receberam o sacramento da ordem é superior à participação dos leigos. «Os fiéis, se possuem algum grau de sacerdócio, é inferior ao daqueles que constituem os três graus hierárquicos»<sup>244</sup> refere Emilio Sauras. Neste sentido, o Código de Direito Canónico de 1917 refere que «somente os clérigos podem obter o poder, seja de ordem, seja de jurisdição eclesiástica»<sup>245</sup> e que os fiéis «devem aos clérigos reverência, segundo graus e ofícios»<sup>246</sup>. O sacerdócio comum dos fiéis é bastante desenvolvido por Joseph Lécuyer, na sua obra já citada. Os leigos, pelo carácter batismal e da confirmação participam, a seu modo, no sacerdócio de Cristo.

## **2.2. Ressurgir e renovar da espiritualidade sacerdotal na primeira metade do séc. XX**

A partir da renovação do clero, preceituada pelo Concílio de Trento, inicia-se um período de particular aprofundamento da espiritualidade dos sacerdotes. «São muitos os bispos e presbíteros canonizados ou com fama de santidade, que pertencem a esses séculos»<sup>247</sup>, afirma Esquerda Bifet, referindo-se ao período que vai do séc. XVI ao séc. XX. Sem estas figuras, sem esta redescoberta da espiritualidade sacerdotal, seria impossível ter chegado à renovação sacerdotal a que apela o Concílio Vaticano II, com toda a exigência de santidade e de zelo pastoral. Veremos as principais figuras deste movimento de ressurgimento sacerdotal e, em seguida, os pronunciamentos do magistério pontifício que muito estimularam esta renovação.

Convém ter presente que a santidade sacerdotal era entendida como segregada, em oposição permanente com o mundo laical<sup>248</sup>. Di-lo bem Gisbert Greshake:

---

<sup>243</sup> THILS, G. – *A santidade cristã*, p. 380.

<sup>244</sup> SAURAS, E. – *El Cuerpo*, p. 682.

<sup>245</sup> CIC 1917, c. 118.

<sup>246</sup> CIC 1917, c. 119.

<sup>247</sup> ESQUERDA BIFET, J. – *Teologia del Sacerdicio*, p. 157.

<sup>248</sup> Cfr. GOFFI, Tullo – *La spiritualità contemporanea*. Bologna: Edizioni Dehoniane, 1987, pp. 162-163.

«A causa da singularíssima participação no sacerdócio de Cristo, tem que distinguir-se por uma santidade segregada do mundo. Aquelas palavras da Carta aos colossenses: “Vossa vida está escondida com Cristo em Deus” (3, 3), foram referidas especificamente ao sacerdote em inumeráveis escritos espirituais e declarações eclesiais. Pois – tal é a fundamentação – “aquele que está orientado face à realidade celestial, tem que separar-se da realidade terrena”»<sup>249</sup>.

### **2.2.1. Principais figuras do ressurgir sacerdotal antes do Vaticano II**

São numerosas as figuras que poderíamos destacar. João Paulo II considerou que «estas figuras sacerdotais são “mestres da pastoral”, que “nos continuam a falar a cada um de nós”. Precisamente pela sua abertura a Deus e pela sua caridade pastoral, souberam responder aos problemas circunstanciais da sua época»<sup>250</sup>. Porém, fixar-nos, apenas, em algumas que consideramos fundamentais e marcantes na renovação da espiritualidade sacerdotal desde finais de oitocentos até ao Vaticano II.

#### **A) S. João Maria Batista Vianney**

A primeira é S. João Maria Batista Vianney<sup>251</sup>. O padre Vianney foi pároco em Ars, pequena aldeia francesa perto de Lyon, na França. Exerceu o seu ministério num contexto particularmente difícil, na primeira metade do séc. XIX, sofrendo na pele as consequências do período pós-revolucionário. Apesar das suas grandes dificuldades intelectuais nos estudos, conseguiu terminar o curso de teologia e ser ordenado sacerdote. A sua ação revestiu-se de grande zelo pastoral, tornando Ars um verdadeiro centro de peregrinação. O cura d'Ars, como ficará conhecido, pautou a sua ação pastoral pelo grande zelo com que exercia o ministério sacerdotal no confessionário e no púlpito. A sua vida respirava santidade e zelo pastoral, marcada por grande austeridade.

A 8 de Janeiro de 1905 foi beatificado pelo Papa S. Pio X. Este ato influenciou de forma decisiva os pronunciamentos futuros do magistério pontifício relativamente ao sacerdócio católico. Em 1925, o cura d'Ars foi canonizado pelo papa Pio XI e, quatro

---

<sup>249</sup> GRESHAKE, G. – *Ser sacerdote hoy*, p. 38.

<sup>250</sup> Cfr. IOANNES PAULUS PP. II – *Epistulae ad universos Ecclesiae Sacerdotes, adveniente Feria V in Cena Domini*, in AAS. 71 (1979) 402-403

<sup>251</sup> Cfr. TROCHU, Francis – *O Cura d'Ars: São João Maria Baptista Vianney*. Braga: Edições Theologica, 1987.

anos depois, declarado patrono de todos os párocos. O papa João XXIII, por ocasião do centenário da morte de João Maria Vianney, escreveu a encíclica *Sacerdotii nostri primordia*. Nesta encíclica, encontramos um elogio autorizado da vida sacerdotal do cura d'Ars. João XXIII apresenta-o como modelo das virtudes sacerdotais (pobreza, castidade e obediência), modelo de oração e modelo de zelo pastoral<sup>252</sup>.

## **B) S. Pio X**

Outra figura de grande importância é S. Pio X. Giuseppe Melchiorre Sarto, seu nome de batismo, teve grande experiência pastoral, tendo sido pároco e bispo. Quando exercia o seu ministério como patriarca de Veneza, foi eleito para suceder a Leão XIII. A sua ação é, essencialmente, virada para a reforma interna da Igreja. Deve-se a ele a introdução da prática da comunhão das crianças. Estimulou a atividade catequética, procedeu a uma reforma da Cúria romana, deu apoio ao emergente movimento de reforma litúrgica. No que respeita à renovação da espiritualidade sacerdotal, foi de fulcral importância a publicação das *Normas para o ordenamento educativo e disciplinar* dos Seminários, nas quais dá particular ênfase à formação espiritual, introduzindo a figura do diretor espiritual<sup>253</sup>. A exortação apostólica *Haerent animo*, de 1908, é, no entender de Juan Esquerda Bifet, «o primeiro documento do magistério em que se expõe sistematicamente o tema sacerdotal»<sup>254</sup>. Voltaremos ao seu texto mais adiante.

## **C) Cardeal Désiré-Joseph Mercier**

Outra figura da qual temos de falar, pela influência direta que exerceu sobre o pensamento de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, é o cardeal Désiré-Joseph Mercier (1851-1926), arcebispo de Malines, na Bélgica. Além de filósofo e defensor da paz durante a Primeira Guerra Mundial, destacou-se pela sua preocupação com a vida espiritual dos sacerdotes. «A preocupação principal de Mercier foi a de consciencializar o sacerdote diocesano sobre a sua exigência de santidade não menor que para o estado

---

<sup>252</sup> Cfr. ESQUERDA BIFET, J. – *Teologia del Sacerdocio*, p. 158.

<sup>253</sup> Cfr. ESQUERDA BIFET, J. – *Teologia del Sacerdocio*, p. 159.

<sup>254</sup> ESQUERDA BIFET, J. – *Teologia del Sacerdocio*, p. 159.

religioso»<sup>255</sup>, afirma Esquerda Bifet. Di-lo também Antonio Royo Marin, referindo o interesse sobre essa questão:

«Nos últimos anos – graças principalmente à publicação da magnífica obra do cardeal Mercier *A vida interior* – suscitou-se num grande número de revisas e publicações eclesiais a interessante questão de se o sacerdócio secular ou diocesano constituía ou não um estado canónico de perfeição»<sup>256</sup>.

Este aspeto foi também tratado pelo cardeal Cerejeira, que procurou afirmar a igual dignidade do padre diocesano em relação ao padre religioso. O cardeal Mercier aplicou-se, seja na sua diocese, seja pela publicação de obras que percorreram o mundo católico da época, na valorização do clero secular. Esta preocupação estimulou o ressurgimento sacerdotal, contribuindo para a redescoberta da exigência de santidade do sacerdócio enquanto tal.

O sacerdote tem no seu estado de vida, em virtude da caridade pastoral, a sua própria exigência de santidade. O meio específico de santidade sacerdotal é o exercício do seu ministério, na medida em que o sacerdote concretiza essa caridade pastoral. Este entendimento de Mercier deu origem «às discussões posteriores sobre a relação do sacerdote a respeito ao estado religioso»<sup>257</sup>. O cardeal Mercier possuía uma visão mais alargada do sacerdócio, englobando a dimensão vertical (ligada ao culto) e a dimensão horizontal (ligada à ação pastoral). A propósito da influência exercida pela ação e obra de Désiré-Joseph Mercier, afirma Esquerda Bifet: «Mas principalmente influenciou na organização de retiros espirituais, na formação no Seminário e no agrupamento ou vida comunitária dos sacerdotes»<sup>258</sup>. O cardeal Mercier valorizou a união do clero ao bispo, entendida como expressão viva e atual da união esponsal de Cristo à Igreja diocesana<sup>259</sup>. O ministério do sacerdote brota precisamente desta união ao bispo. «Desta inserção ontológico-sacramental deriva o tríplice ofício do sacerdote como ministro da Palavra,

---

<sup>255</sup> ESQUERDA BIFET, J. – *Teologia del Sacerdocio*, pp. 170-171.

<sup>256</sup> ROYO MARIN, Antonio – *La vida religiosa*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1968, p. 130.

<sup>257</sup> ESQUERDA BIFET, J. – *Teologia del Sacerdocio*, p. 171.

<sup>258</sup> ESQUERDA BIFET, J. – *Teologia del Sacerdocio*, p. 171.

<sup>259</sup> GOFFI, T. – *La spiritualità contemporanea*, p. 164.



comunicador do sacramento, educador do povo de Deus»<sup>260</sup>, afirma Goffi, comentando Mercier.

Esquerda Bifet resume outros aprofundamentos e desenvolvimentos da doutrina e espiritualidade sacerdotais, ao afirmar:

«Prescindindo da questão sobre a pertença ou não a um estado de perfeição, há que sublinhar, no clero diocesano, o exercício da mesma *caridade pastoral que exerce o bispo* (Masure). A *espiritualidade específica* do clero diocesano baseava-se na “vida apostólica” como caridade pastoral posta ao serviço de uma comunidade eclesial (Thils). Esta espiritualidade inclui necessariamente o facto de serem *colaboradores dos bispos* e acentua, pela obediência ministerial, o *estado de hóstia com Cristo* (Charue). Um ponto de referência para reencontrar a própria espiritualidade seria a doutrina de *Santo Inácio de Antioquia* sobre a unidade do Presbitério cuja cabeça é o bispo (Fenton)»<sup>261</sup>.

Nesta síntese, Bifet toca em quase todos os âmbitos desenvolvidos por D. Manuel Gonçalves Cerejeira nos seus pronunciamentos relativamente ao clero, como adiante veremos.

### 2.2.2. Magistério pontifício sobre o sacerdócio

Centramo-nos agora nos principais pronunciamentos do magistério pontifício relativamente ao sacerdócio hierárquico, desde o início do séc. XX até ao Concílio Vaticano II. Os vários documentos pontifícios referentes ao sacerdócio foram um estímulo decisivo para o movimento da valorização sacerdotal anteriormente referida. Já Leão XIII havia publicado duas breves encíclicas – *Depuis le jour*<sup>262</sup>, de 1899, aos bispos e clero franceses, e *Fin dal principio*<sup>263</sup>, de 1902, aos bispos italianos – nas quais acentua a dignidade do sacerdócio católico e realça a importância da formação e ministério do clero.

---

<sup>260</sup> GOFFI, T. – *La spiritualità contemporanea*, p. 164.

<sup>261</sup> ESQUERDA BIFET, J. – *Teologia del Sacerdocio*, p. 173.

<sup>262</sup> Cfr. LEONE PP. XIII – *Depuis le jour*, in ASS. 32 (1899-1900) 193-213.

<sup>263</sup> Cfr. LEONE PP. XIII – *Fin dal principio*, in ASS. 35 (1902-1903) 257-265.

### **A) *Haerent animo de Pio X***

O primeiro pronunciamento magisterial é a exortação apostólica *Haerent animo*<sup>264</sup>, publicada por S. Pio X, a 8 de Agosto de 1908. Esta exortação apostólica é «o primeiro documento papal que resume a doutrina sobre o sacerdócio, especialmente no campo da espiritualidade sacerdotal»<sup>265</sup>. Pio X, como nos diz Tullo Goffi, «pensava na igreja, não como entidade fechada sobre si mesma, mas força ou graça que santifica», de modo a que fosse «sobretudo pastoralmente santificante»<sup>266</sup>. A preocupação pela qualidade do clero insere-se no projeto de “santificação”, onde também se insere o movimento litúrgico, a valorização do culto eucarístico e a promoção da comunhão frequente e das crianças, bem como da catequese.

A *Haerent animo* possui uma carga autobiográfica considerável, assente na experiência pastoral de Pio X, enquanto pároco, bispo e papa. Logo nos parágrafos iniciais, Pio X apresenta a preocupação que o move ao redigir a exortação: «Uma coisa sobremaneira nos preocupa: ter, nas Ordens Sagradas, homens que estejam perfeitamente à altura desta missão»<sup>267</sup>. Pio X exorta todo o episcopado a ter em grande atenção a formação do clero. A qualidade dessa formação tem consequências importantes para a santidade do povo cristão.

Pio X promoveu sobretudo, segundo Goffi, a vida santa dos cristãos singulares e sacerdotes<sup>268</sup>. Diz Pio X: «Com efeito. É tal a condição do padre que não pode ser ele bom ou mau só para si. Ao invés, o seu procedimento e maneira de viver são para o povo de importância capital. Que grande dom e precioso é um padre verdadeiramente bom!»<sup>269</sup>. A exortação apostólica apresenta a santidade sacerdotal, guiando-se por três aspetos: exigência, natureza e meios concretos<sup>270</sup>. A apresentação da santidade sacerdotal assenta na oração sacerdotal de Jesus, nomeadamente quando roga ao Pai «santifica-os na verdade» (Jo 17, 17). O sacerdócio requer a santidade de vida: «O padre, que não faz caso da santidade de vida, também não poderá ser, de maneira alguma, o sal da terra»<sup>271</sup>. No nº 6 da *Haerent animo*, o papa Pio X relembra a função sacerdotal de oferecer um sacrifício e a santidade exigida para tal. O sacerdote é “alter

---

<sup>264</sup> Cfr. ASS. 41 (1908) 555-577.

<sup>265</sup> ESQUERDA BIFET, J. – *Teologia del Sacerdocio*, p. 176.

<sup>266</sup> GOFFI, T. – *La spiritualità contemporanea*, p. 139.

<sup>267</sup> HA, 1.

<sup>268</sup> Cfr. GOFFI, T. – *La spiritualità contemporanea*, p. 143.

<sup>269</sup> HA, 3.

<sup>270</sup> Cfr. ESQUERDA BIFET, J. – *Teologia del Sacerdocio*, p. 176.

<sup>271</sup> HA, 5.

Christus”, exerce a sua missão em nome de Cristo. A santidade sacerdotal é o “configurar-se” com Cristo. «Sem esta santidade, o sacerdote perderia grande parte da sua razão de ser como instrumento da graça, posto que então “a palavra nasce morta”»<sup>272</sup>.

De especial importância é a apresentação que Pio X faz dos meios pelos quais se “adquire” a santidade e dos meios de renovação espiritual. Nos n.ºs 16 e 17 da referida exortação, fala-se do papel fulcral da oração, referindo a importância da recitação do ofício divino. O papa refere que é preocupante quando um sacerdote sente “desprezo das coisas espirituais”. Nos n.ºs 18 a 24, apresenta a meditação, como meio de se aproximar nas coisas divinas, saboreando-as. A leitura espiritual, nomeadamente da Escritura e de livros piedosos, vem mencionada nos n.ºs 25 a 27. Por fim, o exame de consciência, como prática diária de revisão de vida, de consciência da necessidade de conversão, da necessidade de penitência e do perdão divino, surge nos n.ºs 28 a 37. Quanto aos meios de renovação espiritual, o papa refere: o retiro anual (n.º 39), o retiro ou recoleção mensal (n.º 40) e as associações sacerdotais (n.ºs 41 e 42). Salienta também a vitalidade da união do padre ao seu bispo.

### **B) Código de Direito Canónico de 1917**

Bento XV (1914-1922) promulgou o Código de Direito Canónico, em 1917, que já vinha sendo preparado no pontificado anterior. O Código contém referências à exigência de santidade requerida aos ministros sagrados: «Os clérigos devem levar uma vida interior e exterior mais santa que os seculares e sobressair como modelos de virtude e boas obras»<sup>273</sup>. Os cânones 124 a 144 referem-se à vida clerical. No c. 125, exorta-se à prática da confissão, da oração mental, da visita ao Santíssimo, da oração do Rosário e do exame de consciência. O c. 126, lembra o dever de retiro, ao menos com a periodicidade de três anos. Quanto à dedicação aos estudos, de modo a aprofundar o conhecimento e saber, afirma a sua importância o c. 129. O c. 134 aconselha a vida em comum dos clérigos e o cânone seguinte lembra a obrigatoriedade da recitação do ofício divino. O traje eclesiástico é obrigatório segundo a determinação do c. 136. No que se refere à vida exterior do sacerdote, o c. 138 contém uma série de conselhos sobre os

---

<sup>272</sup> ESQUERDA BIFET, J. – *Teologia del Sacerdocio*, p. 176.

<sup>273</sup> CIC 1917, c. 124.

espaços que não devem ser frequentados e atividades que não devem ser praticadas pelos clérigos. «Os cânones referentes à formação dos futuros sacerdotes (can. 1352-1371), reformaram a instituição dos Seminários na linha do concílio tridentino»<sup>274</sup>. Assim, o código pio-beneditino apresenta meios concretos de santificação do clero.

### **C) *Ad Catholici Sacerdotii de Pio XI***

Outro documento do magistério pontifício importantíssimo é a encíclica *Ad Catholici Sacerdotii*, sobre o sacerdócio católico, de Pio XI, publicada por ocasião do quinquagésimo sexto aniversário da sua ordenação sacerdotal. Pio XI teve grande preocupação pelo clero e pelos seminários, como se constata na carta apostólica *Officiorum omnium* (1922), relativa a diretrizes sobre a formação nos seminários; na encíclica *Mens nostra* (1929), sobre a importância dos exercícios espirituais; na constituição apostólica *Deus scientiarum Dominus* (1931), sobre a reforma dos estudos nas Faculdades eclesiásticas; da constituição apostólica *Quod nuper* (1933), por ocasião da celebração do décimo nono centenário da instituição do sacerdócio, em que se refere a sublimidade e grandeza da missão sacerdotal; na canonização de João Maria Vianney, o cura d'Ars, em 31 de Maio de 1925, e sua declaração como patrono dos párocos, em 1929.

A encíclica *Ad Catholici Sacerdotii* é um verdadeiro tratado sobre o sacerdócio, «é um estudo muito amplo da natureza do sacerdócio, de seus ministérios, da exigência e características da santidade, e da vocação sacerdotal»<sup>275</sup>. No nº 7, Pio XI parece responder à questão sobre a identidade do sacerdote: o padre é o principal apóstolo da educação cristã da juventude, abençoa e defende o matrimónio cristão, contribui para o apaziguamento de conflitos sociais, é pregador da penitência e da misericórdia de Deus. Na primeira parte, trata dos poderes do sacerdócio católico. Após breve introdução (nºs 8 a 12), apresenta uma súmula da doutrina sobre o sacerdócio, a qual transcrevemos:

«Ora, como ensina o sagrado Concílio de Trento, Jesus Cristo na última Ceia instituiu o Sacerdócio e o Sacrifício da Nova Aliança: Este mesmo Deus e Senhor nosso, ainda que uma só vez se havia de oferecer a Deus Pai por meio da morte na ara

---

<sup>274</sup> ESQUERDA BIFET, J. – *Teologia del Sacerdocio*, p. 176.

<sup>275</sup> ESQUERDA BIFET, J. – *Teologia del Sacerdocio*, p. 177.

da cruz, para operar ali a redenção eterna; todavia, como pela morte não se havia de extinguir o seu Sacerdócio, na última Ceia, na noite em que ia ser entregue, para deixar, como o exige a natureza dos homens, à sua dilecta esposa a Igreja um sacrifício visível, que representasse aquele Sacrifício cruento que uma só vez se havia de realizar na cruz, e assim ficar dele memória até o fim dos séculos, e ser aplicada a sua eficácia à remissão dos pecados que todos os dias cometemos, declarando-se constituído Sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec, ofereceu a Deus Pai o seu Corpo e o seu Sangue sob as espécies de pão e de vinho, e sob essas mesmas espécies os deu, para que os tomassem, aos Apóstolos que então constituía Sacerdotes do Novo Testamento, e tanto a eles como aos seus sucessores no Sacerdócio mandou que oferecessem o mesmo Sacrifício, por estas palavras: “Fazei isto em memória de mim”»<sup>276</sup>.

O ministério sacerdotal é concebido enquanto capacitação para o exercício de um poder sacramental e jurídico. Os poderes do sacerdote, segundo a encíclica de Pio XI, são: o poder sobre o corpo eucarístico de Cristo (nº 14), sobre o corpo místico (nº 15), poder de perdoar os pecados (nº 16), de pregar a Palavra de Deus (nºs 18 a 22), de orar, enquanto mediador público entre Deus e os homens (nºs 23 e 24). No nº 17 aborda o caráter sacerdotal, aspeto muito importante na doutrina sobre o sacerdócio. Pelo sacramento da Ordem, o sacerdote é revestido de poderes «estáveis e perpétuos, unidos como estão a um carácter indelével, impresso na sua alma». Daí a repetida afirmação do sacerdote enquanto “alter Christus”.

Numa segunda parte, Pio XI apresenta a santidade e virtudes sacerdotais. Inicia essa apresentação referindo a dignidade que possui o sacerdote e a exigência de uma santidade proporcional aos poderes recebidos e ao ministério exercido. No nº 29, lembra: «Seria gravíssimo e perigosíssimo erro se o sacerdote, deixando-se levar de falso zelo, descuidasse a própria santificação por mergulhar em ocupações exteriores, por boas que sejam, do ministério sacerdotal»<sup>277</sup>. Para cultivar esta santidade, exige-se intensa vida de piedade (nº 31), à qual está intimamente unida, nas palavras de Pio XI, a «preciosíssima pérola do sacerdote católico, a castidade»<sup>278</sup>. Refere também a virtude da pobreza; o zelo apostólico que deve dominar toda a vida do padre; a obediência, começando pela obediência hierárquica ao bispo diocesano e ao papa (nº 43); a ciência:

---

<sup>276</sup> ACS, 13.

<sup>277</sup> ACS, 29.

<sup>278</sup> ACS, 32.

«O sacerdote deve ter pleno conhecimento da doutrina da fé e da moral católica; deve saber e ensinar aos fiéis, e dar-lhes a razão dos dogmas, das leis e do culto da Igreja, de que é ministro»<sup>279</sup>, assim como dominar o património cultural comum, «ser homem moderno, no bom sentido da palavra»<sup>280</sup>.

Na terceira parte, sobre a formação dos candidatos ao sacerdócio, Pio XI estabelece a relação entre a sublimidade do sacerdócio e a necessidade de formação adequada dos candidatos. Dirigindo-se ao episcopado, exorta a cuidar do seminário como a «pupila dos vossos olhos»<sup>281</sup> e a fomentar a oração e o trabalho em prol das vocações: «todos [...] devem esforçar-se por que se multipliquem os vigorosos e diligentes obreiros da vinha do Senhor»<sup>282</sup>. Termina a encíclica com uma série de exortações: vocação do padre à santidade (nº 68); frequência de exercícios espirituais e retiros mensais (nº 69); «reaviva o dom que há em ti», como se diz na segunda Epístola a Timóteo (nº 70); importância do recolhimento e da oração (nº 71); aos seminaristas (nº 72).

#### **D) *Menti nostrae de Pio XII***

Pio XII dirige à Igreja, em 1950, uma exortação apostólica sobre a santidade da vida sacerdotal, *Menti nostrae*<sup>283</sup>, em 1950. Começa por exortar à santidade de vida. Os sacerdotes são elementos fundamentais para instaurar o reino de Cristo (nº3). Na linha dos seus predecessores e do que já havia afirmado nas encíclicas *Mystici Corporis* e *Mediator Dei*, «o sacerdócio é verdadeiramente o grande dom do divino Redentor. [...] O sacerdote é um “alter Christus”, porque é assinalado com o carácter indelével que o torna semelhante ao Salvador»<sup>284</sup>.

Na primeira parte trata da santidade de vida. A vocação à santidade de vida constitui para o sacerdote uma obrigação (nº 12). Deve guiar a sua vida pela imitação de Cristo, na união íntima com o Senhor, na prática da humildade, na imolação da vontade própria, na obediência, no celibato e castidade, no despreendimento dos bens terrenos. Para tal, é necessária a graça divina, que brota do sacrifício redentor de Cristo, renovado

---

<sup>279</sup> ACS, 44.

<sup>280</sup> ACS, 45.

<sup>281</sup> ACS, 50.

<sup>282</sup> ACS, 61.

<sup>283</sup> Cfr. PIUS PP. XII – *Menti mostrae*, in AAS. 42 (1950) 657-704.

<sup>284</sup> *Menti nostrae*, nº 7.

sacramentalmente na Eucaristia. Nos nºs 29 a 36, Pio XII exorta a uma espiritualidade profundamente eucarística. Quanto à necessidade e importância da vida de piedade, enumeram-se meios importantes, como a recitação do ofício divino (nºs 37 a 41), a vivência do ciclo litúrgico (nºs 42 a 45), prática da meditação quotidiana (nº 46), devoção à Virgem Maria (nº 48), visita ao Santíssimo (nº 49), prática do exame de consciência (nº 50), da confissão frequente (nº 51), da direção espiritual (nº 52) e dos exercícios espirituais (nº 53).

Na segunda parte, Pio XII debruça-se sobre a santidade “exigida” para o ministério sagrado. Lembra a profunda relação da vida interior, configuração e imitação de Cristo com a eficácia do apostolado (nº 57). Alerta, também, para a «heresia da acção» em que, mesmo apoiados em bons sentimentos, os sacerdotes descuidam a vida de piedade em prol da acção pastoral (nº 58), na centralidade e prioridade absoluta da acção sacerdotal de «salvar as almas». Para alcançar este objetivo, toda a acção pastoral deve estar voltada para Cristo (nº 59), no desinteresse pelos bens materiais (nºs 63 e 64), no cultivo da cultura pessoal (nº 65), no zelo pastoral crescente (nº 66).

Na terceira parte, apresentam-se normas práticas, a partir de um princípio fundamental: a adaptação aos tempos novos para melhor evangelizar. Quanto à formação do clero, o papa lembra que sacerdotes seculares e religiosos trabalham unidos para o bem da Igreja (nº 71), a necessidade de fomentar e orar pelas vocações (nºs 72, 73 e 79), o cuidado a ter na seleção dos candidatos (nºs 76 a 78). No que diz respeito à formação intelectual, literária e científica ela deve ser adequada aos novos tempos e aos padrões comuns (nº 85). Os nºs 89 a 108 referem-se à formação espiritual e moral. Mais uma vez, na linha do magistério anterior, apela-se a uma vida intensa de piedade, à obediência e ligação ao bispo, ao cultivo da castidade, à devoção eucarística e mariana, aos cuidados a ter com o clero jovem, promove-se a vida em comum do clero e exorta-se à não interrupção do estudo.

Na quarta parte, Pio XII alerta para os principais perigos e problemas com que se depara o sacerdócio católico no seu tempo. Chama a atenção para o perigo da novidade constituir critério de verdade (nº 110). No que se refere ao campo de acção social, lembra-se que o padre deve ir ao encontro quer de pobres quer de ricos. Exortam-se os fiéis e os poderes públicos a apoiar o clero mais pobre.

### **E) *Sacerdotii nostri primordia de João XXIII***

João XXIII, o papa que convocou o Concílio Ecuménico Vaticano II, dirigiu a toda a Igreja uma encíclica sobre o sacerdócio, celebrando o centenário da morte do Santo Cura d'Ars, *Sacerdotii nostri primordia*<sup>285</sup>, em 1959. No prólogo deste texto, João XXIII faz uma leitura de vários momentos significativos da sua vida sacerdotal, começando pela beatificação de João Maria Vianney, em 1905, por Pio X, momento de grande estímulo à sua vida sacerdotal como ele próprio o afirma. A canonização do cura d'Ars, em 1925, por Pio XI, e sua elevação a patrono dos párocos de todo o mundo são igualmente marcantes na vida sacerdotal do papa João XXIII. Com esta encíclica procurou comemorar o centenário da morte de S. João Maria Vianney. No nº 6, lembra os preciosos ensinamentos do magistério dos seus predecessores no que se refere ao sacerdócio, retomando a exortação *Haerent animo*, de Pio X, a *Ad Catholici Sacerdotii*, de Pio XI, a *Menti nostrae* e a trilogia em honra do sacerdócio, por ocasião da canonização de Pio X, por Pio XII. João XXIII apresenta o objetivo da sua encíclica:

«Com efeito, ao relembrar os traços da santidade do cura de Ars, seremos levados a pôr em relevo alguns aspetos da vida sacerdotal, que em todos os tempos são essenciais, mas que, nos nossos dias, tomam tal importância que julgamos ser nosso dever apostólico insistir neles particularmente, por ocasião deste centenário»<sup>286</sup>.

Na primeira parte, trata da ascese sacerdotal, começando por abordar a questão, já resolvida por Pio XII, mas ainda candente em alguns meios, acerca da santidade exigida para os padres seculares e os religiosos. Lembra que a prática dos conselhos evangélicos é bastante frutuosa, mas que as funções sacerdotais requerem maior santidade interior que o estado religioso. Lembra o exemplo de vida pobre e abnegada de S. João Maria Vianney (nº 12) e exorta o clero a viver de forma humilde, embora digna (nºs 13 e 14).

A castidade é abordada nos nºs 15 a 19. Esta virtude é vista como essencial num mundo onde reina excessiva sensualidade e fundamental para ajudar o padre a ter um coração mais aberto às necessidades dos irmãos. A obediência é apresentada como

---

<sup>285</sup> Cfr. IOANNES PP. XXIII – *Sacerdotii nostri primordia*, in AAS. 51 (1959) 545-579.

<sup>286</sup> *Sacerdotii nostri primordia*, nº 8.



grande ato de fé e de amor a Cristo e à Igreja (nºs 20 a 23), pois só dentro da Igreja e profundamente unido a Cristo é que o padre exerce a sua missão.

Na segunda parte, o papa João XXIII reflete sobre a oração e culto eucarístico. Partindo do exemplo grandioso de S. João Maria Vianney, lembra a importância da vida de oração e alerta para o perigo do exagero da ação. «Nós desejaríamos, veneráveis irmãos, que todos os padres das vossas dioceses se deixassem convencer, pelo testemunho do santo cura d'Ars, da necessidade de serem homens de oração»<sup>287</sup>, apela João XXIII. Seguidamente, a encíclica desenvolve a importância da piedade eucarística, tomando o exemplo do cura d'Ars. Lembra o papa a profunda relação entre sacerdócio e Eucaristia (nºs 31 a 35), sendo que o padre deve ter na Eucaristia a sua fonte primária de santificação pessoal.

A terceira parte trata do zelo pastoral. Mais uma vez, apoiando-se na vida do pároco de Ars, João XXIII lembra a importância do sentido apurado das responsabilidades pastorais, da missão de pregar e ensinar a Palavra e da disponibilidade para atender os fiéis em Confissão.

A encíclica termina com uma série de exortações aos sacerdotes, aos bispos, aos fiéis, à juventude e às famílias. Mais do que um texto doutrinal, a *Sacerdotii nostri primordia* é um excelente texto de vida espiritual.

---

<sup>287</sup> *Sacerdotii nostri primordia*, nº 26.

## CAPÍTULO III

### «PADRES SÁBIOS E SANTOS»: ELEMENTOS PARA UMA ESPIRITUALIDADE SACERDOTAL EM D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA

Debruçamo-nos agora sobre os escritos de D. Manuel Gonçalves Cerejeira nos quais se percebem intuições fortes de espiritualidade sacerdotal. Porém, antes de o fazermos, apresentamos um percurso sobre a vida de D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

O cardeal Cerejeira foi, como não podia deixar de ser, um homem do seu tempo. E no que se refere à sua relação e preocupação com o clero, é evidente a marca de todo o movimento de ressurgimento sacerdotal de inícios do séc. XX. As preocupações, as recomendações e as perspetivas que vimos nas principais figuras, nomeadamente no cardeal Joseph-Mercier e no magistério pontifício, encontraram no patriarca de Lisboa bastante acolhimento.

O enaltecimento da figura de S. João Maria Vianney, a valorização do sacerdote secular, a figura e ensinamento de Pio XI (papa da Ação Católica, que foi uma das grandes preocupações de Cerejeira) certamente que foram inspiradores no projeto pastoral de D. Gonçalves Cerejeira, nomeadamente na valorização do seu clero. «Porque de padres sábios e santos depende essencialmente a cristianização das almas»<sup>288</sup>, afirma o cardeal Cerejeira na inauguração do Seminário Maior de Cristo-Rei dos Olivais, em 1931. Consideramos esta afirmação de um clero “sábio e santo” como preciosa grelha de leitura para compreender a espiritualidade sacerdotal nos escritos de D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

#### 3.1. O percurso de uma vida

«D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa, é, certamente, uma das figuras marcantes do século XX português. Na sua pessoa e itinerário refletem-se as grandes tensões da sociedade portuguesa, que na primeira metade do século foram marcadas pelo conflito, ora aberto, ora latente, entre a Igreja e o Estado. É contemporâneo e mesmo protagonista de acontecimentos marcantes e decisivos: o

---

<sup>288</sup> *OP I*, 345.

Regicídio, a Revolução Republicana, a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, a Revolução de 28 de Maio e a consolidação do Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial, a assinatura da Concordata, o Concílio Vaticano II, a Guerra do Ultramar, a Revolução do 25 de Abril»<sup>289</sup>.

Não poderíamos estar mais de acordo com esta síntese que D. José da Cruz Policarpo fez da figura de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Apresentamos os principais dados biográficos desta destacada personagem que entrou na história «como homem da Igreja»<sup>290</sup>. O cardeal Cerejeira foi, como o afirma claramente Luís Salgado de Matos, «uma personalidade fulgurante que marcou a sociedade portuguesa do seu tempo e suscitou reacções desencontradas»<sup>291</sup>.

### 3.1.1. Do Minho para Lisboa

Manuel Gonçalves Cerejeira nasceu a 29 de Novembro de 1888, na freguesia de Lousado, Vila Nova de Famalicão, no distrito e arquidiocese de Braga, filho de Avelino Gonçalves Cerejeira e de Joaquina do Sacramento de Jesus Rebelo. Herdou o nome do seu avô e padrinho. Frequentou o ensino primário em Lousado. A família, profundamente católica e de lavradores, apoiou o seu trajeto de formação. Manuel Gonçalves Cerejeira frequentou, entre 1899 e 1906, o Seminário-Liceu Nacional de Guimarães e o Liceu Alexandre Herculano. Aos 18 anos, ingressou no Seminário Conciliar de Braga, terminando o curso em 1909, sendo um dos melhores alunos do seu tempo<sup>292</sup>. Prosseguiu estudos na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, entre 1909 e 1911.

Recebeu a prima tonsura a 1 de Outubro de 1910 e restantes ordens menores no dia seguinte; é ordenado diácono a 17 de Dezembro de 1910 e presbítero a 1 de Abril de 1911. Celebrou, em clima de grande festa, a Missa nova em Lousado<sup>293</sup>.

Com a implantação da República e a legislação anticlerical e anticatólica que se lhe seguiu, a Faculdade de Teologia foi extinta. O jovem padre Cerejeira matriculou-se

---

<sup>289</sup> POLICARPO, J. C. – *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*, p. 13.

<sup>290</sup> POLICARPO, J. C. – *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*, p. 13.

<sup>291</sup> MATOS, L. S. – *Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico*, 803.

<sup>292</sup> Cfr. POLICARPO, J. C. – *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*, p. 24.

<sup>293</sup> Cfr. MATOS, L. S. – *Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico*, 804.

em Direito, em 1912, e depois em Letras, na recém-fundada Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Licenciou-se em 1916, com 19 valores, e é nomeado docente da cadeira de História Medieval<sup>294</sup>. Apresentou doutoramento em 1918, com o trabalho intitulado “O Renascimento em Portugal – Clenardo”, tese que lhe mereceu 20 valores de classificação e que foi «elogiada por historiadores com opções políticas e religiosas diferentes»<sup>295</sup>. Foi nomeado arquivista-paleógrafo da Universidade de Coimbra e professor de Ciências Históricas.

A estadia em Coimbra do padre Cerejeira não se cingiu aos estudos, mas foi também marcada também por uma forte militância católica, em tempos particularmente difíceis para se ser católico. O semanário dos universitários católicos de Coimbra, o “Imparcial”, teve Cerejeira como primeiro diretor<sup>296</sup>. As juventudes católicas coimbrãs das décadas de 1910 e 1920 partilhavam posições muito próximas com Charles Maurras, protagonista da *Action Française*, e do integralismo lusitano. Quando Pio XI condenou a *Action Française* e colocou no *Index* as suas publicações e as obras de Maurras, os jovens coimbrões ficaram muito abalados. A posição do então padre Cerejeira é clara: total fidelidade ao Romano Pontífice. E é exatamente isto que manifesta e diz à juventude católica de Coimbra.

O seu prestígio enquanto orador começou a ser conhecido e D. Manuel Correia de Bastos Pina, bispo de Coimbra, convidou-o para pregar na Sé. Militou no Centro Académico de Democracia Cristã (CADC) até 1916, onde se cruzou com António de Oliveira Salazar e Mário de Figueiredo. Com o futuro homem forte do Estado Novo partilhou casa em Coimbra, onde se estabeleceu amizade entre os dois<sup>297</sup>.

A sua tese sobre Clenardo, na qual se debruçou sobre esta figura do Renascimento português, vítima da Inquisição, insere-se numa estratégia intelectual de «destruir o paradigma positivista, a base moral da I República»<sup>298</sup> e atacar as teorias da decadência de Portugal, que desde Antero de Quental faziam sucesso em muitos meios intelectuais anticatólicos.

A obra cimeira deste programa intelectual de Cerejeira é *A Igreja e o pensamento contemporâneo*, em que, apoiado nas novas teorias da física quântica,

---

<sup>294</sup> Cfr. MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 805.

<sup>295</sup> POLICARPO, J. C. – *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*, p. 28.

<sup>296</sup> Cfr. MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 804.

<sup>297</sup> Cfr. POLICARPO, J. C. – *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*, p. 27.

<sup>298</sup> MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 806.

refuta o determinismo. «Sem determinismo não havia positivismo. Sem positivismo não havia fundamento intelectual para I República», sintetiza Luís Salgado de Matos<sup>299</sup>. Face a um ambiente marcadamente positivista em que a Igreja é vista como obscurantista, oposta ao pensamento contemporâneo, esta obra é a resposta concreta ao grande desafio cultural de então<sup>300</sup>.

Intelectualmente, Manuel Gonçalves Cerejeira é de escola francesa. Os autores que mais o influenciaram foram Jacques Maritain e Henri Bergson<sup>301</sup>.

«O Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira pertence ao número extremamente reduzido desses guias de opinião que o foram, não por terem cultivado as atitudes de ambiguidade calculada, mas por se terem assumido com uma mundividência própria e responsável no campo religioso, cultural, científico e público»<sup>302</sup>.

Foi em Coimbra, no seu percurso universitário, como aluno e como docente, marcado por forte militância católica, que Gonçalves Cerejeira começou a ser “guia de opinião”, como o afirma Borges de Macedo no trecho acima citado.

Outro elemento de grande importância, e que ganha especial relevo no período coimbrão, é a profunda devoção ao Sagrado Coração de Jesus. Cerejeira liga-se ao Pe. Mateo Crawley, sacerdote peruano, grande impulsionador da devoção aos Sagrados Corações.

A influência francesa manifestou-se na vivência da fé. O catolicismo em França regenera-se, depois do embate sofrido com a Revolução de 1789, a industrialização, a secularização e laicização. Esta regeneração manifestou-se em duas correntes: «acentua uma a dimensão social e política do cristianismo»; «renova a outra a experiência pessoal da religião: os rituais majestosos, mas tantas vezes espiritualmente mortos, passam a exigir a experiência íntima da fé»<sup>303</sup>. Esta última corrente teve grande eco na vida espiritual de Cerejeira. Diz Salgado de Matos: «Privilegia um catolicismo experiencial

---

<sup>299</sup> MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 807.

<sup>300</sup> Cfr. MACEDO, Jorge Borges de – O tempo do Cardeal Cerejeira. Quadro de uma acção apostólica e cultural. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 2 (1990), 13.

<sup>301</sup> Cfr. POLICARPO, J. C. – *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*, p. 40.

<sup>302</sup> MACEDO, J. B. – O tempo do Cardeal Cerejeira, 10.

<sup>303</sup> MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 808.

[...] e desvaloriza as modalidades de intervenção social da Igreja»<sup>304</sup>. Os escritos de Cerejeira respiram uma certa tonalidade mística. D. Manuel Franco Falcão testemunha o temperamento de Cerejeira:

«Temperamentalmente era um apaixonado: activo, emotivo, secundário. Mas não o era menos espiritualmente: um apaixonado por Jesus Cristo, um apaixonado pelo Seu Coração divino e humano, expoente máximo do Amor infinito de Deus pelos homens; um apaixonado em sintonia fácil com aqueles e com aquelas que, na terra, ao longo dos séculos, o foram também»<sup>305</sup>.

Refere, igualmente, figuras que são particularmente queridas a Cerejeira, como Francisco de Assis, Margarida Maria Alacoque, Teresinha de Lisieux, Pe. Matéo, Pe. Cruz, entre outras.

A 23 de Março de 1928, o Padre Gonçalves Cerejeira foi nomeado arcebispo de Mitilene e auxiliar do Patriarca D. António Mendes Belo. Com esta nomeação, a atividade docente quase cessa, pois entregou-se totalmente à nova missão.

### **3.1.2. Arcebispo de Mitilene**

Manuel Gonçalves Cerejeira recebeu o episcopado, a 17 de Junho de 1928, das mãos de D. Manuel Luís Coelho da Silva, bispo de Coimbra, sendo co-consagrantes D. José Alves Correia da Silva, bispo de Leiria, e D. António Antunes, bispo coadjutor de Coimbra. Entra em Lisboa a 20 de Agosto de 1928. Era o mais jovem bispo português. O início do seu ministério episcopal é marcado por episódios emblemáticos e espetaculares, marca da sua personalidade minhoto: quando chega a Lisboa, o cardeal Belo pede-lhe que dê a bênção à multidão, mas Cerejeira ajoelha-se e pede-lhe a bênção; a 16 de Setembro visita a Penitenciária. Outro gesto, não menos significativo e que pode ser lido quase como programático, é a recusa ao convite para ser sócio da Academia de Ciências, com as expressivas palavras «amando tanto os livros, hoje só

---

<sup>304</sup> MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 808.

<sup>305</sup> FALCÃO, Manuel Franco – O Cardeal Cerejeira, pastor da Igreja lisbonense. *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 2 (1990), 92.

posso e só desejo estudar um que é Cristo Crucificado»<sup>306</sup>. Neste gesto, rompe, assim o entende Luís Salgado de Matos, tanto com o patriarca Mendes Belo como com o arcebispo de Évora, D. Manuel da Conceição Santos, ambos sócios da referida Academia. Rompe «com o passado intelectual, que sacrifica ao de pastor (sacrifício que poderá contribuir para explicar o escasso relevo teológico da sua obra posterior)»<sup>307</sup>.

O cardeal-patriarca D. António Mendes Belo morreu a 5 de Agosto de 1929. Cerejeira era já importante no panorama do episcopado nacional, como o mostra o facto de ter redigido a pastoral coletiva sobre a *Consagração Nacional ao Coração de Jesus*. Num processo algo controverso, com um possível afastamento de D. Manuel da Conceição Santos da sede patriarcal, por pressões políticas, D. Manuel Gonçalves Cerejeira foi nomeado patriarca de Lisboa, a 18 de Novembro, e elevado ao cardinalato, a 16 de Dezembro de 1929. Recebeu o barrete cardinalício em Roma, a 19 de Dezembro do mesmo ano, com o título de cardeal-presbítero de S. Marcelino e S. Pedro. Era o mais jovem cardeal da Igreja Católica. Assumiu o governo do patriarcado, por procuração, a 22 de Janeiro de 1930, dia de S. Vicente, padroeiro do patriarcado de Lisboa.

### 3.1.3. Cardeal-Patriarca de Lisboa

D. Manuel Gonçalves Cerejeira entrou solenemente na Sé patriarcal de Lisboa a 2 de Fevereiro de 1930, rodeado dum clima muito festivo. Foi o cardeal-patriarca que durante mais tempo esteve à frente da Igreja de Lisboa: cerca de 40 anos. Além de ser bispo na diocese da capital portuguesa, o facto de ser patriarca, à época, carregava uma certa primazia dentro do episcopado nacional. «A partir de então, por inerência do cargo e vontade própria, é o “chefe da Igreja portuguesa”, fórmula nacionalista, pouco canónica»<sup>308</sup>, refere Luís Salgado de Matos. D. Manuel Gonçalves Cerejeira usou a sua forte presença mediática com o controlo dos meios de comunicação nacionais da Igreja (referimo-nos ao jornal *Novidades* e à Rádio Renascença, a que se acrescentará depois uma importante presença na televisão). Até às vésperas do concílio, era tido como um renovador da Igreja em Portugal<sup>309</sup>.

---

<sup>306</sup> Cfr. POLICARPO, J. C. – *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*, p. 46.

<sup>307</sup> MATOS, L. S. – *Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico*, 810.

<sup>308</sup> MATOS, L. S. – *Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico*, 811.

<sup>309</sup> Cfr. MATOS, L. S. – *Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico*, 815.

Antes de analisarmos o pontificado do cardeal Cerejeira à frente do patriarcado de Lisboa, é de todo conveniente debruçarmo-nos sobre o seu lema episcopal, o qual se apresenta claramente programático, como adiante veremos.

«O meu escudo resume toda a minha doutrina, exprime todo o meu programa»<sup>310</sup>, afirma o próprio Cerejeira. Em cima, está o triângulo alusivo à Santíssima Trindade, em sinal de reparação pelo seu uso maçónico. No centro, o Coração de Jesus coroado (alusão a Cristo Rei) e a estrela de sete pontas, homenagem a Nossa Senhora. Em baixo, três rosas, em sinal de invocação da proteção de Santa Teresinha do Menino Jesus. D. Manuel Cerejeira sintetiza nos seguintes termos o seu escudo:

«Da Santíssima Trindade desceu até nós, por Maria, a salvação, em Nosso Senhor Jesus Cristo, que nos revelou o Seu amor na cruz, e por ela atrai a Si o mundo. Jesus é o Sacerdote eterno, de cujo Pontificado participa a Ordem sacerdotal da Igreja, a qual, sobre a terra prolonga misticamente, no espaço e no tempo, a presença do Senhor, e por Ele, com Ele e n'Ele tributa à Trindade Santíssima, pelos séculos dos séculos, toda a honra e glória: *Per Mariam ad Jesum; per Jesum ad Patrem in unitate Spiritus Sancti*. Sob o patrocínio de Santa Teresinha. Para que o Reino de Deus venha até nós»<sup>311</sup>.

Vejamos agora os principais eixos, e decorrentes concretizações, do seu projeto pastoral para a Igreja de Lisboa. «É um programa de restauração que se propõe recristianizar um Portugal por essência cristão»<sup>312</sup>, sintetiza Salgado de Matos. Todo o programa pastoral é segundo o lema *Adveniat regnum tuum*, num desejo, como o refere D. Manuel Falcão, «levar o Reino de Deus às almas; levar o Reino de Deus à sociedade, pela santificação das pessoas e pela submissão do mundo a Cristo, Rei do Universo»<sup>313</sup>.

Neste seu projeto, o clero ocupou lugar de primazia. Tal assunto encontra-se desenvolvido mais adiante. Convém, porém, ter presente a situação de grande carência de sacerdotes que, já desde o pontificado de D. António Mendes Belo, vivia o patriarcado de Lisboa: «Ora o patriarcado lutava com uma aflitiva falta de sacerdotes. A insegurança provocara a saída de muitos padres, que regressavam às suas terras de

---

<sup>310</sup> OP I, 22.

<sup>311</sup> OP I, 25.

<sup>312</sup> MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 812.

<sup>313</sup> FALCÃO, M. F. – O Cardeal Cerejeira, 99.



origem ou emigravam para o Brasil»<sup>314</sup>, assim o refere Maria Lúcia Brito de Moura. O cardeal Cerejeira empenhou-se, de alma e coração, na santificação e prestigiação do clero diocesano. Incrementou a Obra dos Seminários e Vocações Sacerdotais, construiu o Seminário Maior de Cristo Rei dos Olivais, reformou as estruturas de formação sacerdotal já existentes. Ainda dentro deste âmbito sacerdotal, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, num ato de novidade para o seu tempo<sup>315</sup>, fez-se rodear de bispos auxiliares, os quais são-lhe concedidos a 27 de Maio de 1931 pela Sé Apostólica: D. Ernesto Sena de Oliveira, como arcebispo de Mitilene, ficou responsável pela reorganização da vida apostólica na diocese, a Ação Católica (a D. Ernesto deve-se a expansão deste organismo por todo o país) e a vida pastoral da cidade; D. João de Campos Neves, bispo de Vatarba, ficou responsável pelas missões populares e visitas pastorais a realizar no restante território do patriarcado, tendo a sua ação sido muito importante para o restabelecimento da disciplina canónica, reorganização da vida das paróquias e evangelização do povo. Ao longo do seu pontificado, teve o cardeal Cerejeira mais bispos auxiliares.

Para D. Manuel Falcão, o cardeal Cerejeira soube «usar inteligentemente dos seus dotes e prestígio social, que sempre pôs ao serviço da sua missão pastoral» e «desenvolver incansável acção pessoal, sobretudo no campo da doutrinação e das relações directas com pessoas influentes»<sup>316</sup>.

A Ação Católica Portuguesa (ACP) foi uma das grandes preocupações de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. «A sua eclesiologia tradicional não o impede de ser o precursor de um novo papel dos leigos em Portugal»<sup>317</sup>, diz Salgado de Matos a propósito da ação de Cerejeira na ACP. Foi, igualmente, um modo muito concreto de recristianizar a sociedade, pois a Ação Católica procurava uma «defesa do catolicismo face ao laicismo agressivo»<sup>318</sup>. O cardeal Cerejeira foi, desde a fundação da ACP, seu diretor nacional, onde demonstrou grande capacidade de decisão e de realização. Cerejeira influenciou decisivamente os documentos fundadores da ACP. Foi a voz de

---

<sup>314</sup> MOURA, Maria Lúcia Brito de – D. António Mendes Belo. In AAVV – *Os Patriarcas de Lisboa*. Coord. D. Carlos Moreira Azevedo, Sandra Costa Saldanha, António Pedro Boto de Oliveira. Lisboa: Alêtheia Editores, 2009, p. 139.

<sup>315</sup> Cfr. MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 815.

<sup>316</sup> FALCÃO, M. F. – O Cardeal Cerejeira, 100.

<sup>317</sup> MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 814.

<sup>318</sup> MATOS, Luís Salgado de – D. Manuel Gonçalves Cerejeira. In AAVV – *Os Patriarcas de Lisboa*. Coord. D. Carlos Moreira Azevedo, Sandra Costa Saldanha, António Pedro Boto de Oliveira. Lisboa: Alêtheia Editores, 2009, p. 150.

Pio XI, papa que muito impulsionou a Ação Católica, lembrando, repetidamente, a necessidade de fidelidade àquelas características essenciais: unidade nacional, especialização e carácter apolítico<sup>319</sup>. Não se pretende aqui fazer a história da ACP. Porém, para se ter uma ideia da sua projeção, em 1959, chegou, «a contar nas suas fileiras 100.000 associados, agrupados em 4.000 secções dos 20 organismos das 4 organizações»<sup>320</sup>, diz D. Manuel Falcão. No patriarcado, as secções paroquiais possuíam um número um pouco maior de elementos, se compararmos com o resto do país<sup>321</sup>. A ACP teve, igualmente, consequências na promoção da vida espiritual dos fiéis, nomeadamente com a generalização dos retiros espirituais, de literatura piedosa, da oração do terço e do incremento da prática sacramental<sup>322</sup>.

Este organismo de apostolado laical era entendido, à luz da eclesiologia da época, como uma *manus longa* do apostolado da hierarquia<sup>323</sup>. Não há dúvida de que a sua ação foi decisiva para a cristianização e renovação do catolicismo em Portugal na primeira metade de novecentos. Nos anos mais próximos ao Concílio Vaticano II e, de modo muito real, no período que se lhe seguiu, a par das mudanças sociais e culturais vividas em Portugal, a ACP entrou numa fase de politização e de decadência. Ao mesmo tempo, embora apresentando sinais de vitalidade desde a década de cinquenta, outros movimentos de apostolado laical ganham relevo<sup>324</sup>.

Nesta grande obra de ressurgimento da vida cristã no patriarcado, além do clero e da ACP, D. Manuel Gonçalves Cerejeira olha, igualmente, para os consagrados. A problemática acerca da santidade do clero secular e regular será abordada no capítulo seguinte. O cardeal Cerejeira procurou integrar os religiosos na pastoral diocesana. Quanto às religiosas, que cresceram tanto em número como na variedade de carismas, «via-as sobretudo como dedicadas colaboradoras em actividades apostólicas e pastorais, designadamente em âmbito paroquial»<sup>325</sup>. Ele próprio, juntamente com D. Luiza Andaluz, fundou uma congregação, as Servas de Nossa Senhora de Fátima. Estas teriam como carisma auxiliar os sacerdotes no apostolado paroquial, daí a sua espiritualidade profundamente sacerdotal<sup>326</sup>.

---

<sup>319</sup> FALCÃO, M. F. – O Cardeal Cerejeira, 111.

<sup>320</sup> FALCÃO, M. F. – O Cardeal Cerejeira, 111.

<sup>321</sup> MATOS, L. S. – D. Manuel Gonçalves Cerejeira, p. 150.

<sup>322</sup> Cfr. MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 814.

<sup>323</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, pp. 320-321.

<sup>324</sup> Cfr. FALCÃO, M. F. – O Cardeal Cerejeira, 112-113.

<sup>325</sup> FALCÃO, M. F. – O Cardeal Cerejeira, 113.

<sup>326</sup> Cfr. FALCÃO, M. F. – O Cardeal Cerejeira, 113.

Outro eixo importante do programa pastoral de D. Manuel Gonçalves Cerejeira foi a evangelização da população, dita cristã, que vivia no território do patriarcado, tarefa considerada urgente nas palavras do próprio: «a verdade, a aflitiva verdade, é que, por falta de sacerdotes, o Evangelho não é já pregado à maior parte da população do Patriarcado, que outrora o pregou ao mundo»<sup>327</sup>. Lançou-se um grande movimento de missões populares, das quais D. João da Silva de Campos Neves era responsável, sucedendo-lhe D. Manuel dos Santos Rocha e D. António de Campos. Nelas colaboraram muitos sacerdotes, sendo de destacar os padres dos Sagrados Corações. As missões populares «eram uma forma de desenvolver a piedade e a cultura religiosa da população»<sup>328</sup> e distinguiam-se consoante a zona onde eram realizadas. Quando fora da cidade de Lisboa, tinham, habitualmente, a duração de uma semana, enquanto as realizadas na área urbana da capital duravam quinze dias. D. Manuel Falcão apresenta números dessa atividade missionária interna<sup>329</sup>: entre 1937 e 1956, período áureo, realizaram-se 2116 missões (uma média de cem missões por ano), nas quais se administraram 29 840 batismos, 150 437 crismas e 8 323 matrimónios. Por ocasião da visita da imagem de Nossa Senhora de Fátima a Lisboa, a qual percorreu um itinerário de cerca de 550 km, de Lisboa a Tomar, realizaram-se 285 missões populares na região do Oeste e do Ribatejo.

No âmbito da evangelização do povo, a catequese assumiu um papel fulcral. Ao longo do seu pontificado, registou-se o aumento do número de leigos dedicados a esta missão. D. Manuel Gonçalves Cerejeira criou o Secretariado Diocesano da Catequese, o qual promoveu cursos formativos para os catequistas<sup>330</sup>.

As aparições de Fátima e a crescente devoção em torno da Cova da Iria contribuíram, igualmente, para a evangelização do povo. A restauração das procissões na cidade de Lisboa em honra de Nossa Senhora, as visitas da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima pelas paróquias do patriarcado contribuíram para o reavivar da fé do povo<sup>331</sup>.

---

<sup>327</sup> *OP I*, 143.

<sup>328</sup> MATOS, L. S. – D. Manuel Gonçalves Cerejeira, p. 149.

<sup>329</sup> Cfr. FALCÃO, M. F. – O Cardeal Cerejeira, 115.

<sup>330</sup> Cfr. MATOS, L. S. – D. Manuel Gonçalves Cerejeira, p. 149.

<sup>331</sup> Cfr. MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 815.

No que se refere à prática sacramental<sup>332</sup> e ao sentimento de identidade católica na população, a percentagem de população católica, que em 1950 rondava os 80% da população, cresce no patriarcado de Lisboa até 1971, alcançando os 92% da população. No que se refere à confirmação, apenas um sexto das crianças do patriarcado recebiam o crisma, apresentando um crescimento a partir da década de 1960. Relativamente à prática dominical, e apesar dos grandes esforços, em 1955, quando se realizou o primeiro recenseamento, ela revelava que somente cerca de 20% dos católicos cumpriam o preceito dominical<sup>333</sup>.

No que se refere à vida diocesana, assume grande importância a construção do Seminário dos Olivais, sobre o qual nos debruçaremos no capítulo seguinte. Um campo de ação que preocupou (ao qual chegou a dedicar uma carta pastoral<sup>334</sup>), mas também concretizou o projeto de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, foi o da construção de novos locais de culto no patriarcado e a constituição de novas paróquias. Era preciso fazer face ao grande crescimento demográfico da capital e dos subúrbios desta, assim como prover as principais vilas e cidades do patriarcado com templos adequados. O cardeal Cerejeira aproveitou o Plano Diretor da capital, de 1959, que criou novas freguesias, para executar uma nova divisão paroquial de Lisboa, que foi caso único no país<sup>335</sup>. Numa primeira fase, a construção e reparação de templos não foi acompanhada por um suporte científico e por uma planificação. Só a partir de meados da década de cinquenta é que a construção de novos templos obedeceu a um planeamento organizado e pensado. Com a constituição do SNIP (Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado), o esforço de construção de novos locais de culto virou-se para os arredores da capital. De 1938, ano da inauguração da igreja de Nossa Senhora de Fátima, nas Avenidas Novas, até 1960, foram edificadas 30 novos templos, enquanto de 1960 a 1969, construíram-se 26<sup>336</sup>. Devem-se ainda acrescentar centenas de obras de adaptação e restauro de igrejas e capelas por todo o patriarcado. A construção de novos templos acompanhou a constituição de novas paróquias.

A vida paroquial sofreu grandes transformações. As missões populares, sobre as quais já nos referimos, reanimaram a vida das paróquias e proporcionaram as condições básicas para um maior desenvolvimento da atividade apostólica e pastoral. As áreas que

---

<sup>332</sup> Cfr. MATOS, L. S. – D. Manuel Gonçalves Cerejeira, pp. 156-158.

<sup>333</sup> Cfr. FALCÃO, M. F. – O Cardeal Cerejeira, 116,

<sup>334</sup> *OP V*, 63-90.

<sup>335</sup> Cfr. FALCÃO, M. F. – O Cardeal Cerejeira, 117.

<sup>336</sup> Cfr. MATOS, L. S. – D. Manuel Gonçalves Cerejeira, p. 146.

foram objeto de maior atenção foram a catequese das crianças, as vocações sacerdotais e a pastoral litúrgica<sup>337</sup>. O novo clero, proveniente da formação do Seminário dos Olivais, empenhou-se muito num revigoramento da vida paroquial. O cardeal Cerejeira alertava constantemente para a difícil situação pastoral e para a descristianização da população. O grande paradigma de base da ação pastoral era o da “recristianização”, ou seja, importava “reconquistar” almas para a Igreja, para Cristo, alargando o reino de Deus. A dimensão militante, muito presente na Ação Católica, influenciou tanto o clero como a vida das paróquias.

D. Manuel Gonçalves Cerejeira marcou a sua ação pastoral com o seu modo espetacular de agir, isto é, age como “príncipe da Igreja”, num tom fortemente hierárquico. A sua ação aparece aos olhos da sociedade portuguesa com marcas principescas, de que são sinal o lugar primacial no protocolo do Estado, a pompa das cerimónias litúrgicas, o convívio social com figuras destacadas da sociedade portuguesa da época. O facto de ser bispo da capital, com título de patriarca, deu-lhe uma notoriedade superior à da maioria dos restantes prelados portugueses. Dentro da Igreja, o cardeal Cerejeira foi várias vezes nomeado legado apostólico e pertencia a organismos da Cúria romana. Participou nos conclaves que elegeram Pio XII (1939), João XXIII (1958) e Paulo VI (1963). Foi cardeal protopresbítero, desde 1961 até falecer, sucedendo ao arcebispo de Malines, Jozef-Ernest van Roey.

A década de sessenta constituiu o fim do que podemos designar de período áureo da ação de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Salgado de Matos escolhe até o momento da inauguração do monumento a Cristo-Rei, a 17 de Maio de 1959, como símbolo da fase gloriosa<sup>338</sup>.

Os anos que se seguem ao Concílio Vaticano II foram dolorosos para Gonçalves Cerejeira. D. Manuel Falcão, nomeado bispo auxiliar do patriarcado em 1966, testemunha que, apesar das dificuldades do patriarca, «uma análise atenta da vida do patriarcado nesses anos leva-nos à conclusão de que foram um dos períodos de maior vitalidade pastoral do pontificado do Cardeal Cerejeira»<sup>339</sup>. Segundo os ventos conciliares, inicia-se uma reforma das estruturas eclesiais. O primeiro passo concretiza-se no decreto de 18 de Abril de 1966, da “Comissão Preparatória da Reestruturação

---

<sup>337</sup> Cfr. FALCÃO, M. F. – O Cardeal Cerejeira, pastor da Igreja lisbonense, 116.

<sup>338</sup> Cfr. MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 821.

<sup>339</sup> FALCÃO, M. F. – O Cardeal Cerejeira, pastor da Igreja lisbonense, 118.

Pastoral do Patriarcado”. Foram criadas as regiões pastorais, base para a ereção das dioceses de Santarém e de Setúbal. Realizou-se a Assembleia do Clero, em 1966, em que Cerejeira anuncia que fez o pedido de resignação ao papa Paulo VI<sup>340</sup>. Constitui-se o conselho presbiteral e o conselho pastoral. O cardeal Cerejeira fez grande esforço por acompanhar esta renovação teológica, eclesiológica e pastoral.

No entanto, vários acontecimentos abalariam os últimos anos do pontificado do cardeal Cerejeira: a crise dos Olivais, de 1968, em que a equipa formadora se demite por discordância com Cerejeira; a crise de Belém, com a situação do Pe. Felicidade Alves, que será «o caso – o “mais doloroso” com um membro do seu presbitério»<sup>341</sup>; a crise da Ação Católica, em que o processo de renovação, as crescentes tensões sociais, o ambiente político e politização dos militantes da ACP, indicavam como «a máquina que Cerejeira criara voltava-se contra o criador»<sup>342</sup>; a publicação dos cadernos GEDOC (Grupo de Estudos e Intercâmbio de Documentos, Informações, Experiências), liderada pelos padres Felicidade Alves, Abílio Tavares Cardoso e o arquiteto Nuno Teotónio Pereira, onde reuniam a crítica mais extrema dos sectores católicos ao Estado Novo, mereceu a forte condenação por parte de Cerejeira.

Marco importante do período final do pontificado de D. Manuel Gonçalves Cerejeira foi a concretização do sonho de fundar a Universidade Católica Portuguesa, que iniciou a sua atividade em 1967, com a abertura da Faculdade de Filosofia, em Braga<sup>343</sup>. A primeira pedra do edifício central da Universidade Católica, em Lisboa, foi benzida solenemente pelo cardeal Cerejeira, a 29 de Junho de 1967, e o edifício inaugurado a 29 de Novembro de 1968, por ocasião do seu 80º aniversário como patriarca<sup>344</sup>. O sonho do cardeal Cerejeira foi a «iniciativa cultural de maior fôlego e impacto na configuração do catolicismo português no último quartel do século XX»<sup>345</sup>.

Na relação com o poder político, e não sendo aqui o espaço oportuno para grandes análises, a atuação de D. Manuel Gonçalves Cerejeira é marcada por princípios fundamentais. O cardeal Cerejeira «interessava-se pouco pela política»<sup>346</sup>, mas devido ao facto de ser bispo da capital e de ser cardeal, recebeu implicitamente da hierarquia a

---

<sup>340</sup> Cfr. MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 826.

<sup>341</sup> MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 827.

<sup>342</sup> MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 825.

<sup>343</sup> Cfr. POLICARPO, J. C. - *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*, p. 97.

<sup>344</sup> Cfr. MOREIRA, António Montes – O Cardeal Cerejeira, fundador da Universidade Católica Portuguesa. *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 2 (1990), 169.

<sup>345</sup> FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 285.

<sup>346</sup> MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 829.

missão de dialogar com o poder político, na qualidade de representante da Igreja portuguesa. Assim, dois eixos podem ser enunciados para caracterizar o modo de Gonçalves Cerejeira se relacionar com o poder político: por um lado, «prioridade absoluta ao que estimava ser a separação entre a Igreja e a política»; por outro lado, «o pensamento político do patriarca é imbuído de portuguesismo ontológico, assente na identificação entre o ser português e o ser católico»<sup>347</sup>. Nascido na monarquia, o cardeal Cerejeira viveu a perseguição da Primeira República nos tempos de Coimbra. Já nessa altura, reconhecia as vantagens da separação entre a Igreja e o Estado, pois havia conhecido a quase letargia em que vivia o catolicismo português, que alcançou a sua maior expressão no período final da monarquia e no “novo-regalismo” da Primeira República, que pretendia controlar e atrofiar a Igreja, apesar de afirmar a separação entre o poder político e religião. O cardeal Cerejeira, contrariamente a um certo galicanismo português<sup>348</sup>, concebia a Igreja unida fielmente ao papa. Foi sua preocupação a estabilização das relações entre Igreja e Estado<sup>349</sup>. Cerejeira concebia, numa distinção básica anterior ao Vaticano II, regimes que oprimem a Igreja e os outros que lhe davam espaço para realizar a sua missão e até a apoiavam<sup>350</sup>.

«Vulgarizou-se a opinião, que se tornou acusação, da convivência política do Cardeal Cerejeira com o regime político do Estado Novo e com a governação do Doutor Salazar, seu amigo íntimo do período coimbrão, companheiro de luta democrática nos tempos difíceis da implantação da República, como ele seguidor do padre Matteo, grande discípulo da devoção ao Coração de Jesus, e da sua proposta de renovação espiritual. Foi uma amizade pessoal que nunca renegou. Vi-o chorar no dia em que o Doutor Salazar morreu»<sup>351</sup>.

Nestas linhas, D. José da Cruz Policarpo refere a “vulgar” opinião de que o cardeal Cerejeira foi completamente conivente com o Estado Novo, devido à amizade existente com António de Oliveira Salazar, quase encarnando a figura de um mandatário do poder político para a realidade religiosa. É importante ter em conta que o movimento de renovação católica, que já vinha de finais de oitocentos, coincide com o movimento

<sup>347</sup> MATOS, L. S. - Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 830.

<sup>348</sup> MACEDO, J. B. – O tempo do Cardeal Cerejeira, 18.

<sup>349</sup> Cfr. MATOS, L. S. - Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 812.

<sup>350</sup> Cfr. MATOS, L. S. – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 830.

<sup>351</sup> POLICARPO, J. C. - *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*, p. 119.

nacionalista do Estado Novo. Estes dinamismos de restauração nacional e religiosa convergiram e apoiaram-se mutuamente em muitos momentos. Em termos globais, podemos afirmar que a atitude política de D. Manuel Gonçalves Cerejeira evoluiu ao longo do tempo. Mantendo o princípio da separação entre Igreja e Estado, interpreta em tom providencialista o Estado Novo e o seu chefe<sup>352</sup>. A partir de 1945, os seus pronunciamentos indicam um distanciamento entre a Igreja e o regime, optando por não se manifestar quanto ao Estado. Luís Salgado de Matos afirma que o cardeal Cerejeira fez uma interpretação algo exagerada da teoria da autonomia dos dois poderes, civil e religioso, quase a «lembrar a doutrina dos dois impérios de Lutero: o Estado é insusceptível de crítica pela Igreja»<sup>353</sup>. Por outro lado, o Estado Novo, que teve os católicos na sua base de apoio devido à paz que trouxe à vida da Igreja, aproveitava várias ocasiões, das quais fazia grande propaganda, para comprometer a figura do patriarca. Tanto Salazar como Cerejeira procuraram, cada um no seu contexto e circunstância, defender os interesses, respetivamente, do Estado e da Igreja Católica. É conhecida a afirmação de Salazar ao próprio Cerejeira: «Eu defendo os interesses de Portugal e do Estado, e os interesses da Igreja só contam para mim enquanto se conjugarem com aqueles, e apenas nesta medida»<sup>354</sup>.

D. Manuel Cerejeira insistiu bastante na independência política da Igreja, nomeadamente do clero, e no carácter não confessional do Estado Novo. A este propósito, logo no início do seu pontificado e ainda antes da institucionalização do Estado Novo, redigiu uma carta pastoral, *Carta ao Clero sobre a acção política e social*, em 1932<sup>355</sup>, alertando os sacerdotes para o perigo de se procurar na política a salvação. O cardeal Cerejeira procurou sempre defender o bem e o interesse da Igreja. Para tal não hesitou em enfrentar o poder político. É de referir a sua intervenção contra o estilo fascizante original pretendido para a Mocidade Portuguesa, a defesa da autonomia do Escutismo Católico<sup>356</sup>, a negociação da Concordata de 1940, a defesa da Ação Católica<sup>357</sup>, entre outros casos. Aliás, num olhar mais global das relações Igreja e Estado, face a um certo “regalismo” republicano e do Estado Novo, o cardeal Cerejeira soube lutar pela independência da Igreja. Nas palavras de Jorge Borges de Macedo,

---

<sup>352</sup> Cfr. *OP* II, 314.

<sup>353</sup> MATOS, L. S. - Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 831.

<sup>354</sup> NOGUEIRA, Franco – *Salazar: os tempos áureos (1928-1936)*. Vol. 2. Coimbra: Atlântida Editora, 1977, p. 152.

<sup>355</sup> Cfr. *OP* I, 87-99.

<sup>356</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, p. 190.

<sup>357</sup> Cfr. FONTES, P. – O catolicismo português no século XX, pp. 230-231.



«conseguiu, sem violência, sem agravamento de posições, sem radicalismos que o Cristianismo e menos ainda o catolicismo podem admitir, que a independência da Igreja pudesse ser posta em causa»<sup>358</sup>. Em 1967, D. Manuel Gonçalves Cerejeira respondeu a várias questões, nomeadamente à situação e relação com o poder político. Lembra a acusação, quase desde o início do seu pontificado, de enfeudamento da Igreja ao Estado Novo. Do mesmo modo, reafirmou a sua posição de que a missão da hierarquia não é intervir em problemas concretos da ação política. Afirmou que competia aos fiéis leigos essa intervenção política no mundo<sup>359</sup>.

Embora não sendo já patriarca, aquando do 25 de Abril de 1974, é interessante o testemunho de D. José Policarpo sobre a postura do cardeal Cerejeira face ao acontecimento:

«A seguir ao 25 de Abril perguntei-lhe o que pensava da situação. Respondeu-me que era um processo inevitável e necessário; que era urgente fazer com que os militares regressassem aos quartéis e que a sociedade, no respeito pelo pluralismo, se empenhasse na definição e construção de um futuro novo»<sup>360</sup>.

O acima referido nada mais é do que o eco dos princípios que D. Manuel Cerejeira havia já referido em 1967<sup>361</sup>.

#### **3.1.4. O inverno**

No cumprimento das determinações conciliares, D. Manuel Gonçalves Cerejeira anuncia o seu pedido de resignação a 1 de Outubro de 1966. O papa Paulo VI não aceitará. Só concederá a resignação a 25 de Março de 1971, dirigindo ao velho patriarca uma elogiosa carta. O cardeal Cerejeira tem, nessa altura, 82 anos de idade e 42 de pontificado. Sucedeu-lhe à frente dos destinos do patriarcado de Lisboa D. António Ribeiro, também de origem minhota, que fora bispo auxiliar do patriarcado. A 29 de Junho realizou-se a celebração de despedida e transmissão de poderes.

---

<sup>358</sup> MACEDO, J. B. – O tempo do Cardeal Cerejeira, 20.

<sup>359</sup> Cfr. CEREJEIRA, M. G. – *Na hora do diálogo*, p. 67.

<sup>360</sup> POLICARPO, J. C. - *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*, p. 120.

<sup>361</sup> Cfr. CEREJEIRA, M. G. – *Na hora do diálogo*, p. 68.

Na sua despedida disse: «É preciso que ele cresça e eu diminua»<sup>362</sup>, a propósito do seu sucessor. Levou a sério esta afirmação. Retirou-se para a casa da Buraca, que fundara, levando uma vida de recolhimento, «quase monástico», no dizer de Luís Salgado de Matos<sup>363</sup>. Neste período, ocupava-se na leitura e no interesse académico, assim como duma intensa vida de oração. Devido a uma operação a um antraz, chegou a perder a lucidez, recuperando-a posteriormente. É visitado por familiares e amigos mais íntimos, nomeadamente Mons. Moreira das Neves. A sua última aparição em público foi em Junho de 1974, em Braga, por ocasião do 2º Congresso Eucarístico Nacional, a que presidiu como legado pontifício<sup>364</sup>.

D. Manuel Gonçalves Cerejeira faleceu no dia 1 de Agosto de 1977, sendo sepultado no dia 4 de Agosto<sup>365</sup>. Contrariamente ao que havia manifestado, o desejo de ser sepultado no Seminário dos Olivais<sup>366</sup>, foi sepultado no Mosteiro de S. Vicente de Fora, no panteão dos patriarcas.

### 3.2. Os textos e suas circunstâncias

Primeiramente convém situarmo-nos quanto às fontes em que nos apoiamos. Mais do que mera referência bibliográfica, elas possuem um significado que auxilia à compreensão do assunto abordado.

As *Obras Pastorais*, nos seus sete volumes, contêm mais de 300 textos da autoria e responsabilidade de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, abarcando o seu patriarcado (1929-1971), incluindo-se cartas pastorais, homilias, mensagens, alocuções, entre variadíssimos outros documentos<sup>367</sup>. Porém, a toda esta extensa obra escrita há que acrescentar, como nos diz João António de Sousa, «toda a riqueza doutrinal dos seus muitos improvisos, proferidos nas mais diversas circunstâncias, nomeadamente por ocasião dos retiros espirituais do Clero e das suas repetidas visitas aos Seminários Diocesanos»<sup>368</sup>. Também por ocasião das ordenações sacerdotais, momentos de grande

---

<sup>362</sup> POLICARPO, J. C. – *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*, p. 143.

<sup>363</sup> MATOS, L. S. – *Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico*, 828.

<sup>364</sup> Cfr. POLICARPO, J. C. – *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*, p. 153.

<sup>365</sup> Cfr. NEVES, Moreira das – *In Memoriam: D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa*. Lisboa: União Gráfica, 1977, p. 59.

<sup>366</sup> Cfr. MATOS, L. S. – *Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico*, 828.

<sup>367</sup> Cfr. SOUSA, J. A. - O Cardeal Cerejeira, pai e amigo do seu clero. *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 2 (1990) 124.

<sup>368</sup> SOUSA, J. A. - O Cardeal Cerejeira, pai e amigo do seu clero, 124.

alegria para o cardeal Cerejeira, recorria ao improvisado, falando “de coração a coração” aos neo-presbíteros<sup>369</sup>. Nesta matéria, como em muitas outras, «a atividade docente do Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira dificilmente encontra paralelo no seu tempo, tanto na quantidade como na qualidade»<sup>370</sup>.

Muitos dos escritos dirigidos ao clero são por ocasião do aniversário da sua nomeação como patriarca, que ocorreu a 18 de Novembro de 1929. Assim, quase sempre nesse dia, o clero apresentava cumprimentos ao seu pastor, e este aproveitava para falar ao seu clero, sobre os aspetos que considerava mais pertinentes para cada momento e ocasião. Um eixo comum presente nessas alocuções é a preocupação pelo exercício da missão eclesial do sacerdote.

Os temas abordados podem ser agrupados por fases<sup>371</sup>. A primeira fase corresponde à primeira década do pontificado, no qual se destaca o tema da santidade sacerdotal. A Ação Católica é também mencionada, pois na década de 1930 encontrava-se em fase de lançamento em Portugal. A segunda fase, que se inicia a partir da assinatura da Concordata e do Acordo Missionário de 1940, reflete a nova situação entre Igreja e Estado. O cardeal Cerejeira insistiu em diversas questões sociopolíticas, relacionadas com a missão do clero. A terceira fase, que vai desde a década de cinquenta até ao fim do seu pontificado, fruto dum crescente mal-estar no que se refere à identidade e estatuto do clero, que cresce na década de sessenta com o Concílio Vaticano II, contém uma série de alocuções centradas na afirmação da identidade do padre e da sua missão.

Se as *Obras Pastorais* contêm numerosos escritos sobre o sacerdócio e sua espiritualidade, registamos outras obras, mais pequenas, todas da década de sessenta, que contêm igualmente ensinamentos respeitantes ao sacerdócio. As *Cartas de Roma*, redigidas por D. Manuel Gonçalves Cerejeira enquanto participava no Concílio Vaticano II (1962-1965), em que o cardeal comenta alguns dos temas mais debatidos na assembleia conciliar. *Na Hora do Diálogo* é um depoimento de 1967, em que o cardeal Cerejeira fala sobre variadíssimos temas. Por fim, *A Crise da Igreja*, de 1969, em que se publicam as conferências proferidas nas reuniões do Conselho Presbiteral (4 a 6 de Março e 1 e 2 de Julho do respetivo ano). Estas são de grande importância doutrinal,

---

<sup>369</sup> Cfr. Anexo.

<sup>370</sup> SOUSA, J. A. - O Cardeal Cerejeira, pai e amigo do seu clero, 128.

<sup>371</sup> Cfr. SOUSA, J. A. - O Cardeal Cerejeira, pai e amigo do seu clero, 138.

pois constituem um momento de “atualização” face ao *aggiornamento* lançado pelo Vaticano II.

### 3.3. O clero e o projeto pastoral: *Adveniat regnum tuum*

D. Manuel Gonçalves Cerejeira escolheu as palavras do Pai-Nosso, *adveniat regnum tuum*, como sua divisa episcopal. Elas, como afirma D. Manuel Franco Falcão, sintetizam o seu projeto pastoral: «levar o Reino de Deus às almas; levar o Reino de Deus à sociedade, pela santificação das pessoas e pela submissão do mundo a Cristo, Rei do Universo»<sup>372</sup>. Esse programa pastoral concretizou-o em 4 grandes linhas de força, às quais dedicou todo o seu ministério: 1) cristianizar a sociedade portuguesa, a começar pelo povo do patriarcado; 2) dignificar o clero; 3) lançar a Obra dos Seminários e das Vocações Sacerdotais; 4) estruturar solidamente a Ação Católica.

Lançando-se no seu projeto, o clero e os Seminários são tidos como prioridade fundamental. Testemunhando esta primazia no coração do cardeal Cerejeira, afirma António de Sousa:

«Não admira, por isso, que os padres tenham sido como a menina de seus olhos. Amava-os com coração de pai e procurava formá-los com inteligência de mestre. Se o bispo é pai e mestre em relação a todos os seus diocesanos, muito mais o será em relação àqueles que ele gerou no sacramento da Ordem, para serem seus colaboradores diretos no ministério pastoral»<sup>373</sup>.

A situação do patriarcado era particularmente difícil. «Os estragos da I República tinham sido maiores no presbiterado lisboeta. Urgia repará-los»<sup>374</sup>. As marcas deixadas por dois séculos de literatura anticlerical foram gravemente ampliadas por um insensato compromisso político de alguns sacerdotes na Primeira República. Assim, o patriarcado encontrava-se sem estruturas e o clero dominado por um complexo de inferioridade. A par desta situação, a carência de clero era evidente na falta de acompanhamento pastoral da maioria da população do patriarcado<sup>375</sup>.

---

<sup>372</sup> FALCÃO, Manuel Franco - O Cardeal Cerejeira, 99.

<sup>373</sup> SOUSA, J. A. - O Cardeal Cerejeira, pai e amigo do seu clero, 128.

<sup>374</sup> MATOS, L. S. - Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 812.

<sup>375</sup> Cfr. *OP I*, 143.

Cerejeira empenhou-se bastante na formação e acompanhamento do seu clero. «Foi sonho do cardeal Cerejeira formar um novo tipo de padre, e assim levantar o prestígio do clero, aos seus próprios olhos e no conceito público»<sup>376</sup>, afirma João António de Sousa. Logo no seu primeiro escrito pastoral, em carta dirigida ao governador do patriarcado, de 22 de Janeiro de 1930, D. Manuel Cerejeira manifesta essa prioridade do clero: «Reservo o dia de hoje, no mais íntimo do meu coração, um pensamento de especial ternura para o meu Clero»<sup>377</sup>. A preocupação pela formação do clero concretizou-se em três modos: o primeiro modo, através de contatos pessoais com os padres por ocasião de retiros e outros encontros; o segundo, pela realização de exercícios espirituais para o clero, frequentados praticamente por todos os padres; o terceiro, as já referidas alocuções por ocasião do aniversário de eleição para patriarca de Lisboa. Embora tendo sido homem de estudo, professor catedrático em Coimbra, só relativamente tarde, nos anos cinquenta, é que envia membros do seu clero a realizar estudos de nível superior fora do país. Isto deve-se à confiança depositada na equipa do novo e “renovado” seminário.

O cardeal Cerejeira insistiu no «reforço da espiritualidade do clero»<sup>378</sup> e no reforço da autoconfiança do presbitério lisboeta. Neste sentido, elenca João de Sousa três instrumentos dos quais se serviu o patriarca para criar um novo clero: «o primeiro, de ordem institucional, foi a criação de novos seminários»; o segundo, insistente apelo à santidade de vida dos sacerdotes; e o terceiro, «os repetidos esforços para libertar o Clero de quaisquer compromissos temporais, nomeadamente no âmbito da política»<sup>379</sup>. Procurou promover vocações sacerdotais provenientes de meios mais elevados e cultos, de modo a reforçar o prestígio social do clero, assim como procura responder às “vocações tardias”<sup>380</sup>. Na sua relação com o clero foi paternalista. Procurou estabelecer «laços pessoais com os seus padres, em especial com os que ordenara; tratava por tu um grande número deles; a todos e a cada um marcou forte e pessoalmente»<sup>381</sup>.

Com o objetivo de “reconstruir” o clero do patriarcado, D. Manuel Gonçalves Cerejeira lançou-se na criação de novos seminários. «Para formar padres novos, novos

---

<sup>376</sup> SOUSA, J. A. - O Cardeal Cerejeira, pai e amigo do seu clero, 129.

<sup>377</sup> *OP I*, 271-274

<sup>378</sup> MATOS, L. S. - Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 813.

<sup>379</sup> SOUSA, J. A. - O Cardeal Cerejeira, pai e amigo do seu clero, 130.

<sup>380</sup> Cfr. MATOS, L. S. - Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 813.

<sup>381</sup> MATOS, L. S. - Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 814.

sobretudo de alma, era imprescindível levar um espírito novo aos Seminários»<sup>382</sup>, comenta João de Sousa. Chegado ao patriarcado, encontrou em funcionamento apenas o velho Seminário de Santarém. Sem delongas, adquiriu o palácio dos condes dos Olivais e respetiva quinta, às portas de Lisboa, onde instala o Seminário Maior de Cristo-Rei dos Olivais. O Seminário dos Olivais abriu em 1931 e os seus vários edifícios foram sendo inaugurados nos anos seguintes. Em 1935, recebeu em oferta um antigo convento dominicano, em Almada, onde fundou o Seminário Médio de S. Paulo. O velho Seminário de Santarém sofreu remodelações de modo a possuir condições apropriadas para funcionamento.

Novidade completa no panorama português foi o ter chamado para equipa formadora do Seminário dos Olivais os Padres dos Sagrados Corações, sob orientação do Mons. Pereira dos Reis, apóstolo do movimento litúrgico em Portugal. A propósito, comenta Luís Salgado de Matos: «O Seminário dos Olivais é a menina dos seus olhos. Valoriza-o eclesialmente e sublinha a orientação pastoral. A modernidade das instalações e dos métodos suscitou reações negativas de boa parte da Igreja»<sup>383</sup>. O cardeal redigiu os próprios estatutos do novo Seminário Maior. No Seminário dos Olivais depositava o cardeal Cerejeira grandes esperanças e tinha-o como elemento fundamental na obra de recristianização que urgia fazer no patriarcado, como o refere na inauguração do mesmo: «Nele pomos as Nossas melhores esperanças. O futuro religioso da Nossa Diocese depende principalmente dele»<sup>384</sup>.

Inserido neste esforço, enquadra-se a promoção das vocações sacerdotais através da Obra das Vocações e Seminários e o apreço manifestado pelas vocações provenientes de meios sociais mais elevados. O cardeal Cerejeira pretendia, assim, aumentar o número de sacerdotes e a sua origem social. A obra dos seminários foi tida como prioritária e fundamental para a restauração religiosa do patriarcado, como manifesta o cardeal<sup>385</sup>. Afirma-o claramente na inauguração do Seminário dos Olivais, em 1931: «Não há obra alguma cristã que equivalha em necessidade e importância à obra dos Seminários»<sup>386</sup>. D. Manuel Gonçalves Cerejeira convidou insistentemente os seus

---

<sup>382</sup> SOUSA, J. A. - O Cardeal Cerejeira, pai e amigo do seu clero, 131.

<sup>383</sup> MATOS, L. S. - Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 813.

<sup>384</sup> *OPI*, 345.

<sup>385</sup> Cfr. *OPIV*, 77.

<sup>386</sup> *OPI*, 345.

diocesanos a apoiar os seminários, material e espiritualmente<sup>387</sup>), e instituiu a Obra das Vocações e Seminários de modo a sensibilizar os cristãos para «organizar uma verdadeira cruzada de oração e meios»<sup>388</sup>. Por ocasião da IV Semana das Vocações e Seminários, em 1946, o cardeal Cerejeira propõe quatro objetivos<sup>389</sup>, que não se limitarão a essa semana, mas à própria missão da Obra: 1) promover a santificação dos sacerdotes e seminaristas; 2) suscitar e favorecer muitas vocações de santos sacerdotes; 3) procurar recursos para a sustentação dos seminários; 4) organizar uma cruzada de oração por estas intenções.

Ao inaugurar o Seminário de Almada, em 1935, manifestou a preocupação pelas vocações provenientes do apostolado da Ação Católica junto dos estudantes e universitários<sup>390</sup>. Apelou aos párocos, confessores, assistentes da Ação Católica e orientadores de exercícios espirituais que proponham a vida sacerdotal aos jovens, pois «a nossa esperança está posta, de maneira particular, nas juventudes católicas»<sup>391</sup>.

O padre, com especial importância o clero paroquial, é fator decisivo no combate à descristianização. Uma das suas preocupações foi que a Igreja “alcançasse” a todos. Daí a criação de inúmeras paróquias no patriarcado, a construção de numerosas igrejas e capelas. O papel da paróquia e do padre foi muito valorizado.

De toda este empresa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira viu bons frutos, embora não os desejados. O número de seminaristas aumentara bastante, assim como o de clero secular<sup>392</sup>. E afirma o próprio, em jeito de avaliação da obra feita:

«Depois de 30 anos de esforços, com que dor temos de reconhecer que o problema dos Seminários ainda não está resolvido. A desproporção do número de sacerdotes em relação à população aumenta em cada ano... Podia dizer-se que, proporcionalmente, havia mais padres em 1930»<sup>393</sup>.

---

<sup>387</sup> A este respeito diz o cardeal Cerejeira: «Importa fazer violência ao Céu, para conseguir muitas e santas vocações. É preciso pôr a Diocese toda a rezar». In *OP V*, 68.

<sup>388</sup> *OP I*, 170.

<sup>389</sup> Cfr. *OP III*, 179.

<sup>390</sup> Cfr. *OP I*, 357-358.

<sup>391</sup> *OP IV*, 70.

<sup>392</sup> Cfr. MATOS, L. S. – D. Manuel Gonçalves Cerejeira, pp. 146-147.

<sup>393</sup> *OP V*, 60.

Embora tendo aumentado o clero, as necessidades eram muito elevadas. E se compararmos com as médias das dioceses do norte do país (Braga e Porto), ou com algumas dioceses europeias com a mesma dimensão ou similar importância de capital de país, a média do patriarcado situa-se bem abaixo.

	1932	1948	1952	1955	1960	1971
Lisboa	301	442	504	537	621	495
Portugal	4153	4564	4646	4850	5478	4319
Lisboa % do total	7,2	9,7	10,8	11,1	11,3	11,5

**Evolução do clero secular e regular no Patriarcado<sup>394</sup>**

No quadro acima, verificamos o crescimento do clero a exercer o seu ministério no patriarcado durante o pontificado de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Os dados referentes a 1971 mostram uma descida do número de clero disponível, mas uma subida da percentagem no total nacional. Desde 1932 a 1960, o número de padres disponíveis cresceu em Lisboa e em todo o país. Porém, face à população residente no patriarcado, a relação entre sacerdotes disponíveis e população católica revela que, tanto no panorama nacional como europeu, Lisboa evidenciava grande carência de clero, como poderemos verificar da análise do quadro abaixo apresentado.

	Católicos	Sacerdotes	Sacerdote/católicos
Lisboa	1621400	380	1/4267
Porto	880500	621	1/1418
Braga	807540	850	1/950

<sup>394</sup> Cfr. MATOS, L. S. – D. Manuel Gonçalves Cerejeira, p. 147.



Madrid	1662000	884	1/1880
Paris	4775661	2171	1/2200
Mallines	3030000	3104	1/976
Barcelona	2000000	719	1/2782
Lille	1077699	1578	1/683
Liège	1343000	1780	1/754
Milão	2000000	2010	1/995
Nápoles	1000000	800	1/1250
Viena	2200000	966	1/2277
Varsóvia	1756386	484	1/3629
Londres	129879	178	1/730
Berlim	885049	347	1/2551
Colónia	2500000	2100	1/1190

Os dados deste quadro foram retirados duma carta pastoral de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *Ainda o problema do clero: resultados, necessidades, previsões*,

de 1948<sup>395</sup>. O cardeal Cerejeira apresentava-os para demonstrar a inferioridade do patriarcado em termos de disponibilidade de clero. No mesmo documento, ele apresentava as necessidades imediatas e primárias do patriarcado, em 1948, concluindo que eram precisos cerca de 300 padres<sup>396</sup>! Além do crescimento, embora insuficiente, do clero, o cardeal Cerejeira conseguiu alterar a estrutura das atividades do mesmo<sup>397</sup>. Reforçou-se o clero “paroquial”, com a constituição de equipas paroquiais pluripessoais. Estabelece-se uma nova categoria de clero especializado em organismos, seja os tradicionais capelães hospitalares, prisionais, militares, seja os assistentes de organismos laicais, como a Ação Católica, os professores de Religião e Moral, os profissionais dos meios de comunicação social da Igreja (lembramos a Rádio Renascença e a imprensa católica). Por outro lado, diminuem os efetivos da Cúria patriarcal. Em jeito de apresentação de chave-de-leitura, afirma Luís Salgados de Matos a propósito da prioridade dada pelo cardeal Cerejeira no seu projeto pastoral ao clero:

«A prioridade dada ao clero concretiza a eclesiologia do cardeal Cerejeira, herdada dos Concílios de Trento e Vaticano I, centrada na figura do vigário de Cristo, assente na armadura episcopal, servida pela rede sacerdotal, dinamizada pela devoção individual, organizada pela disciplina social»<sup>398</sup>.

O Concílio Vaticano II exigirá do cardeal Cerejeira adaptação. A sua presença na assembleia conciliar passou quase despercebida. As *Cartas de Roma* mostram uma compreensão serena e até conservadora do concílio. Numa dessas cartas, em que comenta o decreto sobre a missão pastoral dos bispos, *Christus Dominus*, o cardeal Cerejeira fala de dois novos princípios, os quais constituíram um aprofundamento teológico, nestes termos:

«Princípios em certo sentido novos (como toda a novidade da Igreja, extraídos do seu próprio tesouro), e ricos de consequências para a renovação e adaptação da Igreja,

---

<sup>395</sup> OP IV, 49-77.

<sup>396</sup> Cfr. OP IV, 64.

<sup>397</sup> Cfr. MATOS, L. S. – D. Manuel Gonçalves Cerejeira, pp. 147-148.

<sup>398</sup> MATOS, L. S. - Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 814.

no aspeto da missão pastoral dos Bispos, deverão apresentar-se estes dois: o colégio episcopal [...] e a plenitude do sacerdócio»<sup>399</sup>.

Aplicando as reformas exigidas pelo concílio, moderniza-se o ensino nos seminários, criaram-se as estruturas de participação, como o Conselho Presbiteral em 1967 e o Conselho Pastoral em 1969. O patriarcado foi dividido em regiões pastorais e incrementa-se o esforço de construção de novas igrejas. Na relação com o clero, apresentam-se alterações, dando lugar a uma relação mais dialogante e menos jurídica<sup>400</sup>. Inicia-se um período de renovação pastoral, segundo as linhas do concílio. Aceitou fazer seus dois documentos que não são da sua autoria, em sinal de aceitação do *aggiornamento* que trazia o concílio: a carta ao clero, de Janeiro de 1969, intitulada «O Patriarcado na Hora da Renovação»<sup>401</sup>; e a carta ao clero a definir as grandes linhas da pastoral da diocese, de Maio de 1970. Na carta pastoral sobre a renovação pastoral, de 1969, refere-se o movimento de renovação pastoral que se vive no patriarcado, assinalado na renovação litúrgica, na organização da catequese das crianças e adultos, na preparação para a receção do batismo e da confirmação, em numerosas obras apostólicas e movimentos<sup>402</sup>.

Concluindo, a preocupação pelo aumento do clero de D. Manuel Gonçalves Cerejeira traduziu-se num crescimento do número de seminaristas e padres, embora insuficiente. Tenha-se na devida conta a situação difícil em que encontrara o patriarcado quando lá chegou. D. António Ribeiro, que lhe sucedeu como patriarca de Lisboa, afirmou na homilia das exéquias do cardeal Cerejeira: «Quem como ele formou gerações de sacerdotes segundo o Coração de Cristo, muitos dos quais continuam hoje a ser glória desta diocese de Lisboa?»<sup>403</sup>. A adaptação aos novos ventos do Concílio coincidiu com duras crises no patriarcado: crise do clero, crise do Seminário dos Olivais e crise da Ação Católica. Mas a crise não se resumiu a estes casos e a aspetos negativos. É muito mais geral e preocupa o cardeal Cerejeira. Em carta pastoral dirigida ao clero, de 1969, expõe a situação:

---

<sup>399</sup> CEREJEIRA, M. G. – *Cartas de Roma*, p. 77.

<sup>400</sup> Cfr. MATOS, L. S. - Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 825.

<sup>401</sup> Cfr. *OP VII*, 43-72.

<sup>402</sup> Cfr. *OP VII*, 49.

<sup>403</sup> NEVES, M. – *In Memoriam*, p. 68.

«São ainda sintomas de crise as formas deliberadas de indisciplina eclesiástica, nomeadamente em matéria litúrgica; o acolhimento mais fácil e ostensivo a correntes de opinião teológica em voga que aos ensinamentos e orientações do Magistério; a quebra do entusiasmo pastoral e apostólico de membros responsáveis do clero e do laicado, por vezes com desvio para atividades não específicas da competência da Igreja, que a comprometem; um resfriamento do espírito de fé e de piedade, de que uma das manifestações é o abandono progressivo, errado ou prematuro, de expressões válidas da devoção cristã popular, etc»<sup>404</sup>.

Apesar de tudo, certamente que se pode afirmar, tal como está gravado no seu busto à entrada do Seminário dos Olivais, que o cardeal Cerejeira foi «um bispo que amou o seu clero»<sup>405</sup>.

### **3.4. «Queremo-vos santos, ó Irmãos do nosso Sacerdócio...»**

O cardeal Cerejeira deu especial ênfase, nas suas alocuções ao clero, à santidade. Para ele, só um clero santo é que poderia transformar o mundo e a sociedade e assim implantar o reinado de Cristo, segunda a conceção da época.

#### **3.4.1. A santidade sacerdotal**

A exigência da santidade ao clero é vista como o principal meio de reconstrução da vida cristã no patriarcado. Em vésperas do Concílio Vaticano II, e fazendo eco de palavras do papa João XXIII, o cardeal Cerejeira lembrava que toda a reforma da Igreja há-de passar e ter como «ponto central e mais elevado»<sup>406</sup>, o sacerdote.

João António de Sousa testemunha a profundidade desta preocupação do cardeal Cerejeira pela santidade dos seus padres:

«Quem se não lembra das suas longas noites de oração, na antiga capela do Seminário Maior, durante os retiros espirituais do Clero? A oração pelos sacerdotes

---

<sup>404</sup> OP VII, 51.

<sup>405</sup> NEVES, M. – *In Memoriam*, p. 56.

<sup>406</sup> OP VI, 61.

constitui, mesmo (pode dizer-se), uma das mais salientes características da espiritualidade episcopal do Cardeal Cerejeira, desde o início do seu pontificado»<sup>407</sup>.

Em apontamento recolhido em arquivo, para um retiro aos seminaristas, D. Manuel Cerejeira afirma que se não há verdadeiro desejo de santidade, não há vocação<sup>408</sup>.

O próprio patriarca falava da sua oração pelo clero, na sua carta sobre a santidade sacerdotal: «E a Nossa oração constante é que a santificação do Senhor floresça sobre Vós, a fim de que vos torneis “modelos de todos os que têm fé”, e “sejais a nossa glória e alegria”»<sup>409</sup>.

Logo na primeira saudação ao clero, por ocasião do primeiro aniversário enquanto patriarca, o cardeal Cerejeira falou da santidade, da santidade incarnada no mundo, que se exige ao sacerdote secular. Para ele, era necessário santificar-se na missão quotidiana de acompanhar a porção do povo de Deus que lhe foi confiada. Afirma Gonçalves Cerejeira:

«Que é preciso para que sejais perfeitos modelos de santidade? [...] que façais o que fazeis com perfeito amor de Deus, pois a vida de tantos está já colocada no nível das coisas heroicas. E em nos darmos inteiramente a uma vida apostólica, sacrificando por amor de Deus as consolações duma vida puramente contemplativa...»<sup>410</sup>.

Por outras palavras, a santidade sacerdotal tem de brotar do exercício da própria missão pastoral do sacerdote, «a vida sacerdotal deve ser um comentário autêntico, vivido, do Evangelho»<sup>411</sup>. O padre é um “outro Cristo”, em virtude do caráter sacerdotal com que está revestido desde a ordenação sacramental. Mas o cardeal Cerejeira apelava a que não se limite a essa configuração sacramental, mas que ela infunda a vida do padre. O sacerdócio cristão não é algo puramente exterior, mas atinge interiormente

---

<sup>407</sup> SOUSA, J. A. - O Cardeal Cerejeira, pai e amigo do seu clero, 132.

<sup>408</sup> Cfr. *ARQUIVO Histórico do Patriarcado de Lisboa*. Fundo D. Manuel Gonçalves Cerejeira, 14º Patriarca de Lisboa: Secretaria Particular, Produção literária, escritos e documentos pessoais, Discursos, homilias e mensagens, 014.

<sup>409</sup> *OP I*, 65.

<sup>410</sup> *OP I*, 50.

<sup>411</sup> *OP VI*, 62.

aqueles que o recebem: «é absolutamente incompatível com a perfeição sacerdotal considerar o sacerdócio como carreira de vida»<sup>412</sup>, afirma-se nos estatutos do Seminário dos Olivais. A configuração sacerdotal que imprime nos ordinandos o carácter sacerdotal, «assume tudo que há em nós, a natureza humana e a graça cristã de adoção divina»<sup>413</sup> e une-as à ação de Jesus Cristo, Sumo Sacerdote. Sobre isto, afirma: «Numa palavra, que sejamos, não só pelo carácter sacerdotal, mais ainda pela nossa vida, “outros Cristos”»<sup>414</sup>. Sem esta procura de uma vida santa, o sacerdócio não só não será fecundo, como constitui verdadeira usurpação<sup>415</sup>.

O cardeal Cerejeira redigiu uma carta ao clero sobre a santidade sacerdotal<sup>416</sup>, em 1931, o que testemunha a sua preocupação e prioridade. Começa este texto com um apelo direto e claro à santificação: «E o que temos de melhor e mais íntimo para vós, é este mandamento do Senhor: Santificai-vos»<sup>417</sup>. Nos estatutos do Seminário Maior de Cristo-Rei dos Olivais, redigidos pelo seu próprio punho, afirma-se claramente a exigência da santidade para receber a ordem sacerdotal, pois o sacerdócio «impõe obrigação mais estrita de santidade interior que o estado religioso»<sup>418</sup>.

Na linha de toda uma corrente que enfatiza o sacerdote como sendo um *alter Christus*, Gonçalves Cerejeira lembrava que essa identificação do sacerdote com Cristo é também de ordem espiritual, pois «só o sacerdote que é santo é o perfeito representante de Jesus Cristo»<sup>419</sup>. E a missão do sacerdote só tem sentido tendo em vista esta busca contínua e constante de perfeição. «Quem mais que aquele que “faz as vezes de Cristo” tem o dever de se tornar imitador fiel de Cristo e continuador da Sua vida e obras?»<sup>420</sup>, pergunta o cardeal.

Igualmente enquadrando-se no magistério pontifício que lhe é contemporâneo, nomeadamente na *Ad Catholici Sacerdotii*, de Pio XI, o cardeal Cerejeira propunha ao seu clero meios para a sua santificação: confissão frequente, sendo desejável o ritmo semanal ou quinzenal, pois «se vós não vos confessardes pelo menos de 15 em 15 dias, os que o não podeis fazer mais frequentemente, não sereis nunca santos, como vos

---

<sup>412</sup> OP III, 269.

<sup>413</sup> OP VI, 59.

<sup>414</sup> OP IV, 223.

<sup>415</sup> Cfr. OP IV, 227.

<sup>416</sup> Cfr. OP I, 63-86.

<sup>417</sup> OP I, 64.

<sup>418</sup> OP III, 268.

<sup>419</sup> OP I, 66.

<sup>420</sup> OP V, 267.

cumpre»<sup>421</sup>; celebrar devotamente a Missa, pois é preciso conformar o coração com o Coração de Cristo, cuidando da preparação para celebrar, para brilhar, de modo mais intenso, a identificação do padre com Jesus Sacerdote e Vítima<sup>422</sup>; prática de retiro anual, que não é mera obrigação canónica, mas «ótimo meio de santificação»<sup>423</sup>. A fidelidade a estes meios é caminho seguro para a santidade: «Da fidelidade a estes três pontos: confissão frequente, Missa santamente celebrada e retiro anual, principalmente dos dois primeiros, - depende a fidelidade à vossa vocação»<sup>424</sup>. Deste modo, o cardeal Cerejeira apelava aos seus padres para que levem uma vida santa e propõe-lhes meios concretos de vida espiritual, que os auxiliem a uma configuração e imitação maior de Jesus Cristo. Vivendo ainda na década de 1930 ataques anticlericais mais intensos, o cardeal Cerejeira lembrou que a exigência da missão pastoral exige maior santidade. Os ataques aos sacerdotes devem ser apelo a maior santidade de vida.

«Só o esplendor da santidade poderá reconduzir a sentimentos de justiça tantos que verdadeiramente não sabem o que fazem, quando maldizem de vós. [...] Os homens que vos condenam, no fundo homenageiam o Sacerdócio cristão, acusando os sacerdotes de serem como eles! Querem-vos homens divinos, fontes de luz e amor»<sup>425</sup>.

Em alocução dirigida ao clero em 1948, sobre *O padre e as exigências do nosso tempo*, lembrou que aqueles que abandonam a Igreja devido à infidelidade do clero, apenas querem ver nos sacerdotes maior fidelidade, mais compreensivos às angústias e fraquezas do mundo, mais solícitos às necessidades, mais entregues aos valores do Evangelho<sup>426</sup>. E sintetizava: «O que o mundo moderno quer do padre é que este se não assemelhe a ele [...] pelo contrário, que seja mais padre, que seja só padre»<sup>427</sup>.

E a santidade do padre deriva da própria dignidade e missão sacerdotais. A santidade «não é um luxo na Igreja de Jesus; é dever vosso de estado»<sup>428</sup>.

---

<sup>421</sup> *OP I*, 75.

<sup>422</sup> Cfr. *OP I*, 78.

<sup>423</sup> Cfr. *OP I*, 83.

<sup>424</sup> *OP I*, 85.

<sup>425</sup> *OP I*, 95-96.

<sup>426</sup> Cfr. *OP IV*, 203.

<sup>427</sup> *OP IV*, 203-204.

<sup>428</sup> *OP I*, 66.

O ideal de padre desejado por D. Manuel Gonçalves Cerejeira, como diz João de Sousa, consistia no sacerdote apostolicamente zeloso, desapegado dos bens do mundo, somente ocupado na missão de glorificar a Deus e salvar as almas<sup>429</sup>. Este é o «novo tipo de padre que as necessidades do nosso tempo exigem»<sup>430</sup>. E face a um mundo secularizado, onde o ateísmo militante ganhava cada vez mais espaço, exige-se que o padre seja santo, para realizar a sua missão. Exige-se o “martírio da santidade”: «Quanto mais santo for o padre, quanto mais se assemelhar a Cristo, - mais combatido e odiado será por todos os que combatem e odeiam a Cristo!»<sup>431</sup>. Por isso, e afirmou-o claramente Gonçalves Cerejeira, «a obra de cristianização é, por definição, sobrenatural»<sup>432</sup>. Só o sacerdote santo é capaz de transformar o mundo, só o padre puro e fiel é eficaz<sup>433</sup>.

Numa alocução ao clero por ocasião do aniversário de eleição para patriarca, em 1955, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, quase em jeito de “exame de consciência coletivo”, fala das «misérias da Igreja», ou seja, «tudo o que desfigura em nós o rosto autêntico da santa Madre Igreja»<sup>434</sup>. E, mais uma vez lembrando que tantos deixam de acreditar na Igreja por causa dos seus ministros, «a maior tentação contra a Igreja, nossa Mãe e Mestra, para muitas almas que a vêm através de nós – somos nós mesmos»<sup>435</sup>, o cardeal Cerejeira elenca os principais obstáculos à vida de santidade que se exige do sacerdote:

«Quem não deixará de lamentar, em muitos daqueles que representam a Igreja, além das traições e apostasias, certa preocupação de instalação cómoda na vida, o gosto vilão de domínio e prepotência, ávida sede de divertimento e dissipação, frivolidade e leviandade de proceder, desinteresse pela iluminação e purificação sobrenaturais das almas, falta de profundidade de oração e de cruz de penitência, indiferença pelos “pequeninos” do Evangelho, que pedem pão e não têm quem lho dê, pão do corpo e pão do espírito, untuosidade de linguagem vazia de sinceridade profunda, cupidez dos bens da terra?»<sup>436</sup>

---

<sup>429</sup> Cfr. SOUSA, J. A. - O Cardeal Cerejeira, pai e amigo do seu clero, 136.

<sup>430</sup> *OP* IV, 200.

<sup>431</sup> *OP* IV, 209.

<sup>432</sup> *OP* IV, 234.

<sup>433</sup> Cfr. *OP* IV, 239-240.

<sup>434</sup> *OP* V, 145.

<sup>435</sup> *OP* V, 157.

<sup>436</sup> *OP* V, 146.



Nesta interrogação sobre a vida de alguns membros do clero, o cardeal Cerejeira aponta quase todas as “misérias” que não deixam o rosto autêntico de Cristo e da Igreja brilhar no meio dos homens.

Em 1957, D. Manuel Gonçalves Cerejeira falava, dirigindo-se ao clero, sobre «as nossas desilusões»<sup>437</sup>. E para ele, padre desiludido é padre decaído. Pergunta, na comunicação que fez ao clero no mencionado ano, se em vez de desilusões sacerdotais não serão antes infidelidades sacerdotais<sup>438</sup>. Na linha da espiritualidade sacerdotal dominante, refere que a consagração sacramental imprime no sacerdote um caráter indelével, o qual «implica, como a palavra consagração exprime, íntima e total dedicação, afetação, imolação»<sup>439</sup>.

É essa a missão do padre, ser rosto de Cristo no meio dos homens, procurando sempre a glória de Deus e a salvação destes. Só o padre que é santo, vivendo intensa vida de oração, dedicação e sacrifício, mostra o «rosto verdadeiro da Igreja»<sup>440</sup>. No fim desta alocução de 1955, em tom de agradecimento e de homenagem, e podendo ser considerado o contraponto das “misérias” apontadas anteriormente, conclui Gonçalves Cerejeira:

«Quero prestar homenagem aos sacerdotes que trazem a cruz de Cristo gravada na sua vida; que explicam e demonstram o Evangelho, vivendo-o, vivendo-o heroicamente, na pureza, na pobreza, na obediência; que têm o coração semelhante ao de Jesus, manso e humilde; que podem dizer, como o Senhor junto do Poço de Jacob, que o seu alimento é fazer a vontade daquele que os enviou, para cumprirem a sua obra; que sentem arder-lhes, dentro do próprio coração, o fogo de Deus!, no meio de nós. Eu inclino-me, com respeito e gratidão, perante tais ministros da Santa Igreja; são flor e fruto dela. Ao contemplá-los, não pode evitar-se esta confissão: como é bela a Igreja, que forma padres assim!»<sup>441</sup>

---

<sup>437</sup> Cfr. *OP* V, 179-189.

<sup>438</sup> Cfr. *OP* V, 186.

<sup>439</sup> *OP* V, 182.

<sup>440</sup> *OP* V, 157-158.

<sup>441</sup> *OP* V, 158.

Poderíamos até afirmar que aqui se sintetiza o modelo de padre desejado pelo então patriarca de Lisboa. Sintetiza-o numa das conferências ao Conselho Presbiteral do patriarcado em 1969: «A existência apostólica do padre – é esta a prevista pelo Concílio – não pode ser vivida senão na tensão da vida teologal: é vida em Jesus Cristo, com Jesus Cristo, e por Jesus Cristo»<sup>442</sup>.

A exigência de santidade será repetida e talvez até reforçada no período imediato após o Concílio. Nas *Cartas de Roma*, D. Manuel Cerejeira escreveu sobre a santidade sacerdotal, tendo como preocupação o desafio de *aggiornamento* proposto pelo concílio: «A ninguém passou despercebido que está aqui um dos pontos essenciais do “aggiornamento” da Igreja nos nossos dias»<sup>443</sup>. Numa nova compreensão eclesiológica e num aprofundamento maior da teologia do sacerdócio, numa atenção aos anseios do mundo e aos sinais dos tempos, D. Manuel Gonçalves Cerejeira lembrou a prioridade da santidade: «Variarão certamente as circunstâncias e talvez o estilo. Uma coisa, porém, não mudará: o carácter sagrado do Sacerdote, marcado indelevelmente pelo fogo do Espírito Santo. O Sacerdote ficará sempre diferente, e a sua doutrina (se é a de Cristo) sempre nova»<sup>444</sup>.

### **A) Santidade secular e religiosa**

Inserimos aqui uma temática que foi particularmente querida ao cardeal Cerejeira: a que se refere à santidade dos padres religiosos e diocesanos. D. Manuel Gonçalves Cerejeira reconhecia que o clero secular anda decaído<sup>445</sup>, ainda longe de readquirir o prestígio social que havia perdido. Porém, o clero secular é de grande importância e a sua missão em nada é menor:

«É este que especialmente mantém o contato com o povo cristão; sobre ele impende ordinariamente a administração dos sacramentos e a direção das obras; está de maneira direta associado ao governo episcopal; preenche e assegura, quase só, os quadros hierárquicos das dioceses e paróquias»<sup>446</sup>.

---

<sup>442</sup> CEREJEIRA, M. G. – *A crise da Igreja*, p. 57.

<sup>443</sup> CEREJEIRA, M. G. – *Cartas de Roma*, p. 37.

<sup>444</sup> *OP VII*, 40.

<sup>445</sup> Cfr. *OP I*, 167.

<sup>446</sup> *OP I*, 165.

D. Manuel Cerejeira condenou, logo na primeira saudação ao clero, em 1931, aquele pensamento que considera o clero secular como «uma espécie de plebe do Clero»<sup>447</sup>. A santidade não é maior no estado religioso, ela é mais exigida no estado sacerdotal, em virtude da missão e consagração sacerdotais, pois «o sacerdócio é o estado mais sublime que existe na Igreja»<sup>448</sup>. Afirmava ainda o cardeal Cerejeira, apoiando-se em S. Tomás de Aquino: «Como S. Tomás ensinou, o sacerdócio exige de *per si* maior santidade que o próprio estado religioso»<sup>449</sup>. Contrariou a doutrina unânime, só posteriormente superada por Pio XII, da superioridade do estado de perfeição dos religiosos face aos clérigos seculares. Seguiu de perto as convicções do cardeal Mercier, grande impulsionador da espiritualidade sacerdotal. E na já citada primeira saudação ao clero, cita o cardeal Mercier com estas palavras: «Vós pertenceis à primeira Ordem religiosa estabelecida na Igreja; o vosso Fundador foi Nosso Senhor Jesus Cristo; os primeiros religiosos da sua Ordem foram os Apóstolos; os seus sucessores são os bispos, e, em união com eles, os sacerdotes todos»<sup>450</sup>.

Num retiro para seminaristas dos Olivais, em 1932, o cardeal Cerejeira lembrava que no contexto que se vivia era mais difícil ser padre secular que regular, pois comum era o voto de castidade; apesar dos seculares não realizarem voto de pobreza, pela opção que faziam no momento em que se vivia, condenavam-se à pobreza, pois nada haveria de bens para possuir; não faziam voto de obediência, mas promessa de obediência ao bispo, «muitas vezes mais custosa»<sup>451</sup>.

Estas afirmações suscitaram reações. João António de Sousa refere o Pe. Agostinho Veloso, jesuíta, entre 1949 e 1951, em vários artigos, que denunciava essas «francesias suspeitas»<sup>452</sup>. Gonçalves Cerejeira responde em alocução ao clero diocesano e religioso em 1951<sup>453</sup>, intitulada «A unidade do clero». O cardeal referiu que os dois cleros são irmãos e lembrava a obra comum em que ambos estão implicados: «Nem o clero diocesano poderá, de direito, reclamar a exclusividade da obra apostólica no

---

<sup>447</sup> *OP I*, 49.

<sup>448</sup> *OP I*, 167.

<sup>449</sup> *OP I*, 167.

<sup>450</sup> *OP I*, 52.

<sup>451</sup> *ARQUIVO Histórico do Patriarcado de Lisboa*. Fundo D. Manuel Gonçalves Cerejeira, 14º Patriarca de Lisboa: Secretaria Particular, Produção literária, escritos e documentos pessoais, Discursos, homilias e mensagens, 014.

<sup>452</sup> Cfr. VELOSO, Agostinho - Francesias suspeitas. *Brotéria*, 49/5 (1949/Nov.), 454-472.

<sup>453</sup> Cfr. *OP IV*, 221-231.

quadro da paróquia e da Diocese, nem o Clero religioso poderá alhear-se de cooperar com ele nas tarefas da cura de almas e da conquista missionária»<sup>454</sup>. Afirmou ainda que a vocação do padre diocesano não é a escolha da “imperfeição”, pois «todo o sacerdote, quer religioso quer secular, tem vocação de santidade»<sup>455</sup>.

Em 1958, por ocasião do encerramento do Congresso dos Institutos Religiosos, D. Manuel Gonçalves Cerejeira lembra o ensinamento da Santa Sé relativamente aos estados de perfeição. A perfeição cristã não se reduz aos estados de perfeição, como os ultrapassa. Estes favorecem-na e são caminho seguro para a alcançar. Apresenta a diferença essencial entre o estado religioso e o estado sacerdotal, no que se refere à maior exigência de santidade deste último, quando diz: «O estado religioso existe para a santificação dos seus membros, e o estado sacerdotal para a santificação dos outros»; e mais adiante: «O sacerdote não se ordena para ser santo, como o religioso que entra num estado de perfeição. Mas tal não significa que não precise de ser santo»<sup>456</sup>. Aliás, se o sacerdote é igualmente religioso, tal não exige obrigação superior de santidade.

## **B) *Padres segundo o Coração de Cristo***

«Não é o Sacerdócio o dom mais precioso de Nosso Senhor Jesus Cristo, ou simplesmente como gostava de dizer – e é mais profundo – o Santo Cura d’Ars, o “amor do Coração de Jesus”?»<sup>457</sup>, perguntava retoricamente o cardeal Cerejeira, numa alocução ao clero. Neste sentido, Gonçalves Cerejeira, profundamente marcado pela espiritualidade e devoção ao Sagrado Coração de Jesus, fez seu e integrou no seu projeto pastoral o que se afirma na profecia de Jeremias, «dar-vos-ei pastores segundo o meu coração» (Jr 3, 15). Apresentaremos algumas notas históricas sobre a devoção ao Coração de Jesus e, depois, debruçar-nos-emos sobre os seus ecos nos escritos de D. Manuel Gonçalves Cerejeira dirigidos ao clero.

A devoção ao Coração de Jesus marcou a espiritualidade católica de forma intensa até meados do séc. XX. São vários os santos que, nos séculos XVI e XVII, se referem ao Coração de Cristo (por exemplo, S. Francisco de Sales e S. João Eudes). Mas o caminho e incremento seria dado por Santa Margarida Maria de Alacoque,

---

<sup>454</sup> OP IV, 227.

<sup>455</sup> OP IV, 227.

<sup>456</sup> OP V, 268-269.

<sup>457</sup> OP VI, 95-96.

religiosa visitandina, nascida em França em 1647, que viveu no convento de Paray-le-Monial. Santa Margarida Maria recebeu várias revelações místicas de Jesus. «A importância das revelações de Cristo a Santa Margarida está no fato de, de um modo muito particular e extraordinário, Deus ter querido atrair a si a contemplação do Amor infinito que tem pelos homens. É este o significado profundo desta devoção»<sup>458</sup>, afirma Maria João da Câmara. Neste sentido, a devoção ao Coração de Jesus, que surge no contexto do combate ao jansenismo<sup>459</sup>, mais não é que o deixar-se atrair por esse Coração que tanto amou a humanidade. O culto ao Sagrado Coração de Jesus chegou a Portugal por via de padres jesuítas. D. Maria I (1777-1816) pediu autorização ao papa Pio VI para que se celebrasse em Portugal a festa do Coração de Jesus.

A devoção ao Sagrado Coração difundiu-se ao longo dos séculos XVIII e XIX, como se constata: construção da Basílica da Estrela, dedicada ao Coração de Jesus, expansão do Apostolado da Oração, a vida intensa da Beata Maria Droste Zu Vissering e a consagração do mundo ao Coração de Jesus, a seu pedido, pelo papa Leão XIII. As aparições de Fátima, em 1917, vieram «reforçar, no nosso país e em circunstâncias muito concretas, a devoção ao Sagrado Coração de Jesus»<sup>460</sup>.

Um dos protagonistas apaixonados desta devoção foi o cardeal Cerejeira<sup>461</sup>. A devoção ao Coração de Jesus marcou a vida espiritual de Cerejeira, «o qual se propôs um catolicismo exigente quanto à vida interior, mas sem dispensa da devoção nem do ritual»<sup>462</sup>. D. Manuel Falcão, que trabalhou e colaborou com o patriarca Cerejeira, seja enquanto padre seja como bispo auxiliar, dá um belo testemunho da vivência espiritual do cardeal Cerejeira: «Temperamentalmente era um apaixonado: ativo, emotivo, secundário. Mas não o era menos espiritualmente: um apaixonado por Jesus Cristo, um apaixonado pelo Seu Coração divino e humano, expoente máximo do Amor infinito de Deus pelos homens»<sup>463</sup>. Na sua ação pastoral, incrementou o culto ao Coração de Jesus, o qual terá o seu momento alto na inauguração do monumento a Cristo-Rei, em 1959, em Almada, fruto dum voto feito pelo episcopado português.

---

<sup>458</sup> CÂMARA, M. J. – *Cristo Rei*, p. 35.

<sup>459</sup> O jansenismo foi um movimento dogmático, moral, disciplinar e político, de cariz rigorista, nomeadamente no que se refere à prática sacramental, que marcou o catolicismo nos sécs. XVII e XVIII. (Cfr. PACHO, E. – Jansenismo. In *DICCIONARIO de Espiritualidad*. Tom. 2. Barcelona: Editorial Herder, 1983, pp. 367-371; MÖRSDORF, Klaus – Jansenismo. In AAVV - *Sacramentum Mundi: enciclopédia teológica*. Tom. 4. Barcelona: Editorial Herder, 1973, pp. 2-11.)

<sup>460</sup> CÂMARA, M. J. – *Cristo Rei*, p. 37.

<sup>461</sup> Cfr. CÂMARA, M. J. – *Cristo Rei*, p. 3.

<sup>462</sup> MATOS, L. S. - Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, 808.

<sup>463</sup> FALCÃO, M. F. - O Cardeal Cerejeira, pastor da Igreja lisbonense, 92.

D. Manuel Gonçalves Cerejeira procurou sempre relacionar-se com os seus padres e incutir-lhes este amor ao Coração de Jesus. É assim que em 1930, a partir de Paray-le-Monial, na carta dirigida ao governador do patriarcado, lê-se: «Por ele [clero] especialmente me ofereço ao Coração misericordioso do Senhor [...]. O Clero constitui, desde hoje, a minha família no Coração de Cristo»<sup>464</sup>. A relação nova que procurou estabelecer com o clero e a exigência de santidade que lhe impunha brotavam desta profunda intimidade com o Coração de Cristo. A formação nos seminários do patriarcado foi moldada por esta espiritualidade, como se constata nos estatutos do Seminário dos Olivais<sup>465</sup>.

Cerejeira era cioso da santificação dos seus sacerdotes e, por isso, quer que o clero novo que sai dos seminários seja «segundo o Coração de Jesus»<sup>466</sup>. O caminho da santidade é um caminho de conversão do coração humano ao Coração de Cristo. A vida espiritual do sacerdote deve ser guiada também por este dinamismo de conversão. O cardeal Cerejeira dirigia-se nos seguintes termos aos seus padres: «conformardes interiormente o vosso coração com o Coração de Cristo – se quereis ser sacerdotes segundo Jesus Cristo»<sup>467</sup>.

O mundo secularizado e paganizado, onde o ateísmo militante crescia, exigia padres profundamente identificados com Cristo, com vida espiritual intensa e testemunho de vida forte. O cardeal Cerejeira caracterizava o padre segundo o Coração de Deus nestes termos: «Padre que derreta o gelo da incredulidade pelo ardor da sua Fé e pela virtude da sua oração; padre que vença o sensualismo pela candura da sua pureza angélica; padre que confunda a cupidez desenfreada dos bens terrenos pela vitória do seu total despreendimento»<sup>468</sup>. Foi este o modelo de padre que propôs ao seu clero, que dê profundo testemunho de Cristo, de modo a que os homens «sintam em nós o Coração de Cristo»<sup>469</sup>. Aliás, o critério na relação com o mundo é medido na recusa de tudo aquilo que desfigure o testemunho de Cristo e do amor do Seu Coração, e, ao contrário, a aceitação de tudo aquilo que permite intensificar e expandir esse amor.

---

<sup>464</sup> *OP* I, 31-32.

<sup>465</sup> Cfr. *OP* III, 269.

<sup>466</sup> *OP* I, 345.

<sup>467</sup> *OP* I, 78.

<sup>468</sup> *OP* IV, 204.

<sup>469</sup> *OP* IV, 215.

### 3.4.2. Teologia do Sacerdócio

Antes de avançarmos sobre a teologia do sacerdócio dominante no pensamento de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, convém ter presente que a sua produção de teor exclusivamente teológica é pouco relevante. Desde que assumiu a missão pastoral de arcebispo de Mitilene e, seguidamente, de patriarca de Lisboa, dedicou-se quase exclusivamente à missão pastoral em Lisboa. Nos seus escritos encontramos ecos da sua teologia do sacerdócio, elaborada e concebida em sentido pastoral e espiritual, mais do que em sentido académico.

Sendo um homem do seu tempo, o cardeal Cerejeira insere-se no movimento de ressurgimento sacerdotal da primeira metade do séc. XX e, por isso, faz eco do que se ia aprofundando nesta matéria noutros contextos, os quais já abordámos e desenvolvemos atrás.

No entendimento anterior ao Concílio Vaticano II, o sacerdócio era exaltado como caminho de santificação, como “eleição” divina para reger a Igreja, o padre é concebido como *alter Christus*. O sacerdócio é presença “continuada e continuadora” do próprio Cristo, em ordem à salvação do mundo, «para que o reino de Deus venha a nós»<sup>470</sup>. Na primeira saudação que dirigiu aos seus padres e fiéis do patriarcado, em 1930, D. Manuel Cerejeira apresentou-se como enviado de Deus para junto deles. Na relação com o seu pastor, os fiéis e o clero devem ver o próprio Deus: «Sim, é a Deus que vós glorificais em mim, que represento aqui o seu Filho»<sup>471</sup>, diz o próprio patriarca.

O sacerdócio hierárquico é constitutivo do ser da Igreja. O papa, os bispos e os sacerdotes, cada um segundo a sua missão e grau, participam da missão que Cristo comunicou aos Apóstolos: «O que Cristo fundou como estado constitutivo da Igreja foi o sacerdócio católico; fundou-o sobre a rocha de Pedro e dos Apóstolos, do Papa e dos Bispos, para continuar no tempo e no espaço a Sua própria obra»<sup>472</sup>. E por ocasião da IV Semana das Vocações e Seminários, em 1946, dirigiu-se o cardeal Cerejeira nestes termos a todos os fiéis do patriarcado: «Deus não é conhecido senão por Cristo, Cristo não é conhecido senão pela Igreja, e a Igreja não é conhecida senão pelo magistério e ministério do Sacerdócio»<sup>473</sup>.

---

<sup>470</sup> OP I, 25.

<sup>471</sup> OP I, 7

<sup>472</sup> OP IV, 223.

<sup>473</sup> OP III, 179.

O cardeal Cerejeira, ao longo do seu pontificado, variadíssimas vezes falou da missão do bispo. É óbvia a afirmação de que os bispos são sucessores dos Apóstolos, recebendo a sua autoridade do Pontífice para exercerem a sua missão, tal era a conceção da época<sup>474</sup>. É do sacerdócio do bispo que brota toda a vida cristã na diocese, seja por sua ação direta, seja, principalmente, pelos “filhos” gerados do seu sacerdócio, os sacerdotes<sup>475</sup>. Fala, a este respeito, do bispo como «imagem do Pai»<sup>476</sup>, citando S. Inácio de Antioquia.

Relativamente à sua diocese, o bispo é “esposo”<sup>477</sup>. O cardeal Cerejeira vivia com profundidade esta relação esponsal com a Igreja de Lisboa. Entregou-se desde a primeira hora ao patriarcado: «Já me não pertenco: sou vosso»<sup>478</sup>. É o bispo quem exerce, em plenitude, os “múnus” de governar, ensinar e santificar<sup>479</sup>.

Lendo a primeira alocução ao clero por ocasião do primeiro aniversário de eleição para o patriarcado, em 1930, dirigia-se ao clero de Lisboa nos seguintes termos: «Irmãos, dedicados Cooperadores e fiéis Amigos»<sup>480</sup>. Ao longo do seu pontificado, repetidas vezes usou estes termos, os quais não eram mera ilustração literária, mas convicção profunda e prática na relação com o clero. Por detrás destas palavras, está a redescoberta da sacramentalidade do episcopado e da relação essencial existente entre o episcopado e o presbiterado.

Os sacerdotes são “cooperadores” da ordem episcopal. Não há comunicação ao clero em que o cardeal não use as palavras “irmãos”, “cooperadores” ou “amigos”. O sentido da cooperação dos sacerdotes ao seu ministério ultrapassava o âmbito jurídico, revestindo-se de profundo significado espiritual e afetivo. O bispo “chega” a todo o lado por meio da ação e ministério dos sacerdotes: «É convosco e por meio de vós que Nós o assistimos [ao rebanho], realizando plenamente a Nossa missão de o ensinar, santificar e governar em nome de Jesus Cristo»<sup>481</sup>. E são cooperadores do bispo por vocação e ofício, afirmava o cardeal Cerejeira<sup>482</sup>. O sacerdócio dos presbíteros nasce do sacerdócio do bispo e só em união ao bispo o podem exercer. Na conceção do

---

<sup>474</sup> Cfr. *OP* I, 18.

<sup>475</sup> Cfr. *OP* V, 356.

<sup>476</sup> *OP* V, 360.

<sup>477</sup> Cfr. *OP* V, 359.

<sup>478</sup> *OP* I, 12.

<sup>479</sup> Cfr. *OP* I, 13.

<sup>480</sup> *OP* I, 29.

<sup>481</sup> *OP* I, 35.

<sup>482</sup> Cfr. *OP* I, 35.



sacramento da ordem em poder de ordem e poder de jurisdição, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, num claro apelo à unidade dos seus padres à sua pessoa, refletia claramente a teologia sacerdotal dominante: «No poder de ordem, pois só o podeis exercer em comunhão connosco [...] E na missão jurisdicional, pois a vossa não é senão a Nossa própria, na medida, no tempo e no lugar que vo-la cometemos»<sup>483</sup>.

Esta cooperação dos sacerdotes ao ministério do bispo, o cardeal Cerejeira compreendeu-a também como cooperação e participação nos três múnus. Afirma-o em 1930: «Vós sois connosco os supremos educadores do nosso povo. [...] Vós sois os pontífices, que restabeleceis a comunicação de amizade entre os homens e Deus. [...] Vós sois ministros de Jesus Cristo, que continuais no mundo, para salvação dele, a obra do Senhor»<sup>484</sup>.

O sacerdote é um *alter Christus* e mediador entre Deus e os homens. Os sacerdotes caminham no mundo «cercados de anjos», pois «incorporados em Cristo», afirmava Gonçalves Cerejeira, em 1961, por ocasião do seu jubileu sacerdotal<sup>485</sup>. Reparemos no tom exaltativo em que ele louva o sacerdote: «Vós tocais no Céu, e enobreceis tudo convosco»<sup>486</sup>. Nesta identificação do sacerdote com Cristo, no seu sacerdócio e na sua missão, o padre é «prolongamento vivo na história»<sup>487</sup> do próprio Jesus. O cardeal Cerejeira, no seu apelo constante à santidade do seu clero, pretende auxiliá-lo a uma vivência mais profunda do carácter sacramental de que está revestido. E aqui cabem perfeitamente as próprias palavras do cardeal Cerejeira, resumindo o seu programa para o clero: «Tudo o que acaba de se dizer, resume-se em poucas palavras, como nosso ideal, nosso programa, nossa vida de sacerdotes: catolicizar-nos, cristificar-nos, divinizar-nos»<sup>488</sup>.

### 3.4.3. Sacerdotes “episcopais”, unidos num “presbitério”

Foi intenção de D. Manuel Gonçalves Cerejeira criar um novo estilo nas relações do bispo com os seus padres, de modo a serem «mais pessoais, mais fraternas, mais

---

<sup>483</sup> *OP* I, 37.

<sup>484</sup> *OP* I, 43.

<sup>485</sup> Cfr. *OP* VI, 105.

<sup>486</sup> *OP* I, 43.

<sup>487</sup> *OP* I, 44.

<sup>488</sup> *OP* IV, 243.

confiantes, mais frequentes»<sup>489</sup>. O cardeal Cerejeira via o clero como “família sacerdotal”, como “presbitério”. No primeiro aniversário do início do seu pontificado em Lisboa, o cardeal Cerejeira dedicou estas palavras ao seu clero, numa evidente demonstração de familiaridade e de comunhão para com os seus padres: «O Clero constitui, desde hoje, a minha família no Coração de Cristo. Quero, pois, que seja dele o que é meu»<sup>490</sup>.

No entendimento e visão dos sacerdotes como cooperadores do bispo, D. Manuel Gonçalves Cerejeira falava da unidade do bispo com o clero, no sacerdócio, na missão, no sacrifício eucarístico, no culto<sup>491</sup>. Repetidas vezes falou o cardeal Cerejeira da unidade sacerdotal, tendo por base a oração sacerdotal de Jesus na Última Ceia: «Porque a nós sacerdotes dizia respeito, em primeiro lugar, a oração do Senhor na hora suprema da Sua despedida no Cenáculo, quando instituiu o sacerdócio – “que todos façamos um”»<sup>492</sup>. Chegou, a respeito disto, a referir o tom sacramental que essa união carrega<sup>493</sup>.

A união do clero ao seu bispo foi aspeto muito valorizado pelo cardeal Cerejeira. Nos estatutos do Seminário dos Olivais, várias vezes se refere a necessidade dessa comunhão e até devoção hierárquica: «Destinando-se o Seminário a formar os mais imediatos cooperadores do Cardeal Patriarca de Lisboa, deve cultivar-se escrupulosamente na alma dos alunos a mais íntima união de espírito e de coração com o seu Bispo»<sup>494</sup>, pois o bispo é o pai espiritual da diocese.

Na primeira saudação ao clero, em 1930<sup>495</sup>, em vários pontos que sintetizam e programam o entendimento e ação de D. Manuel Cerejeira com o seu clero, refere-se aos sacerdotes como «associados» no seu ministério, lembra-lhes que formam “um só”, manifesta-lhes um «sincero agradecimento», um sentimento de «profunda veneração», uma grande estima.

Em 1954, por ocasião do encontro anual com o seu clero e pelo vigésimo quinto aniversário de eleição para patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira falava aos seus “irmãos sacerdotes”, referindo-se à sua unidade enquanto “Presbitério”: «Para vós, em

---

<sup>489</sup> NEVES, M. – *In Memoriam*, p. 44.

<sup>490</sup> *OP I*, 33.

<sup>491</sup> Cfr. *OP I*, 39.

<sup>492</sup> *OP VI*, 57.

<sup>493</sup> Cfr. *OP IV*, 199.

<sup>494</sup> *OP IV*, 279.

<sup>495</sup> Cfr. *OP I*, 29-62.

especial, que constituís, segundo a linguagem antiga, o meu “presbitério”, coroa de sacerdotes associados à minha missão de pontífice, mestre e rei»<sup>496</sup>. E do seu “presbitério”, deve o bispo cuidar bem dele<sup>497</sup>.

À época a concelebração limitava-se à missa de ordenação, em que os neo-presbíteros concelebravam com o ordinante. Por isso, por ocasião das suas bodas de prata enquanto patriarca de Lisboa, vários sacerdotes celebraram, cada um em seu altar, ao mesmo tempo que o patriarca celebrava no altar-mor. Referindo-se ao sentimento de união com o seu “presbitério” nesse momento, em belas palavras disse o cardeal Cerejeira:

«Neste comovente ato de celebração simultânea em redor do altar do Patriarca que vos comunicou o Sacerdócio de Cristo – foi vossa intenção tornar manifesta a unidade do sacerdócio católico. Mais manifesta seria ainda o sinal, atrever-me-ei a dizer, o sacramento desta unidade, se nos fosse permitido concelebrar, numa só Missa, como no dia da vossa sagração e ordenação. Mais manifesta o sinal, não seria mais real, porém, a unidade»<sup>498</sup>.

O fundamento desta profunda unidade é a unidade do sacerdócio de Cristo.

Depois do Concílio Vaticano II, o cardeal Cerejeira falou da “família sacerdotal” como “presbitério”, expressão utilizada nos documentos conciliares. Assim o fez na convocação da I Assembleia do Clero, em 1966<sup>499</sup>. À luz dos textos conciliares aprofundará a natureza sacramental e ontológica da união do bispo com os seus presbíteros<sup>500</sup>. Falando dessa união, «ela requer, não apenas uma união externa jurídica, do “corpo”, mas verdadeira comunhão do coração»<sup>501</sup>. Para traduzir a profundidade dessa relação exprime-se com o pronome “nós”, pois «quando o Bispo e os Presbíteros dizem *nós*, “cordialmente” unidos, evocam afinal o mistério da presença sacerdotal do Senhor»<sup>502</sup>. D. Manuel Gonçalves Cerejeira aprofundou, então, a união e o sentido da cooperação dos sacerdotes em relação ao ministério do bispo. Os presbíteros estão numa

---

<sup>496</sup> *OP V*, 355.

<sup>497</sup> Cfr. *OP V*, 192.

<sup>498</sup> *OP V*, 354.

<sup>499</sup> Cfr. *OP VII*, 265.

<sup>500</sup> Cfr. CEREJEIRA, M. G. – *A crise da Igreja*, p. 33.

<sup>501</sup> *OP VII*, 18-19.

<sup>502</sup> *OP VII*, 19.

dependência «intrínseca, sacramental e ministerial»<sup>503</sup> em relação à ordem episcopal, participando da sua missão e sacerdócio. Num tom forte, em tempos que já eram de crise, falava da obediência ao bispo, sinal da unidade, sinal do “nós” sacerdotal:

«A obediência, na unidade do sacerdócio e da missão com o Bispo, é a condição da realização daquilo que o sacerdote diocesano é: participante em grau menor do sacerdócio e da missão do Bispo; fidelidade pois a si próprio. Mais, esta unidade, todos um em Cristo como o Senhor com o Pai, é o sinal, como o Senhor mesmo anunciou, pelo qual os homens acreditarão em Jesus Cristo»<sup>504</sup>.

E assumindo a compreensão apresentada na constituição dogmática *Lumen Gentium* sobre o primado e a colegialidade, tema deveras polémico entre os padres conciliares, afirmou D. Manuel Gonçalves Cerejeira:

«Por divina instituição, a S. Pedro sucedeu o Papa, e aos Apóstolos os Bispos: - o Papa, Vigário de Cristo, com jurisdição “suprema, plena, imediata e universal” sobre toda a Igreja; e os Bispos diocesanos, não como vigários do Romano Pontífice, mas também eles “vigários e legados de Cristo”, àqueles sujeitos, com autoridade “própria, ordinária e imediata” sobre as suas Dioceses»<sup>505</sup>.

O bispo é vínculo visível da unidade, é por ele que o sacerdote está unido à Igreja<sup>506</sup>.

Falando da realidade por ele já intuída do presbitério, e agora definida pelo Concílio, disse que «antes de ser uma realidade canónica, o Presbitério nasce da plenitude da consagração e da missão apostólica do Bispo, que pelo sacramento da ordem torna os Sacerdotes participantes do seu sacerdócio, e pelo ministério os associa à sua missão»<sup>507</sup>. Brotando da nova compreensão da relação entre Bispo e presbítero, o Conselho Presbiteral sugerido pelo Concílio foi visto pelo cardeal Cerejeira como meio e modo de facilitar o diálogo cooperante com os sacerdotes. Afastou qualquer tipo de

---

<sup>503</sup> OP VII, 21.

<sup>504</sup> CEREJEIRA, M. G. – *Cartas de Roma*, p. 44-45.

<sup>505</sup> CEREJEIRA, M. G. – *Cartas de Roma*, p. 79.

<sup>506</sup> Cfr. CEREJEIRA, M. G. – *Cartas de Roma*, p. 41.

<sup>507</sup> OP VII, 23.

semelhança entre este conselho e o Colégio Episcopal unido ao papa<sup>508</sup>, pois «é um só poder, o episcopal, rodeado do senado dos seus conselheiros e cooperadores, em nome de Cristo»<sup>509</sup>.

A sua preocupação pela unidade da família sacerdotal manifestar-se-á nos tempos difíceis de finais da década de 1960. O caso do Pe. Felicidade Alves, a crise do Seminário dos Olivais, as reuniões dos padres da “Tribuna Livre” obrigaram o cardeal Cerejeira a lembrar o vínculo de unidade, de obediência, assim como a reafirmar a autêntica identidade do sacerdote e o seu lugar na Igreja e na sociedade.

#### **3.4.4. «O padre e a hora atual»**

O patriarcado de Lisboa, na década de 1930, era um “edifício em ruínas”. D. Manuel Gonçalves Cerejeira teve de enfrentar esta situação e dar-lhe solução. O seu projeto pastoral de restauração religiosa foi concebido e concretizado sob o signo da “reconquista”, termo usado nas décadas de 1930 e 1940. *Adveniat regnum tuum* foi seu lema pastoral.

O clero foi, como já se disse, elemento fundamental deste projeto, fruto, evidentemente, da compreensão eclesiológica da época. «A maneira eficaz de reconquistar todo o prestígio que, para bem da Igreja e de Portugal, precisa de gozar, está em impor-se pela santidade e por uma cultura superior»<sup>510</sup>, afirmou o cardeal Cerejeira. Aos padres competia “brilhar” no mundo, no meio de todos os homens, levando a cada um deles a verdade de Deus, pois «hoje em dia a consciência cristã [...] é mais exigente do que nunca a respeito da santidade do Clero»<sup>511</sup>.

#### **A) O padre diante da descristianização e do ateísmo militante**

Na lógica da “reconquista”, o cardeal Cerejeira, em discurso ao clero sobre a Ação Católica, no ano da sua fundação em Portugal (1933), referiu que «o mundo moderno tem de ser reconquistado para Cristo»<sup>512</sup>, e justifica: «primeiro, porque Deus

---

<sup>508</sup> Cfr. *OP* VII, 26.

<sup>509</sup> CEREJEIRA, M. G. – *A crise da Igreja*, p. 35.

<sup>510</sup> *OP* I, 167.

<sup>511</sup> *OP* IV, 201.

<sup>512</sup> *OP* I, 104.

não é conhecido, nem amado nem servido»<sup>513</sup>, e «segundo, porque até no ponto de vista puramente humano se verifica que, sem Cristo, a civilização não pode subsistir»<sup>514</sup>.

Em termos pastorais, o patriarcado encontrava-se numa situação aflitiva. Na carta pastoral sobre o problema do clero, de 1935, refere que «questão de vida ou de morte é a do recrutamento do Clero»<sup>515</sup>. O cardeal Cerejeira, no mesmo texto, afirma em tom aflitivo: «a verdade, a aflitiva verdade, é que, por falta de sacerdotes, o Evangelho não é já pregado à maior parte da população do Patriarcado, que outrora o pregou ao mundo»<sup>516</sup>. Assim sendo, os sacerdotes, nessa hora difícil, são chamados a ser santos, porque só a santidade é que converte o mundo. Face à falta de clero e à sobrecarga de trabalho, D. Manuel Gonçalves Cerejeira elogiou o trabalho de tantos sacerdotes dedicados, nesses primeiros tempos da sua missão pastoral em Lisboa<sup>517</sup>. Sabe que o clero do patriarcado é um clero mártir, espoliado e sacrificado<sup>518</sup>.

Mas as exigências do tempo não se resumiam à circunstância pastoral. A par da descristianização e até paganização das populações, viviam-se tempos de afirmação dos totalitarismos e do ateísmo militante, «que loucamente pretende formar sem Deus o homem novo e a sociedade livre e feliz»<sup>519</sup>. Passados os tempos atribulados da Primeira República em Portugal, em que o anticlericalismo fez lei e até muitos clérigos se imiscuíram na política, o cardeal Cerejeira desejava que o seu clero fosse isento em termos políticos. Em 1932, por ocasião do terceiro aniversário da sua eleição para o patriarcado, dirigiu uma carta aos seus padres sobre a ação política e social. Pedia aos padres que não se envolvessem em atividades de teor político, pois somente devem estar empenhados na sua missão evangelizadora e apostólica:

«Para vos dardes inteiramente à extensão do reino de Deus na nossa Pátria, tendes renunciado a tantas atividades legítimas, e nomeadamente à ação puramente política, que para vós, como cidadãos, era um direito, e para muitos é um dever. A vossa política é a do padre-nosso: - fazer Deus conhecido, amado e servido, e ensinar os homens a viver como cristãos»<sup>520</sup>.

---

<sup>513</sup> *OP I*, 104.

<sup>514</sup> *OP I*, 104.

<sup>515</sup> *OP I*, 143.

<sup>516</sup> *OP I*, 143.

<sup>517</sup> Cfr. *OP I*, 145.

<sup>518</sup> Cfr. *OP I*, 46.

<sup>519</sup> *OP IV*, 205.

<sup>520</sup> *OP I*, 93.

Respondendo à campanha anticlerical, que concebia uma religião sem clero, disse Gonçalves Cerejeira: «não é lícito opor Catolicismo e Clericalismo. Na Igreja de Cristo, é o Clero que recebeu a missão de ensinar, governar e santificar. Não se pode estar com a Igreja, estando separado dele»<sup>521</sup>. Exortou a lançar uma campanha clerical, campanha de santidade do clero, pois «só o esplendor da santidade poderá reconduzir a sentimentos de justiça tantos que verdadeiramente não sabem o que fazem, quando maldizem de vós»<sup>522</sup>.

O novo tipo de padre desejado por D. Manuel Gonçalves Cerejeira é um combatente contra a secularização e o comunismo. A propósito desta postura “combativa” do padre, o cardeal Cerejeira refere como deve ser a sua postura:

«Hoje o programa é diferente; melhor, é mais complexo: - já não basta conservar, é forçoso defender e conquistar. Defender a Fé abalada, com multiplicidade de obras que a amparem e robusteçam. E conquistar os espíritos e os corações, com a organização do apostolado, a demonstração da eficiência do Evangelho, a imitação fiel, heroica, de Cristo»<sup>523</sup>.

Gonçalves Cerejeira, no seu discurso relativo à secularização do clero, apoia-se nesta afirmação de Jesus: «Se viésseis do mundo, o mundo amaria o que é seu; mas, como não vindes do mundo, pois fui Eu que vos escolhi do meio do mundo, por isso é que o mundo vos odeia» (Jo 15, 19). Em breves palavras, encontramos a orientação seguida: por um lado, conhecer o mundo em que se vive e se atua; por outro, ter bem presente que “não se é do mundo”:

«Certamente, se queremos dar Deus ao mundo, temos de nos adaptar ao mundo: conhecê-lo, compreendê-lo, direi até, amá-lo. Daí a atualização constante duma ação sacerdotal, que deve ser presença divina. Mas adaptação não quer dizer conformação com o mundo»<sup>524</sup>.

---

<sup>521</sup> *OP I*, 93.

<sup>522</sup> *OP I*, 95.

<sup>523</sup> *OP IV*, 206.

<sup>524</sup> *OP IV*, 238.

Em alocução ao clero, intitulada «Algumas tentações do nosso tempo», de 1953, o cardeal Cerejeira alerta para várias situações que considera serem sinais de secularização do clero. «É a primeira das tentações – a primeira e a grande, aquela de que derivam todas as mais – a tentação de nos secularizarmos»<sup>525</sup>, assim se inicia o referido discurso aos sacerdotes do patriarcado. O padre foi “separado” do mundo e a sua vida deve-se guiar pela não conformação com este mundo. Apoia-se no magistério que lhe é contemporâneo, alertando para o perigo de se seguirem certas opiniões, certo teor de vida, até o modo de trajar. Em tempos de grande progresso material em que o progresso, o moderno, é apresentado como motor da história, Cerejeira afirmou, sem receio algum, que «o moderno, como critério, mata a verdade e a beleza, pois se funda no que passa, no efêmero»<sup>526</sup>. Refere igualmente as perigosas consequências para a religião da tentação de se conformar com o mundo: «com a tentação da adaptação descristianizadora para salvar (aqui está o engano) o cristianismo, anda junto quase sempre o prejuízo da ineficácia social do nosso sacerdócio»<sup>527</sup>.

Nas crises, abalos e confusões que se seguiram no patriarcado de Lisboa depois do Concílio Vaticano II, D. Manuel Gonçalves Cerejeira manifestou grande preocupação pela crise de identidade do clero. «À procura da figura do padre no mundo de hoje, entrou-se já no que foi chamado “a era dos grandes prefixos” (des-clericalização, des-sacralização, des-mitização) acabando-se quase sempre por desfigurar»<sup>528</sup>, lamenta o cardeal. Apesar de ter consciência da crise de identidade, não alinhou em cedências a uma pretensa secularização da figura do padre:

«Há na verdade um problema de adaptação do padre ao mundo hodierno. Este problema, porém, não é jamais de fazer que o padre deixe de ser padre. Pelo contrário, toda a adaptação é necessariamente para que ele seja padre, só padre, mais padre. O padre é sempre o mesmo na sua essência»<sup>529</sup>.

---

<sup>525</sup> OP IV, 233.

<sup>526</sup> OP IV, 236.

<sup>527</sup> OP IV, 239.

<sup>528</sup> CEREJEIRA, M. G. – *A crise da Igreja*, p. 39.

<sup>529</sup> CEREJEIRA, M. G. – *Cartas de Roma*, pp. 37-38.



É sempre a mesma tensão de que falou Jesus: estar no mundo e não ser do mundo (Cfr. Jo 17, 11ss).

Para combater o comunismo, D. Manuel Cerejeira apelou a um «catolicismo heróico», intensamente vivido, fiel às exigências da doutrina, devotado na construção e instauração do reinado social de Cristo. «Já foi notado que o ataque frontal do ateísmo ao Cristianismo nos obriga a uma purificação. [...] E não esqueçamos, nós padres, que todo o processo de acusação contra a Igreja nos visa em primeiro lugar, a nós seus ministros»<sup>530</sup>, lembrava o cardeal. O comunismo «é um verdadeiro anti-teísmo, positivo, construtor, operante; programa de edificação de um mundo novo, em que o homem toma o lugar de Deus»<sup>531</sup>. Afigura-se tentador para aqueles que vivem esvaziados de fé e vida religiosa e em dificuldades, face à promessa de um paraíso terreal. Impõe-se então, na oposição ao comunismo, que «se propõe fazer sem Cristo a redenção da humanidade»<sup>532</sup>, um anúncio convincente do Evangelho, começando pela vida sacerdotal. «O que a hora atual exige de nós, depois de bem a conhecermos e sentirmos, é uma vida heroica de dedicação e amizade pessoal a Nosso Senhor Jesus Cristo»<sup>533</sup>, ou seja, o padre, tendo bem presente os desafios exigentes do mundo, da sociedade e da cultura em que vive e se insere, tem de responder, primeiramente, com uma vida santa, pois, para muitos, eles são o rosto da Igreja.

«Certa tendência, manifestada a propósito do Concílio, de secularização do padre, seja no vestuário, seja no teor de vida, seja na disciplina, inclusive quanto à abolição do celibato, não irá contra o sentido do sacerdócio católico?»<sup>534</sup>, pergunta o cardeal. É assim que já desde o início da década de sessenta, o cardeal Cerejeira insiste em alguns pontos disciplinares relacionados com a vida dos sacerdotes. A secularização da vida do clero preocupava D. Manuel Gonçalves Cerejeira que a via como uma perigosa tentação<sup>535</sup>, pois o padre foi «tomado dentre os homens e constituído em favor dos homens [...] para totalmente se consagrar à obra para que Deus o assumiu»<sup>536</sup>. A questão do celibato foi alvo das atenções do patriarca Cerejeira. Em 1957, no habitual encontro com o seu clero a 18 de Novembro, o cardeal Cerejeira lembrou que o celibato

---

<sup>530</sup> OP V, 201.

<sup>531</sup> OP IV, 212.

<sup>532</sup> OP IV, 211.

<sup>533</sup> OP IV, 217.

<sup>534</sup> OP VI, 59.

<sup>535</sup> Cfr. OP IV, 233.

<sup>536</sup> OP VII, 38.

é dom, caminho de amor, «é libertação, é purificação, é elevação, é dilatação»<sup>537</sup>. Vivendo em celibato, o sacerdote torna-se mais livre para amar a Deus, pois a missão do sacerdote exige-lhe um grande amor. Já depois do concílio, lembrava o ensinamento do papa Paulo VI na encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*<sup>538</sup>. E nas *Cartas de Roma* lembrou que «o celibato é porventura o sinal “do reino do Céu” que mais impressiona o Mundo»<sup>539</sup>.

Outro aspeto refere-se ao uso do traje eclesiástico. Entendeu, na linha da tradição disciplinar da Igreja, que o traje eclesiástico é sinal de consagração. Lembrava a sua obrigatoriedade e as normas vigentes<sup>540</sup>. A propósito, lembrou igualmente que o teor geral de vida do padre, e não somente o exterior, deve ser sinal de consagração.

### **B) «Vós sois o sal da terra... vós sois a luz do mundo»**

O patriarca de Lisboa sabia muito bem que se “as palavras movem, os exemplos arrastam”. Não quer um clero medíocre, conformado, mas completamente dedicado ao apostolado, com intensa vida interior. Sabe, igualmente, que é pelo testemunho de vida que se converte o mundo e não somente por obras. Diz aos seus padres: «Mas ninguém se iluda. Quanto mais santo for o padre, quanto mais se assemelhar a Cristo, - mais combatido e odiado será por todos os que combatem e odeiam a Cristo!»<sup>541</sup>.

Em 1948, criticou aqueles que, querendo evangelizar o mundo, se assemelham a ele<sup>542</sup>. Para cristianizar o mundo, requer-se do padre, além de grande vida de santidade, uma importante dose de cultura e ciência, determinante na formação do clero e para o exercício do seu apostolado. Na redação dos estatutos do Seminário dos Olivais, verifica-se essa preocupação: «Sem prejuízo da ciência eclesiástica, deverá desenvolver-se a cultura geral dos alunos, que servirá de preparação e complemento daquela, sempre no fim de melhor formar o padre de hoje»<sup>543</sup>. Constatara-se igual preocupação na educação civil dos seminaristas, de modo que em tudo se exprima a «sublime dignidade do seu estado», evidente no porte, na atitude, nas maneiras, na simplicidade, pois «é

---

<sup>537</sup> OP V, 188.

<sup>538</sup> Cfr. PAULUS PP. VI, *Sacerdotalis caelibatus*, in AAS. 59 (1967) 657-697.

<sup>539</sup> CEREJEIRA, M. G. – *Cartas de Roma*, p. 43.

<sup>540</sup> Cfr. OP VII, 35-36.

<sup>541</sup> OP IV, 209.

<sup>542</sup> Cfr. OP IV, 203.

<sup>543</sup> OP III, 272.

necessária ao bom desempenho da sua missão»<sup>544</sup>. D. Manuel Cerejeira preocupa-se que a formação dos seminaristas não seja isolada dos tempos em que vivem.

O padre de paróquia, o “prior”, é um elemento fundamental na cristianização do patriarcado. O pároco com tal importância, conforme a teologia pastoral desse período, é assim concebido:

«O pároco é o último elo de uma cadeia que une o povo cristão com o Bispo e o Sumo Pontífice; canal por onde ordinariamente, se transmite aos membros do corpo místico da Igreja o influxo vivificante dos centros que Jesus Cristo instituiu para seu governo; pastor que está ou deve estar em contato direto com todos e cada um dos fiéis; aquele que agrega as almas ao rebanho de Cristo, que as apascenta, as guia, através dos caminhos da vida, até à morte»<sup>545</sup>.

Na obra *Paróquia: Comunidade missionária*, editada pela Ação Católica Portuguesa, cujo diretor nacional era D. Manuel Gonçalves Cerejeira, refere-se a importância da paróquia. Afirma-se também a necessidade da reconstrução espiritual das comunidades paroquiais, como focos de evangelização e de presença santificante no meio dos homens. O pároco tinha um papel fulcral, pois é o “chefe” da comunidade, seu guia espiritual. «Se a Igreja exige que o pároco resida no meio do seu povo, é para que a sua presença contínua, em toda a parte, seja a presença de Cristo, no seu apostolado de elevação, de santificação das almas»<sup>546</sup>, refere-se na já citada obra. A presença do pároco, do “prior”, junto do povo, na vida corrente e quotidiana das paróquias, é muito valorizada pelo cardeal Cerejeira.

Em 1935, o cardeal Cerejeira, a propósito da necessidade de reconstrução religiosa do patriarcado, afirmou que «a primeira obra dos novos párocos será fazer cristãos [...] esses párocos que em redor de Lisboa e por esse Ribatejo fora receberão a apostólica missão de fazerem reviver cemitérios»<sup>547</sup>. Décadas depois, volta a insistir com especial ênfase na problemática:

---

<sup>544</sup> OP III, 273.

<sup>545</sup> FERNANDES, Domingos A. – *Paróquia: Comunidade missionária*. Lisboa: Edição da Junta Central da Acção Católica Portuguesa, 1951, p. 36.

<sup>546</sup> FERNANDES, D. A. – *Paróquia*, p. 51.

<sup>547</sup> OP I, 161.

«O problema aqui, como em relação ao do Clero, põe-se nestes termos, tomando palavras célebres: ser ou não ser. Continuar ou não a ser cristã uma grande parte da gente que foi levar às diversas partes do mundo a Fé. Pesa sobre os cristãos do Patriarcado de Lisboa todo o peso desta pergunta: quando a África portuguesa for inteiramente cristã, não será pagã grande parte do Patriarcado?»<sup>548</sup>

Na carta pastoral em que se debruça sobre o problema das igrejas no patriarcado, a certa altura, e referindo-se ao papel do padre, afirma o cardeal Cerejeira que «o padre é Cristo passando entre os homens, luz do mundo e sal da terra»<sup>549</sup>, citando o evangelista João, e «é esta presença que converte as almas»<sup>550</sup>. Assim, para o patriarca de Lisboa importava implantar a Igreja, construindo novas igrejas e capelas, e erigindo paróquias. E Cerejeira tinha perfeita consciência de que a Igreja não acompanhou os movimentos sociais e demográficos verificados em Lisboa: «A descristianização das grandes concentrações humanas explica-se, em grande parte, por este facto: a igreja e o padre não acompanharam o movimento da população»<sup>551</sup>. Na carta pastoral *O grave problema das Igrejas no Patriarcado de Lisboa*, de 1959, fazia o diagnóstico da situação: até à reforma da divisão paroquial da cidade de Lisboa, no ano da referida carta pastoral, o número de paróquias somente acrescentava mais 6 relativamente a 1885, criadas por D. Manuel Cerejeira, enquanto «a população aumentara mais do dobro desde o princípio do século»<sup>552</sup>. São lançados grandes esforços para colmatar a carência de novas igrejas, combatendo as paróquias gigantes, pois estas «converteram-se em direções gerais de administração de sacramentos e obras várias»<sup>553</sup>. Ora, a paróquia é a “célula” da Igreja e precisa de ter as condições humanas e cristãs para que possa desempenhar com eficácia a sua missão. Uma das preocupações, no que se refere à dimensão da paróquia, é que haja a possibilidade do pároco conhecer o seu rebanho. «A paróquia engloba igreja, sacerdote e fiéis. [...] É família, é escola. Comunidade em que a ação sacramental e pastoral do pároco chega diretamente a todos os membros»<sup>554</sup>. D. Manuel Gonçalves Cerejeira tinha plena consciência que se a Igreja não se implanta entre os homens, a fé cristã tem poucas possibilidades de encarnar na vida destes, pois

---

<sup>548</sup> OP V, 88.

<sup>549</sup> OP V, 66.

<sup>550</sup> OP VI, 63.

<sup>551</sup> OP V, 65.

<sup>552</sup> OP V, 73.

<sup>553</sup> OP V, 69.

<sup>554</sup> OP V, 67-68.

«onde faltam o sacerdote, a igreja e a paróquia, morre a vida e logo a fé cristã»<sup>555</sup> e, por outro lado, «sempre que ele é um “homem de Deus”, é também uma graça para a paróquia, presença da Igreja, presença de Cristo»<sup>556</sup>.

Nos tempos imediatos ao encerramento do concílio, o patriarca Cerejeira alertava para o perigo de o padre se conformar com o mundo. Nesses tempos de confusão, em que tantos se entregavam por completo a atividades não eclesiais, o cardeal Cerejeira, apoiando-se nos textos conciliares, respondia a essas inquietações e confusões de tantos:

«Há diferença radical entre o padre no trabalho, como testemunho heróico de zelo sacerdotal junto de irmãos que não conhecem e não amam o Senhor, presença sacerdotal em vista do Reino de Cristo, hóstia pascal imolada com Cristo numa imolação de amor, Missa que se prolonga e continua na oblação e na comunhão sacrificial; e o padre empenhado na vida profana, à qual dá as preocupações maiores e habituais do espírito e do coração e à vida sacerdotal o resto, o padre que não tem tempo nem devoção para orar, para meditar, para estudar, funcionário de culto a horas livres, marginal à pulsação de amor da vida da Igreja»<sup>557</sup>.

Aqui é claramente evidente a elevada exigência de “autenticidade sacerdotal” que D. Manuel Gonçalves Cerejeira colocara aos seus padres. No texto acima citado, percebe-se que todo o ministério, apostolado e trabalho do sacerdote ou brotam da centralidade da sua consagração, sendo «testemunho heróico», ou então reduzem-no a um mero «funcionário de culto a horas livres».

O novo tipo de padre que D. Manuel Gonçalves Cerejeira pretendia formar, já o dissemos, é o padre “sábio e santo”. Nas suas variadas alocuções ao clero indica elementos e atitudes preciosas para que os seus sacerdotes se aperfeiçoem na santidade. Logo em 1931 redigiu uma carta ao clero sobre a santidade sacerdotal, como atrás já se aludiu.

O cardeal Cerejeira queria, e enquadrando-se na linha do cardeal Mercier e do movimento litúrgico, que os seus padres tenham uma espiritualidade profundamente

---

<sup>555</sup> *OP V*, 65.

<sup>556</sup> *OP VI*, 80.

<sup>557</sup> CEREJEIRA, M. G. – *A crise da Igreja*, p. 42.

litúrgica e eucarística. Os estatutos do Seminário dos Olivais refletem essa preocupação, quando dizem que «respeitando e amando todas as devoções aprovadas, pôr-se-á acima de todas, não só na estima teórica mas ainda na piedade prática, o Santo Sacrifício da Missa, e logo em segundo lugar o Ofício Divino»<sup>558</sup>. Para isto, muito importou a ação desenvolvida pelo Mons. Pereira dos Reis, enquanto reitor do respetivo seminário.

Na linha do grande apelo ao testemunho autêntico e à vida santa dos sacerdotes, o cardeal Cerejeira exortou à vida simples e austera dos seus padres, por oposição ao padre tantas vezes caricaturado na literatura anticlerical<sup>559</sup>. A pobreza constitui, para o cardeal, «uma virtude sacerdotal por excelência»<sup>560</sup>, fundamental para que os homens adiram a Cristo<sup>561</sup>. Aliás, a preocupação por certa comodidade de vida e pelos bens materiais é entendida pelo cardeal como uma “miséria” que mancha o clero<sup>562</sup>; e o ideal de pobreza do padre reveste-se de particular impacto no testemunho sacerdotal.

Em 1961, D. Manuel Gonçalves Cerejeira falava sobre a condição material do clero e aponta princípios orientadores. Primeiramente lembra que a remuneração material do clero só tem como fim «garantir-lhe as condições de vida para se dedicar inteiramente à sua missão de serviço de Deus e do próximo»<sup>563</sup>, afastando qualquer tipo de apreço pela riqueza. Aliás, dirige palavras duras àquele sacerdote que entende o sacerdócio como carreira e meio de elevação da vida<sup>564</sup>, vendo-o como “traidor”. A propósito, o cardeal Cerejeira lembrava os princípios canónicos a respeito da “côngrua sustentação”, apoiando-se inclusivamente nos cânones do Sínodo Romano, realizado por João XXIII. No período posterior ao Vaticano II, na Mensagem dirigida pelo Episcopado ao clero, e num tom muito prático, diz-se que «especialmente na habitação e nos transportes, os sacerdotes devem harmonizar os aspetos práticos e eficientes das coisas com a dignidade e carácter sagrado da sua pessoa e do seu ministério»<sup>565</sup>, sendo a sua vida quotidiana sinal da sua consagração sacramental, como *alter Christus*. Aliás, o cardeal Cerejeira chega a referir-se ao testemunho e ministério sacerdotais como «de certo modo, “uma presença eucarística”»<sup>566</sup>.

---

<sup>558</sup> OP III, 275.

<sup>559</sup> Cfr. OP IV, 217.

<sup>560</sup> OP IV, 206.

<sup>561</sup> Cfr. OP IV, 220.

<sup>562</sup> Cfr. OP V, 146.

<sup>563</sup> OP VI, 70.

<sup>564</sup> Cfr. OP VI, 73.

<sup>565</sup> OP VII, 36.

<sup>566</sup> CEREJEIRA, M. G. – *Cartas de Roma*, p. 38.

A pobreza, a caridade e a justiça devem guiar a condição material dos padres. Enquadra na linha da vida simples do clero a vida comunitária dos sacerdotes, que tem como «um *sacramento* da defesa, cultura e comunhão da vida sacerdotal»<sup>567</sup>.

---

<sup>567</sup> *OP VI*, 79.

## CONCLUSÃO

D. Manuel Gonçalves Cerejeira mereceu, sem dúvida, o título, inscrito no seu busto no Seminário dos Olivais, «um bispo que amou o seu clero»<sup>568</sup>. Num mundo conturbado, externa e internamente, em que grandes pontífices guiaram a Igreja, o cardeal Cerejeira, no seu contexto e circunstância, foi um digno representante do movimento de ressurgimento sacerdotal da primeira metade do séc. XX.

As décadas que compreendem a vida de D. Manuel Gonçalves Cerejeira englobam uma grande parte do séc. XX português. O final do séc. XIX e as primeiras décadas do séc. XX foram um período muito instável na vida social e eclesial portuguesa. A Primeira República não resolveu, mas ampliou esta situação. Criou um ambiente de grande hostilidade ao catolicismo. Contrariamente às expectativas do regime republicano, a perseguição religiosa serviu para revigorar as hostes católicas. As aparições de Fátima de 1917 foram um acontecimento decisivo na recomposição do catolicismo português. O Concílio Plenário Português de 1926, a Ação Católica Portuguesa, a Concordata de 1940 constituíram marcos fundamentais no novo quadro eclesial português.

O ambiente hostil da Primeira República marcou-lhe uma personalidade forte e militante. O cardeal Cerejeira, movido pelo seu lema episcopal *adveniat regnum tuum*, levou a cabo uma grande obra de renovação e reconstrução pastoral, especialmente no patriarcado de Lisboa, mas também no resto do país, embora com um impacto diferente (basta lembrar que ocupou o cargo de Diretor-geral da ACP durante décadas). O cardeal Cerejeira, como o atestam os factos e dados disponíveis, alterou a realidade eclesial do patriarcado. A grande preocupação que teve pelo seu clero manifesta a clareza das suas preocupações e opções pastorais. Estava plenamente consciente do papel e missão do padre, num mundo que vivia grandes transformações. Foi, neste campo, um digno representante do movimento de ressurgimento da espiritualidade sacerdotal que antecedeu o Concílio Vaticano II.

Os finais do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX constituíram um período de ressurgimento sacerdotal, tanto ao nível da reflexão teológica e doutrina, como ao nível da espiritualidade. Juan Esquerda Bifet sintetiza-o com as seguintes palavras:

---

<sup>568</sup> NEVES, M. – *In Memoriam*, p. 68.



«A finais do século XIX e a princípios do século XX tem lugar um ressurgir da doutrina sacerdotal, graças a eminentes pastores e teólogos que, recorrendo à doutrina de séculos anteriores, procuraram um avanço na teologia e, especialmente, na espiritualidade e na renovação sacerdotal. [...] Os ensinamentos pontifícios sobre o sacerdócio animaram, canalizaram, garantiram e aproveitaram este aprofundamento doutrinal»<sup>569</sup>.

Nos escritos de D. Manuel Cerejeira encontramos a teologia sacerdotal dominante na época, numa clara valorização da compreensão cultural e sacramental do sacerdócio. A teologia do sacerdócio assentava, por um lado, na configuração que o Concílio de Trento havia fornecido; por outro lado, enriquecia-se com os desenvolvimentos da espiritualidade e da teologia, com a redescoberta do episcopado, plenitude do sacramento da Ordem, e do sacerdote como pastor. O sacerdote, ministro de Deus e da Igreja, autêntico *alter Christus*, numa Igreja que ainda se compreendia como sociedade visível e perfeita, assume um papel muito relevante e determinante. Essa marca de visibilidade é reforçada pela doutrina do carácter sacerdotal. A compreensão da Igreja como Corpo Místico de Cristo, trouxe à reflexão teológica o entendimento do sacerdócio exercido em favor de toda a Igreja. Assistiu-se, assim, ao desenvolvimento da teologia que levará à afirmação da sacramentalidade do episcopado no Vaticano II, vai marcando a teologia sacerdotal da primeira metade do séc. XX. O bispo, no entendimento gradativo da ordem, possui a plenitude do sacerdócio, pois é o único capaz de administrar todos os sacramentos. Daqui decorre, que o sacerdócio presbiteral é cada vez mais entendido na sua relação com o bispo.

Na linha dos pronunciamentos do Magistério, na apresentação do cura d'Ars como modelo do sacerdote, na influência exercida pelo cardeal Mercier, inseriu-se a ação do cardeal Cerejeira. A crise de identidade sacerdotal que se seguiu ao Concílio Vaticano II mereceu comentário e reação da parte dele, pois teve de enfrentar na sua diocese situações muito difíceis.

Na linha de Pio XI, D. Manuel Gonçalves Cerejeira pretendia “reconquistar” a sociedade para Cristo. O desenvolvimento da Ação Católica e a valorização do clero do patriarcado foram duas grandes linhas da sua ação pastoral. À semelhança de João XXIII, que na *Sacerdotii nostri primordia* reconhece a influência no seu percurso sacerdotal dos protagonistas e eventos do movimento de ressurgimento sacerdotal,

---

<sup>569</sup> ESQUERDA BIFET, J. – *Teologia del Sacerdocio*, p. 168.

também o cardeal Cerejeira o faz. Foi um homem do seu tempo, partilhando as mesmas preocupações e planos que estavam em desenvolvimento no contexto eclesial da época.

A santidade sacerdotal foi claramente o tema dominante nas intervenções de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Podemos aliás afirmar que tudo o que diz aos seus padres tem na base a preocupação pela santidade das suas vidas. Só o padre santo converte o coração dos homens, é proposição da qual está plenamente convencido o cardeal Cerejeira.

Ao iniciar este trabalho, tínhamo-nos proposto desenvolver e aprofundar os elementos de espiritualidade sacerdotal que brotaram do ministério de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Foi preocupação contextualizar com relativa profundidade o período e ambiente em que viveu. Embora já em alguns lugares se tivesse abordado o assunto, este trabalho permitiu-nos desenvolver, aprofundar e concretizar um estudo que alargasse o que fora dito.

“Padres sábios e santos” que brilhem no meio da sociedade e do mundo como *alter Christus*, mergulhados no apostolado, com profunda vida interior, construtores do reino de Deus. D. Manuel Gonçalves Cerejeira foi «um bispo que amou o seu clero»<sup>570</sup>.

---

<sup>570</sup> NEVES, M. – *In Memoriam*, p. 68.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. Fontes

*ARQUIVO Histórico do Patriarcado de Lisboa*. Fundo D. Manuel Gonçalves Cerejeira, 14º Patriarca de Lisboa: Secretaria Particular, Produção literária, escritos e documentos pessoais, Discursos, homilias e mensagens, 014.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *A crise da Igreja: conferências feitas ao conselho presbiteral do Patriarcado de Lisboa nos dias 4, 5 e 6 de Março e 1 e 2 de Julho de 1969*. Lisboa: União Gráfica, 1969.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Cartas de Roma: Concílio Ecuménico Vaticano Segundo*. Lisboa: União Gráfica, [1966].

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Na hora do diálogo: resposta a muitas questões*. Lisboa: União Gráfica, 1967.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras Pastorais*. 7 vol. Lisboa: União Gráfica, 1936-1970.

### 2. Magistério

BENEDICTUS PP. XV – *Codex Iuris Canonici*, in AAS 09 II (1917) 2-594.

BENEDICTUS PP. XVI – *Allocutione ad Congressum Theologicum Internationalem a Congregatione pro Clero paratum*, in AAS 102 (2010) 240.

IOANNES PAULUS PP. II – *Epistulae ad universos Ecclesiae Sacerdotes, adveniente Feria V in Cena Domini*, in AAS 71 (1979) 393-417.

IOANNES PP. XXIII – *Sacerdoti nostri primordia*, in AAS. 51 (1959) 545-579.

LEONE PP. XIII – *Depuis le jour*, in ASS. 32 (1899-1900) 193-213.

LEONE PP. XIII – *Fin dal principio*, in ASS. 35 (1902-1903) 257-265.

PAULUS PP. VI – *Regimini Ecclesiae universalis*, in AAS. 59 (1967) 885-929.

PAULUS PP. VI, *Sacerdotalis caelibatus*, in AAS. 59 (1967) 657-697.

PIUS PP. X – *Haerent animo*, in ASS. 41 (1908) 555-577.

PIUS PP. X – *Quam singularis*, in AAS. 2 (1910) 577-583.

PIUS PP. X – *Sacra Tridentina Synodus*, in AAS. 2 (1910) 894-898.

PIUS PP. X – *Sapienti Consilio*, in AAS. 1 (1909) 7-19.

PIUS PP. X – *Tra le Sollicitudini*, in ASS. 36 (1903-1904) 329-338.

PIUS PP. X – *Vehementer nos*, in ASS. 39 (1906) 3-16.

PIUS PP. XI – *Ad Catholici Sacerdotii*, in AAS. 28 (1936) 5-53.

PIUS PP. XI – *Mystici Corporis*, in AAS. 35 (1943) 193-248.

PIUS PP. XI – *Quas primas*, in AAS 17 (1925) 593-610.

PIUS PP. XII – *Mediator Dei*, in AAS. 39 (1947) 521-595.

PIUS PP. XII – *Menti mostrae*, in AAS. 42 (1950) 657-704.

PIUS PP. XII – *Mystici Corporis*, nº 17, in AAS. 35(1943) 193-248.

PIUS PP. XII – *Sacramentum Ordinis*, in AAS. 40 (1948) 5-17.

### 3. Instrumentos

ABAD, José Antonio – Eucaristia y sacerdocio In *DICCIONARIO del Sacerdocio*. Org. Profesores de la Facultad de Teología de Burgos. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005, pp. 270-283.

AUBERT. Roger – Modernismo. In AAVV – *Sacramentum Mundi: enciclopedia teológica*. Tom. 4. Barcelona: Editorial Herder, 1973, pp. 765-766.

BUENO DE LA FUENTE, Eloy – Jesucristo sacerdote. In *DICCIONARIO del Sacerdocio*. Org. Profesores de la Facultad de Teología de Burgos. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005, pp. 367-378.

CURA ELENA, Santiago – Carácter sacerdotal. In *DICCIONARIO del Sacerdocio*. Org. Profesores de la Facultad de Teología de Burgos. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005, pp. 73-80.

LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – Presbiterado. In *DICCIONARIO del Sacerdocio*. Org. Profesores de la Facultad de Teología de Burgos. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005, pp. 619-629.

MÖRSDORF, Klaus – Jansenismo. In AAVV - *Sacramentum Mundi: enciclopédia teológica*. Tom. 4. Barcelona: Editorial Herder, 1973, pp. 2-11.

PACHO, E. – Jansenismo. In *DICCIONARIO de Espiritualidad*. Tom. 2. Barcelona: Editorial Herder, 1983, pp. 367-371.

#### **4. Estudos**

AAVV - *Anos de Salazar: o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*. Vol. 21 – *Ei-los que partem, 1965*. Editor-coordenador, António Simões do Paço. [S.l]: Centro Editor PDA, 2008.

AAVV – *História comparada: Portugal, Europa e o Mundo uma visão cronológica*. Vol. II. Navarra: Círculo de Leitores, 1996.

ALBERIGO, Giuseppe – *Breve historia del Concilio Vaticano II (1959-1965): en busca de la renovación del cristianismo*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2005.

ALVES, José da Felicidade – O Trono do Bispo é o Trono de Cristo. In AA.VV. – *Ornaverunt lâmpadas: no Jubileu patriarcal e cardinalício de D. Manuel Gonçalves Cerejeira*. [s.l.]: Edição das Servas de Nossa Senhora de Fátima, 1955.

ANTON, Angel – *El Misterio de la Iglesia: evolucion histórica de las ideas eclesiologicas*. Vol. II. Madrid-Toledo: Biblioteca de Autores Cristianos, 1987.

ARNAU, Ramon – *Orden y Ministerios*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995.

AUBERT, Roger – Pío X, el papa de la reforma conservadora. In JEDIN, Hubert – *Manual de historia de la Iglesia*. Tom. 8. Barcelona: Editorial Herder, 1978, pp. 531-549.

CÂMARA, Maria João da – *Cristo Rei: espiritualidade e história*. Cascais: Lucerna, 2009.

*CATECISMO para os Párochos*. Porto: Editores José Frutuoso da Fonseca & Filho, 1906.

*CÓDIGO de Derecho Canónico y legislación complementaria*. Org. MIGUÉLEZ DOMÍNGUEZ, Lorenzo; ALONSO MORÁN, Sabino; CABREROS DE ANTA, Marcelino. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1957.

CONCÍLIO PLENÁRIO PORTUGUÊS – *Pastoral colectiva; decretos; apêndice*. Lisboa: União Gráfica, 1939.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Documentos pastorais: 1967-1977*. Lisboa: União Gráfica, 1978.

COSTA, Bernardino Ferreira da – *Movimento litúrgico em Portugal: Dom António Coelho, o Protagonista*. Santo Tirso: Edições Ora & Labora, 2009.

CRUZ, Manuel Braga da – O Estado Novo e a Igreja Católica. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal*. Vol. XII: *Portugal e o Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

CRUZ, Manuel Braga da – *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio, 1999.

DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Peter, *El magisterio de la Iglesia: Enchiridion symbolorum definitiorum et declarationum de rebus fidei et morum*, Barcelona: Herder, 1999.

*ESPLENDORES do Episcopado*, Lisboa: Junta Central da Acção Católica Portuguesa, 1951.

ESQUERDA BIFET, Juan – *Teologia del Sacerdocio: Historia de la espiritualidade sacerdotal*. Burgos: Ediciones Aldecoa, 1985.

FALCÃO, Manuel Franco – O Cardeal Cerejeira, pastor da Igreja lisbonense. *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 2 (1990) 89-121.

FERNANDES, Domingos A. – *Paróquia: Comunidade missionária*. Lisboa: Edição da Junta Central da Acção Católica Portuguesa, 1951.

FLICHE, Agustín; MARTIN, Víctor – *Historia de la Iglesia: el mundo secularizado*, 2. Vol. 25. Valencia: EDICEP, 1991.

FONTES, Paulo F. de Oliveira – O catolicismo português no século XX: da separação à democracia. In AZEVEDO, Carlos – *História Religiosa de Portugal*. Vol. 3: *Religião e Secularização*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, pp. 129-330.

FONTES, Paulo Fernando de Oliveira – *Elites católicas em Portugal: o papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.

GAGLIARDI, Mauro – La dottrina cattolica sul sacerdozio ministeriale prima, durante e dopo il Concilio Vaticano II. In *Sacrum ministerium*. Roma, 2 (2009) 65-99.

GANHÃO, Joaquim Augusto Nunes – *O movimento litúrgico em Portugal: o contributo de Monsenhor Pereira dos Reis*. Lisboa: Associação Mons. Pereira dos Reis, 2006.

GOFFI, Tullo – *La spiritualità contemporanea*. Bologna: Edizioni Dehoniane, 1987.

GRESHAKE, Gisbert – *Ser sacerdote hoy*. 2ª ed. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2006.

HÄRING, Bernhard – *A lei de Cristo: teologia moral para sacerdotes e leigos*. 3 vol. São Paulo: Editôra Herder, 1960-1961.

ISERLOH, Erwin – Los movimientos intraeclesiales y su espiritualidade. In JEDIN, Hubert; REPGEN, Konrad – *Manual de Historia de la Iglesia*. Tom. 9. Barcelona: Editorial Herder, 1984, pp. 440-493.

JEDIN, Hubert – El concilio Vaticano II. In JEDIN, Hubert; REPGEN, Konrad – *Manual de Historia de la Iglesia*. Tom. 9. Barcelona: Editorial Herder, 1984, pp. 157-228.

JEDIN, Hubert – Los papas Benedicto XV, Pío XI y Pío XII. Biografía y actividad intraeclesial. In JEDIN, Hubert; REPGEN, Konrad – *Manual de Historia de la Iglesia*. Tom. 9. Barcelona: Editorial Herder, 1984, pp. 50-71.

KÖHLER, Oskar – El plan mundial de León XIII: objetivos e métodos. In JEDIN, Hubert – *Manual de historia de la Iglesia*. Tom. 8. Barcelona: Editorial Herder, 1978, pp. 35-66.

LÉCUYER, Joseph – *El sacerdocio en el misterio de Cristo*. Salamanca: [imp. Calatrava], 1959. Homo Dei; 3.

LOURENÇO, João Duarte – Sacerdócio e Ministérios. In UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Semanas de Estudos Teológicos - *Igreja e Ministérios*. Lisboa 1995, pp. 27-45.

MACEDO, Jorge Borges de – O tempo do Cardeal Cerejeira. Quadro de uma acção apostólica e cultural. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 2 (1990), 9-20.

MATOS, Luís Salgado de – Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico. In *Análise Social*, vol. XXXVI, 160 (2001), 803-837.

- MATOS, Luís Salgado de – D. Manuel Gonçalves Cerejeira. In AAVV – *Os Patriarcas de Lisboa*. Coord. D. Carlos Moreira Azevedo, Sandra Costa Saldanha, António Pedro Boto de Oliveira. Lisboa: Alêtheia Editores, 2009, pp. 143-160.
- MOREIRA, António Montes – O Cardeal Cerejeira, fundador da Universidade Católica Portuguesa. *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 2 (1990), 169-221.
- MOURA, Maria Lúcia Brito de – D. António Mendes Belo. In AAVV – *Os Patriarcas de Lisboa*. Coord. D. Carlos Moreira Azevedo, Sandra Costa Saldanha, António Pedro Boto de Oliveira. Lisboa: Alêtheia Editores, 2009, pp. 129-141.
- NEVES, Moreira das – *In Memoriam: D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa*. Lisboa: União Gráfica, 1977.
- NOGUEIRA, Franco – *Salazar: os tempos áureos (1928-1936)*. Vol. 2. Coimbra: Atlântida Editora, 1977.
- PINTO, António Ferreira – *Liturgia do Sacramento da Ordem*. Porto: Seminário de N. S. da Conceição, 1939.
- POLICARPO, José da Cruz – *Cardeal Cerejeira: fotobiografia*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.
- RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. 4ª ed. Lisboa: Esfera dos livros, 2010.
- ROYO MARIN, Antonio – *La vida religiosa*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1968.
- SAURAS, Emilio – *El Cuerpo Místico de Cristo*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1952.
- SOARES, Alfredo Leite – *A comunhão na constituição hierárquica da Igreja: investigação teológico-canónica*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1992.
- SOUSA, J. A. - O Cardeal Cerejeira, pai e amigo do seu clero. *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 2 (1990) 123-145.
- THILS, Gustavo – *A santidade cristã*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1967.
- TROCHU, Francis – *O Cura d'Ars: São João Maria Baptista Vianney*. Braga: Edições Theologica, 1987.
- VELOSO, Agostinho - Francesias suspeitas. *Brotéria*, 49/5 (1949/Nov.), 454-472.



## ANEXO

### *Carta do Cônego João António de Sousa*

P. João António de Sousa  
Estrada de Benfica, 641 -4º Esq.  
1500-087 Lisboa  
Tel. (00+351) 21.7142954

Lisboa, 14.Out.2013

Sr. Vítor Ramos,  
meu Bom Amigo

Começo por pedir desculpa na minha resposta à sua carta de 30 de Setembro p. p., pelo atraso com que a envio.

Mas logo lhe confidencio que fiquei muito sensibilizado por se lembrar de mim, a propósito do seu trabalho sobre a santidade sacerdotal, segundo os escritos do Cardeal D. Manuel Cerejeira. Não lhe escondo que lhe estou afectivamente muito ligado. Aliás, confesso e justifico isso mesmo na introdução àquele meu artigo a que se refere na sua carta. Trata-se de uma conferência feita por mim sobre o Cardeal Cerejeira, por ocasião do primeiro centenário do seu nascimento, em 1988. O texto foi depois publicado na revista Lusitania Sacra, 2.ª série, 2 (1990).

Quanto ao seu pedido de apoio bibliográfico para as homilias do Cardeal Cerejeira, <sup>nas Ordenações</sup> infelizmente nada mais posso informar senão que dessas homilias não há texto publicado, porque elas eram feitas num estilo muito familiar, sem apoio escrito. Mas não excluo a hipótese de haver apontamentos das mesmas, no arquivo pessoal de Sua Eminência, que suponho ter sido confiado à guarda da Universidade Católica, na sua sede, em Lisboa.

No que respeita ao meu juízo sobre o projecto do seu trabalho, permito-me sugerir quem capítulo II se autonomizasse uma referência sobre o pensar do Cardeal Cerejeira acerca da diferença entre o ideal de santidade do clero diocesano e o do clero religioso. A isso aludo no n.6 do meu citado artigo, especialmente na nota 26.

Termino com votos de bom trabalho académico e saudações fraternas no Senhor Jesus:



# ÍNDICE

SUMÁRIO .....	2
SIGLÁRIO .....	4
INTRODUÇÃO .....	5
CAPÍTULO I	
O CONTEXTO POLÍTICO-RELIGIOSO DA PRIMEIRA METADE DO SÉC. XX .....	9
1.1. A Igreja e o Mundo .....	9
1.1.1. Na transição do século: Leão XIII e Pio X .....	9
1.1.2. Da Primeira Guerra Mundial à afirmação dos totalitarismos: Bento XV e Pio XI .....	13
1.1.3. A Segunda Guerra Mundial e o período pós-guerra: Pio XII .....	16
1.1.4. A chegada de novos tempos: João XXIII e Paulo VI .....	17
1.1.5. O Concílio Vaticano II .....	19
1.2. Movimentos de renovação eclesiais até ao Concílio Vaticano II .....	21
1.2.1. Renovação teológica.....	22
1.2.2. Movimento catequético .....	23
1.2.3. Movimento litúrgico.....	24
1.2.4. Apostolado laical.....	25
1.3. A Igreja em Portugal .....	26
1.3.1. Do final de oitocentos até ao Estado Novo .....	26
A) A reação à política laicizadora e hostil da Primeira República .....	27
B) O 28 de Maio e o Concílio Plenário Português de 1926 .....	29
1.3.2. Do encantamento e cooperação à dissidência católica: do Estado Novo à Revolução dos Cravos .....	30
A) A Concordata de 1940 e a renovação pastoral da Igreja em Portugal .....	31
B) A Ação Católica Portuguesa .....	33
C) Da crise do bispo do Porto à Revolução dos Cravos .....	36

## CAPÍTULO II

### O CONTEXTO TEOLÓGICO-ESPIRITUAL DA PRIMEIRA

#### METADE DO SÉC. XX..... 41

##### 2.1. Teologia do Sacerdócio ..... 41

###### 2.1.1. Sacerdócio de Cristo: Sacrifício, Eucaristia, Sacerdote.....42

###### 2.1.2. Sacerdote: *alter Christus* .....48

###### 2.1.3. Sacerdócio: hierarquia da Igreja.....51

###### 2.1.4. Sacerdócio: poder de ordem e poder de jurisdição.....54

###### 2.1.5. Sacerdócio: plenitude e participação .....57

##### 2.2. Ressurgir e renovar da espiritualidade sacerdotal na primeira metade do séc. XX ..... 61

###### 2.2.1. Principais figuras do ressurgir sacerdotal antes do Vaticano II .....62

###### A) S. João Maria Batista Vianney .....62

###### B) S. Pio X.....63

###### C) Cardeal Désiré-Joseph Mercier .....63

###### 2.2.2. Magistério pontifício sobre o sacerdócio.....65

###### A) *Haerent animo* de Pio X .....66

###### B) Código de Direito Canónico de 1917 .....67

###### C) *Ad Catholici Sacerdotii* de Pio XI.....68

###### D) *Menti nostrae* de Pio XII.....70

###### E) *Sacerdotii nostri primordia* de João XXIII.....72

## CAPÍTULO III

### «PADRES SÁBIOS E SANTOS»: ELEMENTOS PARA UMA

### ESPIRITUALIDADE SACERDOTAL EM D. MANUEL GONÇALVES

#### CEREJEIRA ..... 74

##### 3.1. O percurso de uma vida ..... 74

###### 3.1.1. Do Minho para Lisboa.....75

###### 3.1.2. Arcebispo de Mitilene .....78

###### 3.1.3. Cardeal-Patriarca de Lisboa.....79

###### 3.1.4. O inverno .....89

##### 3.2. Os textos e suas circunstâncias ..... 90

##### 3.3. O clero e o projeto pastoral: *Adveniat regnum tuum*..... 92

3.4. «Queremo-vos santos, ó Irmãos do nosso Sacerdócio...» .....	100
3.4.1. A santidade sacerdotal .....	100
A) Santidade secular e religiosa .....	106
B) Padres segundo o Coração de Cristo .....	108
3.4.2. Teologia do Sacerdócio .....	111
3.4.3. Sacerdotes “episcopais”, unidos num “presbitério” .....	113
3.4.4. «O padre e a hora atual» .....	117
A) O padre diante da descristianização e do ateísmo militante.....	117
B) «Vós sois o sal da terra... vós sois a luz do mundo».....	122
CONCLUSÃO .....	128
BIBLIOGRAFIA .....	131
1. Fontes .....	131
2. Magistério .....	131
3. Instrumentos.....	132
4. Estudos.....	133
ANEXO .....	137